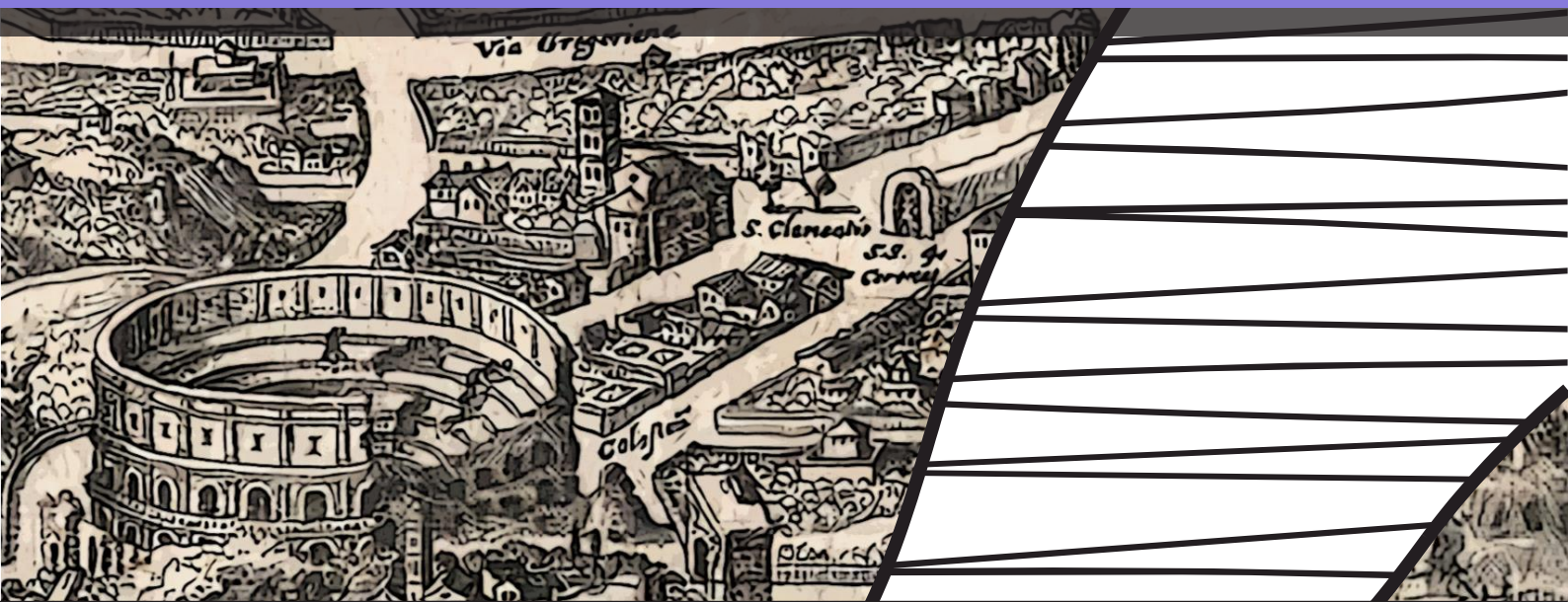


TEMÁTICA LIVRE



CADERNOS DE HISTÓRIA



CADERNOS DE HISTÓRIA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Grão-Chanceler:	Dom Walmor Oliveira de Azevedo
Reitor:	Dr. Pe. Luís Henrique Eloy e Silva
Assessor Especial da Reitoria:	José Tarcísio Amorim
Chefe de Gabinete do Reitor:	Paulo Roberto de Souza
Pró-Reitores:	Extensão – Wanderley Chieppe Felipe; Gestão Financeira – Paulo Sérgio Gontijo do Carmo; Graduação – Maria Inês Martins; Logística e Infraestrutura – Rômulo Albertini Rigueira; Pesquisa e Pós-Graduação – Sérgio de Moraes Hanriot; Recursos Humanos – Sérgio Silveira Martins; Arcos – Jorge Sundermann; Barreiro – Renato Moreira Hadad; Betim – Eugenio Batista Leite; Contagem – Robson dos Santos Marques; Poços de Caldas – Iran Calixto Abrão; São Gabriel – Miguel Alonso de Gouvêa Valle; Guanhães e Serro – Ronaldo Rajão Santiago
Secretário de Comunicação:	Mozahir Salomão Bruck
Secretário-Geral:	Ronaldo Rajão Santiago
Secretária de Cultura e Assuntos Comunitários:	Maria Beatriz Rocha Cardoso
Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Institucional:	Carlos Barreto Ribas
Diretor do Instituto de Ciências Humanas:	Alexandre M. A. Diniz
Chefe do Departamento de História:	Julia Calvo
Diretor do Centro de Memória e de Pesquisa Histórica:	Caio César Boschi

EDITORA PUC MINAS

Conselho Editorial:	Edil Carvalho Guedes Filho; Eliane Scheid Gazire; Ev' Angela Batista Rodrigues de Barros; Flávio de Jesus Resende; Javier Alberto Vadell; Jean Richard Lopes; Leonardo César Souza Ramos; Lucas de Alvarenga Gontijo; Luciana Lemos de Azevedo; Márcia Stengel; Mariana Teixeira de Carvalho Moura Meire Chucre Tannure Martins; Mozahir Salomão Bruck; Pedro Paiva Brito; Sérgio de Moraes Hanriot
Núcleo de apoio aos periódicos (NAP):	Alda Verônica G. de Miranda; Javier Alberto Vadell; Raquel Beatriz Junqueira Guimarães, Rodrigo Baroni de Carvalho; Terezinha Taborda Moreira
Diretora:	Mariana Teixeira de Carvalho Moura
Capa e diagramação:	Anderson Luiz Barbosa Araújo
Imagem da capa:	Merian, M. A drawing or depicting of Rome in 1642

CMPH – CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PUC MINAS • Av. Dom José Gaspar, 500, Prédio 26, subsolo da Biblioteca Pe. Alberto Antoniazzi • 30535-901 Belo Horizonte, Minas Gerais - Brasil • Tel.: (31) 3319-4383 • E-mail: centrodememoria@pucminas.br ou cpesquisahist@pucminas.br.

EDITORA PUC MINAS – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais • Rua Dom Lúcio Antunes, 180, Coração Eucarístico • 30535-490 • Belo Horizonte, Minas Gerais – Brasil • Tel.: (31) 3319-9904 Fax: (31) 3319-9907 • E-mail: editora@pucminas.br.

ISSN-e: 2237-8871 (OJS)

CADERNOS DE HISTÓRIA

Revista do Departamento de História da
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Temática Livre

Organizada por:
Sílvia Maria Amâncio Rachi Vartuli



Conselho Editorial

Editora gerente: Sílvia Maria Amâncio Rachi Vartuli
Daniella Lopes Dias Ignácio Rodrigues
Marcelo de Araújo Rehfeld Cedro
Júlia Calvo
Jacyra Antunes Parreiras

Revisão e Normatização

Laura Meniconi Rezende
Gabrielle Lorrane Vaz Henrique

Diagramação de Texto

Anderson Luiz Barbosa Araújo

Editora Estagiária

Francine Oliveira Dores Brandhuber

Conselho Consultivo Nacional

Dr. Afonso Alencastro Graça Filho (UFSJ)
Dr. Alexandre Mansur Barata (UFJF)
Dr. Amaury Carlos Ferreira (PUC Minas)
Dr.a Ana Silvia Volpi Scott (UNISINOS)
Dr.a Andréa Casa Nova Maia (UFRJ)
Dr. Ângelo Alves Carrara (UFJF)
Dr. Antônio Carlos de Jucá Sampaio (UFRJ)
Dr. Antônio Torres Montenegro (UFPE)
Dr. Benito Bisso Schmidt (UFRGS)
Dr. Caio César Boschi (PUC Minas/U.Porto)
Dr.a Carla Maria Carvalho de Almeida (UFJF)
Dr. Carlos de Almeida Prado Bacellar (USP)
Dr.a Claudia Wasserman (UFRGS)
Dr. Christian Edward Cyril Lynch (UERJ/FCRB)
Dr. Douglas Cole Libby (UFMG)
Dr. Ilmar Rohloff de Mattos (PUC Rio)
Dr. João Adolfo Hansen (USP)
Dr. João Antônio de Paula (UFMG)
Dr. João Feres Júnior (UERJ)
Dr.a Liana Maria Reis (PUC Minas)
Dr.a Luciana Teixeira de Andrade, (PUC Minas)
Dr.a Lucilia de Almeida Neves Delgado (UNB)
Dr. Luiz Claudio Duarte (UFF)
Dr. Marco Antônio da Silveira (USCS)

Dr.a Maria Angelica Zubaran (ULBRA)
Dr.a Maria Celina Soares D'Araujo (PUC Rio)
Dr.a Maria Silvia Casagrande Bassanezi (UNICAMP)
Dr. Tarcisio Rodrigues Botelho, (UFMG)
Dr.a Marluza Marques Harres (UNISINOS)
Dr. Olavo Pereira Soares (UNIFAL)
Dr.a Renata Rodrigues Vereza (UFF)
Dr. Roberto Luís de Melo Monte-Mór (UFMG)
Dr. Rodrigo Patto Sá Motta, (UFMG)
Dr. Sérgio Odilon Nadalin, (UFPR)
Dr.a Solange Pereira da Rocha, (UFPB)
Dr.a Magda Maria Bello Almeida Neves (PUC Minas)

Conselho Consultivo Internacional

Dr. Filipe Themudo Barata, Universidade de Évora
Dr.a Florbela Cristina Veiga Frade, Universidade Nova de Lisboa
Dr. José Manuel Santos, Universidad de Salamanca
Dr.a Maria Marta Lobo de Araújo, Universidade do Minho
Dr.a Teresa Maria e Sousa Nunes, Universidade de Lisboa
Dr. Zephyr Frank, Stanford University
Dr. José Maria Amado Mendes, Universidade de Coimbra /
Universidade Autónoma de Lisboa
Dr.a Claudia Damasceno Fonseca, Ecole des Hautes Etudes
em Sciences Sociales

Indexadores: Periódicos CAPES, E-Revist@s, Latindex, DOAJ, PKP, Diadorim, Icap, Sumários.org, LivRe!, REDIB, SEER, IBICT, JournalTOCs, EZB.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

**C122 Cadernos de História. - v.1, n.1 (1995-). Belo Horizonte:
PUC Minas, 1995- .
Semestral
ISSN 1679-5636 (Impresso)
ISSN 2237-8871 (Eletrônico)**

1. História - Periódicos. I. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

CDU: 93(05)

Sumário

ARTIGOS

- Anos dourados: em busca da liberdade e justiça social. 9**
WESLEY SANTANA E MARCELO MARTINS BUENO
- Comida e poder como heranças do imperialismo para a humanidade: ascensão e queda das grandes cozinhas do mundo. 20**
EWERTON REUBENS COELHO-COSTA
- Entre o altar e o trono: a instrução religiosa e o ensino laico no ceará do último quartel do século xix. 33**
CLEIDIANE MORAIS
MANUELLE ARAÚJO DA SILVA
RAFAELA GOMES LIMA
- (In)formação cooperativista nos cadernos do cotrijornal. 48**
JOSEI FERNANDES PEREIRA
- Interdisciplinaridade na “imaginação musical” de um historiador..... 63**
AARON REIS
- Lutas dos trabalhadores do sindicato dos metalúrgicos no Sul Catarinense (1960-2016)..... 68**
FERNANDO DEBRIDA MARTINS
JOÃO HENRIQUE ZANELATTO
- O poder judiciário e as verdades: um problema a ser discutido. 92**
JÚLIO CÉSAR FRANCO
- Os dilemas bioéticos e a nova eugenia na contemporaneidade..... 104**
AUDREI RODRIGO PIZOLATI
- Um breve balanço acerca da história da formação docente no Brasil à luz da teoria das representações sociais. 121**
ERIVANIA MELO DE DE MORAIS
ELDA SILVA DO NASCIMENTO MELO

Editorial

Este número da temática livre do Cadernos de História fecha o ano em clima de festa! Novos ares anunciam o recomeço de período político com esperanças para o Brasil. O reativamento da democracia. Neste cenário, os debates são fortalecidos, em especial, na esfera educacional. O volume, portanto, apresenta riqueza de propostas e reflexões, ensejando a abertura para o livre pensar.

Por essa razão, abrimos o número com o artigo “Anos dourados em busca da liberdade e justiça social”, de Wesley Santana e Marcelo Martins Bueno, que busca “apresentar os mecanismos teóricos e práticos da organização da sociedade civil através de manifestações populares sob o método de múltiplas historicidades e territórios com a perspectiva sócio-política-econômico-filosófica das permanências em nossa história contemporânea.” Atual e necessário, o texto nos convida à reflexão acerca das manifestações populares na Ocidente, revelando vozes e rostos destes movimentos.

Na sequência, também problematizando relações de poder, a partir de objeto de estudo inovador, temos o artigo “Comida e poder como heranças do imperialismo para a humanidade: ascensão e queda das grandes cozinhas do mundo”, de autoria de Ewerton Reubens Coelho-Costa. O texto nos mostra a presença da política e das relações de opressão sob ótica criativa e instigante, destacando como o dinamismo histórico se faz presente no cotidiano de diferentes sociedades.

Em “Entre o altar e o trono: a instrução religiosa e o ensino laico no Ceará do último quartel do século XIX”, Cleidiane Moraes, Manuelle Araújo da Silva e Rafaela Gomes Lima mostram-nos, a partir da realidade local, como religiosidade e instrução se mesclam em nossa história. O texto, bem escrito e detalhado, revela, portanto, a educação e a religiosidade como instrumentos importantes na construção de nossos valores e imaginário social. Dessa forma, podemos ver “as contradições entre a busca pelo que se considerava moderno e civilizado e a estrutura político-social cearense, baseada na dependência econômica da maioria da população, das altas taxas de analfabetismo e do exercício de atividades informais para a garantia do sustento familiar.”

No interessante artigo “(In)formação cooperativista nos cadernos do cotrijornal”, de Josei Fernandes Pereira, o autor explica-nos, cuidadosamente, a potencialidade dos jornais como “referências para a pesquisa historiográfica, pois representam uma interpretação da realidade, dada num determinado contexto.” Ressalta o papel e protagonismo dos sujeitos, “partindo da compreensão de que a relação entre o discurso jornalístico e o imaginário social para o qual ele se dirige não se trata de uma relação passiva.”

O artigo “Interdisciplinaridade na “imaginação musical” de um historiador”, de Aaron Reis, aborda temática cara e indispensável aos pesquisadores e profissionais das humanidades. Reforça a importância do debate, da troca, enfim, da relação dialógica para a construção de conhecimentos amplos e inclusivos que descortinem horizontes diferentes de pensamento.

Em “Lutas dos Trabalhadores do Sindicato dos Metalúrgicos no Sul Catarinense (1960-2016)”, de Fernando Debrida Martins e João Henrique Zanelatto, emerge a importância da indústria metalúrgica no sul catarinense, que “teve seu processo de crescimento a partir da

década de 1950, contexto de diversificação da economia regional”. Assim, o texto traz reflexão verticalizada sobre a fundação e o papel do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Criciúma e Região – SINMETAL. Em tempos de renovação do cenário político, a análise reforça em nós a esperança e o sentido da democracia.

O artigo “O Poder Judiciário e as verdades: um problema a ser discutido”, de Júlio César Franco, traz a indispensável e oportuna discussão sobre as verdades produzidas no âmbito do Judiciário. Revela aspectos do “Poder Judiciário e suas “artimanhas” em produzir verdades. Partindo de uma reflexão teórica-metodológica acerca da cartografia, aproximando os estudos pós-estruturalista, principalmente da Filosofia.” Busca questionar, assim, a operacionalidade desse Poder.

Nos artigo “Os dilemas bioéticos e a nova eugenia na contemporaneidade”, de Audrei Rodrigo Pizolati, o autor desenvolve impecável discussão sobre “a configuração do discurso médico-eugênico em contraste entre passado e presente.” Nesta perspectiva, destaca que atualmente podemos observar “práticas presentes na eugenia novecentista ainda permeiam de outros modos a nova eugenia – liberal. Denota-se, ainda, que a busca pelo aprimoramento biogenético da prole por famílias abastadas e os princípios bioéticos implicados nesses processos ainda persistem em determinadas camadas sociais e tendem a ressignificar as relações estruturais na vida em sociedade.”

Por fim, Erivania Melo de Moraes e Elda Silva do Nascimento Melo, no artigo intitulado “Um breve balanço acerca da história da formação docente no Brasil à luz da teoria das representações sociais”, trazem à tona o tema relevante e indispensável em qualquer obra acadêmica: a educação. Para tanto, visam “problematizar a formação docente e suas representações sociais, constituídas ao longo dos processos sócio-históricos da educação”. Com denso lastro teórico-metodológico, buscam “localizar a formação docente entre o período colonial e imperial; apontar os avanços e recuos da formação entre o período republicano e ditadura militar e, por fim refletir, acerca das rupturas e continuidades da formação pós ditadura até os anos 1990”.

Silvia Rachi
Editora Gerente

ANOS DOURADOS: EM BUSCA DA
LIBERDADE E JUSTIÇA SOCIAL

WESLEY SANTANA
Universidade Presbiteriana Mackenzie
wesley.santana1@mackenzie.br

MARCELO MARTINS BUENO
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Resumo

Este artigo pretende apresentar os mecanismos teóricos e práticos da organização da sociedade civil através de manifestações populares sob o método de múltiplas historicidades e territórios com a perspectiva sócio-política-econômico-filosófica das permanências em nossa história contemporânea. Essas manifestações garantiram e garantem os “anos dourados” a partir de 1968 com o objetivo de reivindicar a liberdade e a justiça social na França e no mundo ocidental como um todo sob o prisma da disputa entre grupos sociais e interesses de classes representadas, diretamente, pelo Estado, que formam a sociedade dos privilégios e que intensificam as diferenças e a atomização do próprio indivíduo por meio da hegemonização da ideologia liberal no sistema capitalista.

Palavras-chave: Estado; Maio de 1968; Liberdade; Justiça Social; Liberalismo.

GOLDEN YEARS: IN SEARCH OF
FREEDOM AND SOCIAL JUSTICE

WESLEY SANTANA
Universidade Presbiteriana Mackenzie
wesley.santana1@mackenzie.br

MARCELO MARTINS BUENO
Universidade Presbiteriana Mackenzie

ABSTRACT

This article intends to present the theoretical and practical mechanisms of the organization of civil society through popular manifestations under the method of multiple historicities and territories with the socio-political-economic-philosophical perspective of permanence in our contemporary history. These manifestations guaranteed and guarantee the “golden years” from 1968 onwards with the aim of claiming freedom and social justice in France and in the Western world as a whole through the prism of the dispute between social groups and interests of classes represented, directly, by the State, which form the society of privileges and which intensify the differences and the atomization of the individual himself through the hegemonization of liberal ideology in the capitalist system.

Keywords: State; May 1968; Freedom; Social Justice; Liberalism.

INTRODUÇÃO

Neste contexto, o presidente Macron encontrou imensa dificuldade em dialogar com lideranças dos *coletes amarelos*, pois não há líderes, não há quem responda ou marque a próxima pauta de reivindicações. As manifestações são políticas, mas sem eixo, sem mapa. As aposentadorias defasadas, o salário de mil euros de uma médica, o desemprego, a falta de tributação justa dos ricos, a violência urbana contra estudantes negros e muçulmanos, o desemprego. A França é a sexta economia do mundo, um país industrializado que aglomera uma Força Armada considerável, que contempla um capital cultural-turístico invejável, membro do Conselho de Segurança da ONU com poder de veto e um imperialismo intelectual que ultrapassa as fronteiras do idioma e dos hemisférios, mas, sem sucesso em sua trajetória da liberdade e da justiça social.

A França de 2018 mantém a permanência histórica de um país de contradições, paradoxos, antagonismos e questões sociais que se tornou viável desde os tempos revolucionários de uma burguesia nacional e se manteve diante da força de um presidente militar-herói que resistiu ao nazismo. A França pós-guerra tinha um herói, mas não tinha mais inimigos. A França de 2018 e de hoje não tem mais um herói, mas, sim, muitos inimigos quando sinalizamos aos *coletes amarelos* e à ascensão da extrema-direita com o escritor Éric Zemmour e a candidata às eleições presidenciais Marine Le Pen.

Com a perspectiva de um método histórico sob um olhar atento nas historicidades e suas territorialidades, observando-se o que permanece e o que se transforma no espaço-tempo francês e no mundo ocidental, sobretudo, na cultura e na onipresença do glamour imperialista, nos debruçamos à análise do processo de luta da sociedade por “liberdade e justiça social” contra um Estado representado pelos interesses dos que outrora eram “revolucionários”. A esse momento, ao qual denominamos “anos dourados”, permanece a resistência que se encaminhou desde o século XVIII até chegar ao existencialismo de maio de 1968 e as oposições contra o autoritarismo e o neoliberalismo que justificam o cerceamento das liberdades e uma desigualdade social nunca vista na história da humanidade.

Em 1968, o mundo vivia um contingente de utopias após a Segunda Guerra Mundial, a bipolaridade entre capitalismo e comunismo implodia nas sociedades ocidentais e em seus governos. O ocidente declarava-se capitalista e foi desafiado com a revolução cubana de 1959 sob os olhares desconfiados da mentalidade imperialista dos EUA; a URSS ameaçava o controle comercial e militar dos estadunidenses ao negociar com comunistas latino-americanos no intuito de iniciar a revolução.

Neste ano acontecia, em cinco de janeiro, a Primavera de Praga na Tchecoslováquia em protesto ao regime comunista soviético. Em 31 de janeiro, a *Ofensiva do TET* no Vietnã do Sul mostrava aos militares estadunidenses que a guerra não seria tão simples assim. Em 28 de março, o estudante secundarista Edson Luís é assassinado no Rio de Janeiro em meio aos protestos de estudantes, professores e outros trabalhadores contrários ao regime ditatorial dos militares. Em 04 de abril é assassinado o pastor negro Martin Luther King Jr. que dizia ter um sonho, a utopia de uma sociedade justa, em que brancos e pretos fossem iguais perante a lei. Somando-se a estes acontecimentos, em 3 de maio a Universidade de Nanterre é fechada por conta das manifestações de estudantes que reclamavam reformas no sistema educacional

francês. A pauta liderada por Dani Le Rouge, aluno de Sociologia com 23 anos na época, exigia desde uma reforma administrativa até o direito de sexos diferentes dormirem juntos. Segundo Edgar Morin, maio de 1968 mostrou ao mundo que *o subterrâneo da sociedade é um campo minado*. É um subterrâneo que expelle pelas entranhas vulcânicas a lava reivindicatória dos direitos e liberdades. O ano de 1968 foi, sim, uma erupção destes desejos e políticas de enfrentamento do *status quo*. A partir dos estudantes universitários, o movimento cresceu com trabalhadores, artistas, feministas e intelectuais que exigiam a redução da jornada de trabalho, aumento salarial e muito mais.

Em decorrência disso, o mundo assistia a mais uma demonstração de que a sociedade francesa sentia as pressões da Guerra Fria e as contradições do capitalismo monopolista que se consolidava nos centros econômicos, castigando as periferias do sistema; subterrâneo da sociedade francesa irrompeu e transbordou em inconformismos pelas ruas de Paris; estudantes da Universidade de Nanterre foram expulsos e a Universidade de Sorbonne reagiu. Com a Sorbonne fechada, os enfrentamentos ocorreram sob a forte repressão dos militares.

A reabertura das universidades, dias depois, não foi o bastante para arrefecer o clima de hostilidade e de luta dos manifestantes. No *Quartier Latin* as pedras e coquetéis *molotov* misturavam-se com as bombas de gás lacrimogêneo. Em 11 de maio, na Noite das Barricadas, carros foram virados e queimados e os paralelepípedos tornaram-se munição de guerra e em 13 de maio havia um milhão de pessoas marchando pelas ruas de Paris e o que seria uma “balbúrdia” de estudantes brancos de classe média tornou-se um movimento nacional de setores diversos. Estudantes ocuparam a Sorbonne e ela tornou-se uma universidade popular. Ao mesmo tempo, trabalhadores ocuparam fábricas. Em 16 de maio havia 50 fábricas ocupadas com 200 mil trabalhadores em greve. No dia seguinte, dois milhões de trabalhadores e, na semana seguinte, 10 milhões de grevistas sem apoio dos sindicatos cercavam as ruas francesas (eles conseguiram até 35% de aumento salarial).

Publicada um ano antes na França, a obra “Sociedade do Espetáculo”, de Guy Debord, fez muito sucesso no meio universitário e acadêmico durante este momento político. A ideia de se ter uma sociedade que clama pelo espetáculo, no momento em que os meios de comunicação alargam a audiência, tornou-se prática cultural entre a classe média europeia. A imagem como um apelo maior às sensações, ao que deve ser eternizado pela imagem, traz para um público maior o significado de sucesso. Para Debord:

O espetáculo apresenta-se como algo grandioso, positivo, indiscutível e inacessível. Sua única mensagem é: *o que aparece é bom, o que é bom aparece*. A atitude que ele exige por princípio é aquela aceitação passiva que, na verdade, ele já obteve na medida em que aparece sem réplica, pelo seu monopólio de aparência (DEBORD, 2003, p. 17).

Necessariamente, o conceito de espetáculo nos remete à indústria cultural, ao *show business*, à imagem como realidade virtual e à representação de algo maravilhoso e inédito que merece ser mostrado ao maior número possível de indivíduos. Assim, a partir do impedimento da entrada dos estudantes em Nanterre, o espetáculo da irreverência e do subversivismo tomou forma nas manifestações estudantis com as aparições públicas e a cobertura televisiva numa época em que os meios de comunicação já exploravam o espetáculo. O mundo pós-guerra agora era pré-guerra, ou seja, um país próximo de outra guerra, a guerra cultural

ou a “guerra do espetáculo”, da imaginação coletiva, da tecnologia da imagem e da própria ditadura da contemplação com seu *monopólio da aparência*.

Il est interdit d'interdire! Ou mesmo *soyez realistes, demandez l'impossible!* São frases que sintetizam as aspirações de grande parte dos franceses em maio de 1968. No momento em que Jean-Paul Sartre entrevista Daniel Cohn-Bendit (Dani Le Rouge) há o suspiro de uma inovação de luta política-comportamental-e-de-valores que o leva a dizer: “*existe algo que surgiu de vocês que assombra, que transforma, que renega tudo o que fez de nossa sociedade o que ela é [...]. Trata-se do que eu chamaria de expansão do campo do possível. Não renunciem a isso*”. Sartre estava extasiado com aquela entrevista e percebia o momento colossal de reivindicação e de oportunidade para a mudança. Sartre era um intelectual-ativista e participou das manifestações ao lado de Simone de Beauvoir. Ambos estavam vivendo a práxis das ideias do existencialismo, porém mais do que isso, o maio de 1968 tornou-se memória na história estudantil do mundo ocidental como seu grande feito pela luta das minorias e isso, de forma conflituosa, é o que vai produzir, também, como forças antagônicas num efeito foucaultiano de *força e resistência*, uma onda conservadora nas sociedades ocidentais criticando tais manifestações que afetavam a ordem e a vida de milhões de pessoas, trazendo a fundação de partidos conservadores e até neofascistas.

O maio de 1968 foi um movimento social de grupos diferentes que reivindicavam liberdade e justiça social, ganhavam o espaço geográfico e o disputavam na medida em que o reconheciam como necessário nesta conquista. O tempo da vida, o controle das suas ações, o direito da escolha, o lazer e a formação educacional em busca de se sobrepor à *tradição dos oprimidos* (BENJAMIN, 1994), constituindo-se numa poesia e numa guerra urbanas. A utopia estava alimentada pelos manifestantes que reivindicavam uma vida melhor, igualdade e liberdade, querendo transformar o mundo naquele ano.

O ano de 1968, como o ano que não terminou – parafraseando o título do livro do jornalista brasileiro Zuenir Ventura – teve, realmente, muito mais do que 365 dias. Este ano foi um momento em que se saturou a paciência das classes sociais dominadas pelo capitalismo neoliberal que extinguiu parte dos mecanismos do Estado do bem-estar social. As questões sociais, a desigualdade, o etnocentrismo, a corrida armamentista, enfim, as políticas neoliberais do mercado. Este neoliberalismo tornou-se sujeito da história e os indivíduos reificados foram transformados em mercadoria. O liberalismo que venceu a guerra não era o *fim da História* (FUKUYAMA, 2016), mas sim, mais uma etapa da luta de classes por direitos e justiça. Hoje, o ano de 1968 permanece em erupção pelas manifestações decorrentes das políticas neoliberais como ideologia hegemônica do capitalismo monopolista e financeiro e da falta de distribuição de renda, de terras e do rentismo que assola o mundo contemporâneo com lucros exorbitantes, reafirmando a realidade do limite da vida, mas com a ilusão de que a riqueza concentrada seja infinita.

O pós-guerra trouxe para as sociedades ocidentais europeias a sua reconstrução do urbano e da memória. Empresas e governos engajaram-se nesta reconstrução e o governo estadunidense, com o Plano Marshall, foi responsável por visibilizar a capacidade econômica dos EUA e a ratificação do regime democrático liberal como o modelo de governo e de sociedade. Mas, havia outras demandas que estavam na ordem do dia e que não foram

discutidas na Conferência da Crimeia em fevereiro de 1945. É neste plano que observamos as demandas a partir das relações sociais e suas práxis na sociedade dividida por interesses e conflitos.

Os manifestantes de maio de 68 estavam rindo das autoridades como mostra a icônica imagem de *Le Rouge* de frente para os policiais em Paris. Antes de renunciar ao cargo de presidente da França, De Gaulle dizia em pronunciamento à nação pela tevê: *o que será maio de 1968? O futuro não pertence ao homem, eu não posso prevê-lo*. Ele prometia que a situação iria melhorar e que todos iriam tirar vantagens. Porém, numa velocidade ímpar, as ruas tornaram-se trincheiras, os jovens estudantes tornaram-se soldados, os alto-falantes da polícia repressora eram a melodia que ecoava pelo mundo urbano contemporâneo enquanto os estudantes em vários lugares da Europa, sobretudo, na França e na Alemanha, cantavam em ritmo de marcha *Ho ho ho chi minh - ho ho ho Chi Minh*, em referência ao líder vietnamita. Cartazes do recém-falecido guerrilheiro Che Guevara assumiam-se como ícone de liberdade e de luta. A *corrente sociológica* durkheimiana tornara-se ativa não por uma vertente marxista como diria Eric Hobsbawm, mas por uma vertente contrária ao que estava pesando sobre a maioria da sociedade.

Em plena Sorbonne, numa fotografia do filósofo Jean-Pierre Le Goff, podia-se ver um senhor sentado na escadaria da universidade entre dois cartazes, um de Mao Tsé-tung e outro de Lênin colados nas colunas, e na parede ao fundo a frase *Somente Cristo é revolucionário*. Este sincretismo revolucionário mostrava que os manifestantes estavam cansados dos milagres econômicos e buscavam inspiração em personagens de diversas nacionalidades e contextos históricos. O maio de 1968 estava mais perto da Revolução Francesa do que imaginava o governo de De Gaulle ao subestimar a luta e não perceber as ineficiências do Estado. Entretanto, essa nova Revolução Francesa colocava os ex-revolucionários do lado oposto.

Segundo Giorgio Agamben, o “estado de exceção” é permanente nas sociedades contemporâneas do século XX, uma vez que não importa o regime, ora democrático, ora ditatorial, pois a exceção vira regra no Estado biopolítico. E, diante dos interesses da minoria rentista, “o dinheiro torna-se deus”¹ (AGAMBEN). É próprio do capitalismo que as classes sociais entrem em choque, pois não há como manter em resignação milhões de indivíduos por muito tempo sob um olhar alienado pela totalidade do espetáculo. Segundo o filósofo:

Diante do incessante avanço do que foi definido como uma *guerra civil mundial*, o estado de exceção tende cada vez mais a se apresentar como o paradigma de governo dominante na política contemporânea. Esse deslocamento de uma medida provisória e excepcional para uma técnica de governo ameaça transformar radicalmente – e, de fato, já transformou de modo muito perceptível – a estrutura e o sentido da distinção tradicional entre os diversos tipos de constituição. O estado de exceção apresenta-se, nessa perspectiva, como um patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo (AGAMBEN, 2004, p. 13).

No Brasil, o regime militar apoiado, declaradamente, pelos EUA e, discretamente, pela França de Charles de Gaulle é outro exemplo da condição de “estado de exceção” que marcaria governos autoritários que se camuflavam nos estertores do imaginário democrático-populista latino-americano enquanto a sociedade civil organizava-se para combatê-la. Em

¹ Entrevista concedida ao jornalista Peppe Sàlva à Revista Ragusa News em 16 de agosto de 2012 e publicada no Brasil pelo site www.boitempo.com.br em 31/08/2012 com o título “Deus não morreu: ele tornou-se dinheiro”.

13 de dezembro de 1968 era assinado o AI-5 e a repressão às manifestações aumentou. Esta ação do governo era consequência das mobilizações urbanas consideradas subversivas que inquietavam os militares, sobretudo, a reconhecida “Passeata dos 100 mil” na Cinelândia que, em 26 de junho de 1968, sob a liderança de Vladimir Palmeira, mobilizou estudantes, artistas, intelectuais e políticos que gritavam “Abaixo a Ditadura. O Povo no poder”, lembrando a morte de Edson Luís. Os critérios de classificação dos *inimigos do Brasil* e o golpe dentro do golpe escancararia a condição de exceção aos direitos políticos, civis e sociais com o respaldo do Decreto-Lei nº 477 de 29 de fevereiro de 1969 assinado pelo presidente Artur Costa e Silva que previa a punição de professores, funcionários e estudantes por incitarem greves e reivindicações contra o governo e autorizando o fechamento de universidades. Foi este Decreto-Lei que levou o AI-5 aos *campi* universitários. Segundo Paulo César Gomes,

o AI-5 levou à retomada dos ideais que motivaram o golpe de 1964. Nos primeiros meses de 1969, as autoridades do governo dedicaram-se a colocar em prática medidas saneadoras da vida política, bem como da economia e das finanças públicas. No plano político, novas cassações de mandatos parlamentares nas esferas federal, estadual e municipal, incluindo numerosos políticos da Arena, foram efetuadas; as atividades de algumas assembleias legislativas, entre as quais a do Rio e a de São Paulo, foram suspensas; e determinados municípios passariam a ser governados por interventores (GOMES, 2019, p. 251).

Compreendendo a condição humana como as formas de vida que o homem impõe a si mesmo para sobreviver na sociedade e analisando suas capacidades e seus enfrentamentos históricos, percebemos na contemporaneidade um total descrédito ao que genericamente denominamos política. Aquele *Zoon Politikon* aristotélico já não existe mais e o termo atualmente está sobrecarregado de apatia ou, ainda mais grave, existe uma grande aversão à Política.

Em uma análise, mesmo que grosso modo, das informações cotidianas veiculadas pela mídia em geral sobre a situação da sociedade contemporânea brasileira e mundial, observa-se uma tendência cada vez mais forte daquilo que Thomas Hobbes, filósofo inglês, definiu como estado de guerra, ou seja, o individualismo preconizado por ele está cada vez mais evidente nas relações humanas atuais, em que as novas tecnologias estão afastando cada vez mais os próprios homens e estes, ávidos pelo desejo de poder, aqui compreendido no sentido *lato*, não atentam para o fato de que conceitos básicos como Direito e Liberdade estão se tornando extremamente frágeis nas relações sociais contemporâneas. A questão que se coloca é a seguinte: o Estado moderno precisará ser mais enérgico, nos termos estabelecidos por Hobbes, para que se possa garantir de fato o Direito e a Liberdade individuais? O homem contemporâneo necessita de um novo Leviatã?

Thomas Hobbes define como a primeira e fundamental lei de natureza a manutenção da vida, ou seja, devemos a todo custo buscar a paz para a preservação dela, porém, se não for possível, que o homem se prepare para a guerra com esse mesmo propósito.

Nestes termos, e tendo a sociedade atual como referência, observa-se a cada dia excesso de ameaças às garantias e liberdades individuais, ou seja, a violência está cada vez mais banalizada e notícias como assaltos, crimes, mortes, guerras, tráfico, conflitos de toda ordem são apresentados diariamente como aspectos corriqueiros. A verdadeira harmonia social, expressa por Aristóteles na Antiguidade e preconizada pelos autores contratualistas dos

séculos XVII e XVIII como resultado do contrato social, não está funcionando e a sociedade atual clama pela garantia e o direito à vida e vida em plenitude. Será que a responsabilidade é do enfraquecimento do Estado ou de sua inoperância em certos aspectos? Ou o ser humano, em sua condição existencial, se modificou? É isso que se busca compreender nesta analogia sobre o maio de 1968 e o mundo atual.

Na verdade, o que se pretende constatar é se os movimentos sociais ainda têm como fundamentos os mesmos princípios. Para Hannah Arendt, as condições de sobrevivência que os homens se impõem são as que tendem a suprir a sua existência e variam de acordo com o lugar e o seu momento histórico. Neste aspecto, somos todos condicionados por dois fatores: nossos próprios atos e o contexto histórico em que estamos inseridos. É por esse segundo aspecto que podemos compreender a sociedade atual como apolítica e a descrença na ação do Estado como responsável pela nossa liberdade e pela garantia dos nossos direitos.

Ao analisar a história das relações humanas, chegamos à conclusão de que esta é cíclica e marcada por grandes conflitos, como bem constatou Maquiavel em sua obra denominada “Tito Lívio”. A busca pela paz sempre foi o propósito das instituições políticas, no entanto, nem sempre se atingiu o sucesso desejado.

Com o avanço social, o homem moderno e contemporâneo traçou um perfil pela posse de bens materiais e pela propriedade, gerando uma ânsia pelo poder, seja pela riqueza ou pelo uso da força. Como consequência, temos um indivíduo cada vez mais egoísta e como estabelecido por Hobbes, na análise do homem natural, que o mais forte dominará o mais fraco. No estado de natureza apresentado pelo autor, o poder e o direito eram garantidos pela força, porém, em contraponto a este estado, cria-se o que atualmente denominamos de Estado Democrático de Direito, que na sua origem tinha como objetivo básico regular as relações sociais por meio de regras, impondo limites, distribuindo tarefas e contrapondo direitos e deveres.

Thomas Hobbes alertava para o fato de os homens serem dotados de paixões e razão e que, muitas vezes levados por esses impulsos passionais, acabam impondo na vida social comportamentos desregrados de desrespeito aos direitos individuais, quebrando a harmonia social. O papel do Estado neste aspecto seria o de zelar pela manutenção da ordem social, porém quando se extrapolam os elementos de violência e de autoproteção e autodefesa, por meio do *conatus*², surgem as suas máximas: “o homem é o lobo do homem” e “a guerra de todos contra todos”.

Se os homens são iguais em estado de natureza, essa igualdade também deverá imperar no estado social, eis a função essencial do Estado. Os homens precisam de segurança jurídica para a manutenção das garantias humanas que somente o Estado pode assegurar, por meio do Direito. Assim, entre maio de 68 e hoje, os conceitos de direito e liberdade nada se alteraram, ou seja, permanecemos reféns do neoliberalismo que se sobrepõe ao Estado e a partir daí questiona-se o princípio da segurança jurídica, como elemento de manutenção das garantias fundamentais, podendo ser revisitado e rediscutido quanto ao seu alcance e sua validade, haja

² Um dos conceitos mais importantes na filosofia hobbesiana, que se refere diretamente às suas preocupações, define o *conatus* como o movimento que tem lugar através da longitude de um ponto do tempo, bem como para descrever os movimentos do ser vivo. Esse movimento, que consiste em prazer e dor, é uma solicitação ou provocação para aproximar-se do que agrada ou retirar-se do que desagrade. Tal solicitação é o esforço ou começo interno do movimento animal.

vista as contraposições de Hannah Arendt sobre o poder sem limites garantido ao Estado. Para Arendt, o totalitarismo expresso especificamente no século XX levou à quebra ou, pior, à distorção do que ela acreditava ser o maior bem do indivíduo, a liberdade de escolha e a aceitação das responsabilidades decorrentes. A historiografia empreendida por ela demonstra claramente o que os regimes totalitários destruíram ao longo de suas existências, desde pequenas garantias individuais até tradições centenárias de determinadas sociedades.

Hannah Arendt estabelece que esses regimes instituíram novas representações de poder totalmente desvinculadas de qualquer legitimidade democrática. Poder baseado exclusivamente na força e na potência e alimentando-se unicamente da violência. O que decorre disto é o descrédito de todas as Instituições, pois se tornam meramente decorativas.

O princípio basilar do totalitarismo é o terror, o que Thomas Hobbes condena veementemente, porque o cidadão deve ter respeito pelo Estado e não sentir pavor ou temor em relação a ele; pois parafraseando o autor: daquilo de que se tem temor ou pavor queremos nos livrar o mais rápido possível. É por isso que um Estado baseado neste princípio não se sustenta por muito tempo. Já Arendt encontra nos regimes totalitários o terror como princípio diretivo, afirmando que ele aniquila todas as relações entre os homens por meio da destruição do espaço da liberdade. Um regime que precisa de campos de concentração para sua sobrevivência aniquila o homem sob vários aspectos, entre eles, a perda de sua própria identidade e consequentemente da vida em sociedade.

A concepção de eliminação do ser humano, em um campo de concentração, demonstra a irracionalidade dos Estados totalitários, pois não podem ser tão fortes a ponto de não permitir aos indivíduos a possibilidade de fazer escolhas e responder por elas civil e criminalmente. O pensamento filosófico de Arendt, neste sentido, aproxima-se do pensamento hobbesiano na medida em que o poder deve ser compreendido como o lugar do exercício da soberania. Evidentemente que Hobbes tem um apreço especial pela monarquia e Arendt, na obra “A Condição Humana”, busca resgatar os ideais da política grega na Antiguidade, ou seja, quando todos os cidadãos debatiam e deliberavam as principais decisões sobre o destino da *Polis*: O poder é o que mantém a existência da esfera pública, o espaço potencial de aparência entre homens que agem e que falam. [...] o poder surge entre os homens quando eles agem juntos e desaparece no momento em que se dispersam (ARENDT, 1965, p. 200).

Na verdade, o que Arendt propõe como contribuição para a sociedade contemporânea é um espaço público, a todo o momento ameaçado por usurpadores do poder que veem a possibilidade da instituição de pequenas e grandes ditaduras, e, a partir dos ideais gregos, realizar uma política verdadeira, ou seja, as ações de interesses comuns devem convergir para o bem-estar de todos. O espaço do poder deve ser o lugar vazio em que as alternâncias sejam constantes para que este não se torne monopólio de alguns. Há nesta perspectiva certo idealismo em que precisamos apostar para o bem de todos.

Para se ter uma ideia da consciência política do brasileiro, em pesquisa do Datafolha de dezembro de 2008, 82% dos entrevistados não sabiam nada sobre o AI-5 e 67% não sabiam o significado da sigla. Isso nos mostra a capacidade biopolítica-midiática de controle da informação e da consciência histórica e de historicidade que fora administrada nas escolas e universidades pós-ditadura militar. O Brasil como 7ª economia do mundo tornou-se mais um

país que permanecia em *estado de exceção* e garantiria a produção da memória sob o controle da censura, da mídia e até dos livros didáticos, como o livro *Brasil: uma história dinâmica* (1972) de Ilmar Rohloff de Mattos, Ella Grinsztein Dottori e José da Silva que tratavam o tema de forma conservadora dos direitos e dos valores morais da família brasileira.

A ideia de liberdade e justiça social não cessou e continua a irromper, vulcanicamente, pelas ruas das capitais neste século XXI, ora pelos *coletes amarelos* ora por outros estudantes e trabalhadores. Os “anos dourados” permanecem nas reivindicações, nas bandeiras mais diversas que garantem a manutenção do espírito de luta por uma vida plena e pela necessidade de acreditar num mundo melhor. A luta continua e, a partir de diferentes autores que lançaram um olhar crítico sobre as sociedades contemporâneas, percebe-se que o sujeito do conhecimento histórico é a própria classe combatente e oprimida (BENJAMIN, 1994). Estes “anos dourados” permanecem lá e aqui na iminência de uma nova erupção a cada dia, pois da condição humana surge a necessidade da ação, da luta e da sobrevivência como iniciativa da liberdade e justiça social.

Referências Bibliográficas

- AGANBEM, Giorgio. O estado de exceção. Tradução de Iraci D. Poleti. SP, Boitempo, 2004.
- ARENDT, Hannah. A condição humana. Tradução de Roberto Raposo e posfácio de Celso Lafer. 10 ed. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2007
- _____. As origens do totalitarismo. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas – magia e técnica, arte e política. Tradução Sergio Paulo Rouanet. SP, ed. Brasiliense, 1994.
- DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Tradução de Railton Sousa Guedes (Coletivo Periferia). www.terraviva.pt/IlhadoMel/1540. EbooksBrasil.com, 2003.
- FUKUYAMA, Francis. O fim da História – o fim do homem. Tradução Lydia Davis. SP, ed. José Olímpio, 2016.
- GOMES, Paulo César. Liberdade vigiada: as relações entre a ditadura militar brasileira e o governo francês: do golpe a anistia. SP, ed. Record, 2019.
- HOBBS, Thomas. Leviatã, ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva; São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- MAQUIAVEL, Nicolau. Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio. Tradução de Sérgio Bath; Brasília: UnB, 1994.
- Revista Ragusa News (Itália) de 16 de agosto de 2012. Entrevista de Giorgio Agamben: Deus não morreu. Ele tornou-se dinheiro. Tradução de **Selvino J. Assmann** (professor de Filosofia do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC) e publicado no site www.boitempo.com.br em 31/08/2012.

COMIDA E PODER COMO
HERANÇAS DO IMPERIALISMO
PARA A HUMANIDADE:
ASCENSÃO E queda DAS
GRANDES COZINHAS DO MUNDO.

EWERTON REUBENS COELHO-COSTA
Universidade Estadual do Ceará
ewertonreubens@gmail.com

ResUmO

A obra “Gastronomía e Império: La cocina en la historia del mundo”, de Rachel Laudan com tradução feita por Ix-Nic Iruegas e Ignacio Padilla, vem para fortalecer a da história da alimentação da humanidade tratando sobre o desenvolvimento da produção de comida a partir dos grandes impérios. O livro trata sobre a comida preparada, que é apresentada como um feito humano, não natural, assim como casas, roupas e utensílios. Nele, Laudan desvenda padrões entre as migrações de cozinhas a partir da disseminação de cozinhas por conquistas de territórios, construções de impérios e das trocas realizadas por mercadores, soldados e missionários, desde os tempos antigos até a modernidade.

Palavras-chave: Gastronomia; Imperialismo; Poder; Ascensão; Queda.

FOOD AND POWER AS
IMPERIALISM'S LEGACIES FOR
HUMANITY: RISE AND FALL
OF THE WORLD'S GREATEST
CUISINES.

EWERTON REUBENS COELHO-COSTA
Universidade Estadual do Ceará
ewertonreubens@gmail.com

ABSTRACT

The work “Gastronomy and Empire: La cocina in the history of the world”, by Rachel Laudan, translated by Ix-Nic Iruegas and Ignacio Padilla, comes to strengthen the history of human food, dealing with the development of food production since the great empires. The book deals with prepared food, which is presented as an unnatural, human feat, as well as houses, clothing, and utensils. In it, Laudan unveils patterns between kitchen migrations from the spread of kitchens by territorial conquests, empire building and exchanges carried out by merchants, soldiers and missionaries, from ancient times to modernity.

Keywords: Gastronomy; Imperialism; Power; Rise; Fall.

As primeiras civilizações da humanidade se desenvolveram a partir do Crescente Fértil (que compreende atualmente os Estados de Israel, Palestina, Jordânia, Chipre, Líbano, Kuwait; partes do Egito, do Irã, do Iraque e da Síria (HAVILAND et al., 2013); e do Vale do rio Indo (com origem no Planalto do Tibete, na China, cortando região da Caxemira, na Índia, e atravessado todo o Paquistão até o mar arábico (CLIFT, 2001), regiões propícias à agricultura nas quais se fizeram surgir, aos pés de grandes rios, cidades igualmente grandiosas que levariam à criação de Estados e Impérios que se estenderiam inicialmente pelo cinturão da Eurásia.

Partindo desse contexto, a obra “*Gastronomía e Império: La cocina en la historia del mundo*”, de Rachel Laudan com tradução feita por Ix-Nic Iruegas e Ignacio Padilla, vem para fortalecer a da história da alimentação da humanidade tratando sobre o desenvolvimento da produção de comida a partir dos impérios.

A obra editada em 2020, no México, e ainda sem tradução no Brasil é, na verdade, a tradução de uma publicação de 2013 editada em inglês e publicada pela editora da Universidade da Califórnia (em Berkeley, Los Angeles e Londres) com o título original de ‘*Cuisine and Empire: Cooking in World History*’, que já se encontra traduzida em chinês, coreano e japonês. A obra é composta por oito capítulos, tal como se apresenta a seguir: I. *El dominio de la cocina con base en granos, 20000-300 a.C.* (p.27); II. *Las cocinas sacrificiales con base en cebada y trigo de los imperios antiguos, 500 a.C.-400 d.C.* (p.87); III. *El budismo transforma las cocinas de Asia meridional y oriental, 260 a.C.-800 d.C.* (p.146); IV. *El islam transforma las cocinas de Asia central y occidental, 800-1650 d.C.* (p.183); V. *El cristianismo transforma las cocinas de Europa y las Américas, 100-1650 d.C.* (p.224); VI. *Preludio a las cocinas modernas: Europa del Norte, 1650-1800* (p.274); VII. *Cocinas modernas: la expansión de las cocinas intermedias, 1810-1920* (p.327); VIII. *Cocinas modernas: la mundialización de las cocinas intermedias, 1920-2000* (p.404).

Rachel Laudan é uma pesquisadora inglesa que começou sua jornada como historiadora da ciência e tecnologia na academia e se transformou, de forma independente, numa historiadora da alimentação que tem se dedicado a examinar as ligações entre a preparação da comida e o desenvolvimento cultural e econômico da humanidade. Geóloga por formação, Laudan obteve doutorado em história e filosofia da ciência pela Universidade de Londres, em 1974, e foi professora e pesquisadora em várias universidades na América e na Europa. A carreira de Laudan deu a ela a rara oportunidade de viver nos cinco continentes, mas atualmente ela mora em Austin, Texas/EUA, com o marido filósofo. Destacam-se entre suas publicações mais importantes, além da obra resenhada: *The Food of Paradise: Exploring Hawaii's Culinary Heritage* (LAUDAN, 1996) e, como co-editora do *Oxford Companion to the History of Modern Science* (HEILBRON et al., 2003).

Faz-se necessário esclarecer que o livro trata sobre a comida preparada, que é apresentada como um feito humano, não natural, assim como casas, roupas e utensílios. Nele, Laudan desvenda padrões entre as migrações de cozinhas a partir da disseminação de cozinhas por conquistas de territórios, construções de impérios e das trocas realizadas por mercadores, soldados e missionários, desde os tempos antigos até a modernidade.

Ao mesmo tempo em que se observa uma incrível densidade acadêmica, nota-se a paixão da autora principalmente pela ‘culinária dos grãos’ – que domina toda a obra. Laudan apresenta

sobre essa temática um discurso acadêmico igualmente apaixonado que aparece costurado com a afetividade de observações pessoais, listando as vantagens oriundas da culinária dos grãos e apontando a necessidade da moagem dos grãos, para que haja transformação em pão, como a grande desvantagem dessa culinária.

Para dar liga a essa mistura, Laudan se vale da arte, de expressões idiomáticas, de imagens, de textos filosóficos e, até, de utensílios de cozinha, que costuram a fundamentação histórica e criam uma estrutura conceitual que proporciona certa tranquilidade na passagem entre tradições culinárias distintas.

Rachel Laudan ainda analisa como filosofias culinárias criam culturas, e não apenas as definem; e, ela acaba se incluindo dentro da historiografia alimentar global, seja por partir da ideia da comida como construtora de nações – seguindo os passos de Linda Civitello (2011) –, ou mesmo por apresentar aspetos da comida de maneira tematizada, como faz Michael Symonds (2009). Com isso, traça padrões sobre mudança ecológica, guerra, conversão religiosa, doenças e escravidão que podem ser registrados, também, a partir da comida. O ápice da criatividade humana coletiva é explorado e exibido de formas variadas para deixar registrada a engenhosidade de cozinheiras e cozinheiros, reais e anônimos, que descobriram formas diferentes de transformar alimentos e, com eles, alimentar pessoas.

Laudan identifica cozinhas principais – chamadas por ela de “estilos ordenados de culinária” – fundamentais para a formação de métodos e estilos culinários humanos, que são apresentados nos cinco primeiros capítulos da obra e apontados como sendo: as culinárias sacrificiais de cevada e do trigo, oriundas de antigos impérios localizados no que hoje se conhece como Oriente Médio; as cozinhas budistas coerentes do século III a.C.; a força transformadora da cozinha do Islã, auxiliada pelos mongóis; e a principal força unificadora dentro da culinária europeia e das Américas, o cristianismo – passando pelos primeiros cristãos, império bizantino, marcando reinados católicos dos Habsburgos e Bourbon até chegar aos protestantes republicanos.

Na introdução, Laudan apresenta seu principal argumento: tratar sobre filosofias culinárias e tecnologias de cozinhas que foram extremamente importantes para humanidade e que mostram como é importante a pesquisa também para a cozinha. Ressalta-se sobre o entendimento de filosofia alimentar, que este resenhista entende como sendo preceitos de nutrição funcional com a alimentação holística que busca equilíbrios entre corpo e mente, e que inclui fatores sociais, políticos e econômicos.

Assim, Laudan inicia explanando sobre as peculiaridades da filosofia alimentar do Havaí, lugar no qual ela residia a época do escrito: o Havaí foi construído a partir de comunidades locais distintas e pela imigração, e isso transformou a filosofia alimentar do lugar devido aos alimentos que vieram com nativos da Nicéia – como frango, porco, cachorro, taro, etc. –, o trigo e a carne bovina levada por anglo-britânicos e outros americanos, e essas alterações integram a filosofia alimentar que compõe o Havaí.

A autora então relaciona a interação da filosofia alimentar com as crenças que, por sua vez, são influenciadas pelas classes superiores, e leva o leitor perceber a existência de elites pelo mundo. É quando Laudan passa a analisar a distinção entre a alta cozinha das elites e a cozinha dos humildes, influenciadas por filósofos, líderes religiosos e reformadores

influentes de cada uma delas, como: os filósofos, Confúcio (c.551-479 a.C.), Platão (c. 427-347 a.C.), Sócrates (c. 470-399 a.C.); líderes religiosos como Buda (563 - 483 a.C.) Jesus Cristo (7-2 a.C – 30-33 d.C.) e Maomé (571-632 d.C.); Reformadores como, Hipócrates (460-370 a.C.), Copérnico (1473-1543), Paracelso (1493-1541), Martinho Lutero (1483-1546), Calvino (1509-1564), Vasalius (1514-1564), e Marx (1818-1883).

Entende-se que as cozinhas dos primeiros humanos (20000-300 a.C.) poderiam ser dividida em cozinha de grãos e cozinha de rizomas: as principais áreas habitadas pelos primeiros humanos incluíam a Planície Mesopotâmica, o Nepal, o Noroeste da Índia, a Bacia do Rio Luo (China) e a Bacia do Rio Amarelo (China), regiões que tinham a cevada, o trigo e o painço como alimentos básicos. Entretanto, lembra-se que, para além das áreas citadas, existiam outras cujas dietas que eram compostas substancialmente por quinoa, mandioca, feijão, batata-doce e milho.

Laudan acredita que muitas dietas surgiram desse período das primeiras sociedades, mas que apenas as culinárias à base de cereais, grãos e rizomas foram suficientes para desenvolver cidades, criando sociedades distintas, classes sociais, de onde se revelaria: a elite consumindo alimentos ricos, experimentando a opulência das grandes cozinhas; enquanto os humildes mantinham uma dieta baixa em carboidratos, feita com ingredientes simples e que, muitas vezes, poderiam faltar algumas das três refeições diárias consideradas importantes. A filosofia da dieta da época incluía atividades sacrificiais: Deus dava os cereais e os humanos eram ensinados a cozinhar e a retribuírem com sacrifícios de comida.

O segundo capítulo apresenta o trigo como base alimentar dos muitos impérios eurásianos, tais como: o Império Aquemênida (Império Persa, 500 a. - VI a.C.), os Impérios Gregos do período helenístico (323 a.C. – 33 a.C.), o Império Romano (de 27 a.C. até 476 d.C., o Império Mauryan na Índia (322 a.C. a 185 a.C.), o Império Han na Ásia Oriental (206 a.C. até 220 d.C.), dentre outros. As dietas desses impérios apresentavam características distintas: os antigos persas seguiam o zoroastrismo e enfatizavam imperialismo e tributação por meio de comida, sendo cevada, carne, ovos e queijos alimentos básicos daquela dieta; o período helenístico combina as cozinhas persa e grega valorizando a opulência; enquanto a Dinastia Maurya ficou conhecida pela diversidade de ingredientes e sofisticação da comida.

Diferente do que ocorria no Império Romano: por ser uma potência militar, conservava uma política alimentar sólida que mantinha uma alimentação militar completa, era uma dieta simples que até parecia sofisticada, mas não luxuosa. Além disso, a filosofia alimentar do Império Romano já orientava sobre modos à mesa e existência de cozinhas profissionais - recursos esses que, mais tarde, seriam bastante explorados pela Igreja Ocidental e tornariam populares as cozinhas da Europa e América.

A dieta do Império Han na Ásia Oriental se assemelha a dieta do Império Romano, mas já usava trigo para fazer bolos e comê-los. Antigos textos agrícolas chineses conhecidos como *Qi Min Yao Shu*, escrito por um oficial da Dinastia Wei do Norte chamado Jia Sixie que o teria concluído durante o segundo ano de Wu Ding de Wei oriental, 544 d. C. (WENHUA, 2001), tornou-se referência para entender a dieta do Império Han.

Laudan esclarece que os impérios globais até o século II a. C. eram dominados por cevada e trigo – o milho já reinava como base nas cozinhas ameríndias, mas ficou meio que

de lado na obra – e, devido ao desenvolvimento de tecnologias de produção e processamento de alimentos e à sua comercialização pelas cidades, os impérios da Eurásia prosperaram ao passo em que filósofos e líderes religiosos iniciaram críticas aos hábitos de classes sociais mais altas e aos sacrifícios.

O terceiro capítulo demonstra as influências do budismo sobre a metade oriental do Império da Eurásia. Na filosofia da dieta budista os mosteiros também eram lugares de prática alimentar religiosa e a dieta servia para a meditação. Ali se enfatizava o jejum de carne e álcool, e se tinha como ingredientes básicos peixe, arroz, trigo, feijão – que substituíam carnes –, ovos, açúcar, gergelim e a manteiga *ghee*.

A filosofia da dieta budista acabou se espalhando pelo leste, sul e sudeste asiático graças à atuação dos monges budistas com ondas de desenvolvimento externo características: a primeira, no século III d. C., com o budismo indiano se espalhando no sul asiático em tempos onde o hinduísmo se expandia pela Tailândia, Mianmar e Sri Lanka; a segunda, no século VII, quando o budismo penetrava no sudeste asiático e no Tibete, época na qual Xuanzang, um monge considerada o grande mestre Tripitaka da dinastia Tang, que fez uma jornada à Índia que durou treze anos aprender sobre as escrituras budistas e de lá levar o conhecimento para a China (YU, 2012) – temática inclusive retratada na obra, um dos quatro romances clássicos da China, *Jornada ao Oeste* (《西遊記》), de Wu Cheng'en escrito no século XVI e que, até serviria mais recentemente como inspiração para o mangá *Dragon Ball* (LARA, 2017), muito popular na atualidade entre crianças e jovens.

O budismo foi também responsável pela introdução do chá e do tofu na dieta chinesa. Mas, também, existe o registro da “ordem de proibição de comer carne” (ALLEN, 2019), influenciada pelo budismo, expedida em 765 d.C. pelo imperador Tenmu do Japão.

Desse contexto nasceram culinárias importantes, como: a cozinha *Kaiseki* (LAN et al, 2012), uma transformação da cozinha simples servida aos monges com chá que mais tarde fez desenvolver a cerimônia do chá (*cha-kaiseki*), mas que evoluiu para um banquete sofisticado de vários pratos servidos em restaurantes; a cozinha *Honzen-ryōri*, que traz uma culinária japonesa altamente ritualizada na maneira de servir a comida, e que resiste a partir da cozinha *Kaiseki*; e, a cozinha *Shōjin ryōri*, culinária praticada pelos monges budistas japoneses, baseada em harmonia e simplicidade, essa culinária é uma prática dos monges em busca pela iluminação e, genericamente busca um equilíbrio entre cinco cores e sabores diferentes. Além disso, alho, cebola e outros sabores picantes não são usados no *shōjin ryōri*, enquanto as receitas vegetarianas e veganas padrão não proíbem o uso de tais ingredientes (TRADITIONAL TOKYO, 2021). O surgimento dessas culinárias acabou trazendo refinamento para a cozinha japonesa seja pela atmosfera, pelos ritos, pelos arranjos alimentares e, até, pelos utensílios.

O quarto capítulo mostra o resultado de a dieta islâmica herdar partes das dietas persa e grega: essa filosofia dietética ressalta que desfrutar de uma boa comida é um dos grandes prazeres da vida humana. Nela tinham destaques comidas cheias de especiarias, o uso de pão de trigo (tipo pita) e uma confeitaria delicada. A distribuição da dieta islâmica ocorria desde o sul da Espanha, passando pelo extremo sul do deserto do Saara até chegar ao sul asiático.

A dieta islâmica se relaciona diretamente com a história de vários impérios: Império Romano (pois Constantinopla era capital do Império Romano entre 330-395), Império

Bizantino (395-1453), Império Sassânida (224-651), Império Otomano (1299-1923) e Império Mogol (ou ainda Mugal ou Mogul, 1526-1857), que tinham como base alimentar cordeiro, frango e carnes, iogurte, arroz pilau e outros alimentos feitos com farinha de trigo.

O Império Mogol foi o responsável por influenciar a cultura alimentar da maior parte do continente indiano principalmente pelo uso de especiarias, arroz, manteiga de leite de ovelha, melão e outras frutas; e possibilitou ainda mais com o desenvolvendo de sistemas de agricultura e irrigação. Entretanto, as influências do Alcorão passaram a proibir certos tipos de carne e sangue animal na alimentação, criando os comportamentos *Halal* que implicam também na cozinha. Além disso, deve-se aos islâmicos o uso do açúcar e da destilação do álcool que ajudaram a modificar as cozinhas.

O capítulo quinto explica como a junção das cozinhas romana e judaica origina a culinária cristã, cuja filosofia dietética aponta para o simbolismo (o pão simboliza o corpo do Cristo, e o vinho seria o sangue Dele; ainda estreita a ligação de pães e peixes com o cristianismo) e o aspecto cerimonial, sagrado, das refeições.

A dieta cristã domina a Europa Ocidental e partes do Império Babilônico do passado, não apresenta muitas restrições e tem preferência por pães de trigo fermentados, carne e vinho. Com a expansão do Império Espanhol, no período das Grandes Navegações, essa dieta se espalha pela América, África e partes da Ásia.

O sexto capítulo traz o advento da cozinha moderna, que Laudan aponta como ‘cozinha intermediária’, explorando o norte e noroeste da Europa, a filosofia dietética desse período (1650-1800) enfatizava a importância da dieta tanto no campo familiar quanto no aspecto individual, e se desenvolvia num contexto histórico com efervescência na religião e política.

Países como Reino Unido, França e Holanda mudaram suas dietas tradicionais para dietas modernas que davam destaque para o pão branco de trigo, carne bovina, açúcar e bebidas alcoólicas influenciadas por uma agricultura melhorada e com novas tecnologias que permitiam fartura e variedade de alimentos que não eram tão caros - garantindo mais acesso da população aos alimentos.

O sétimo capítulo mostra a expansão da dieta moderna, a partir da cozinha anglo-intermediária do Império Britânico entre 1810-1920, que se espalhou com o colonialismo: as influências da capital imperial no uso do pão de trigo e carne bovina conquistava as colônias – primeiro pela burguesia até chegar à classe trabalhadora –, e tinha a possibilidade de ter produção industrializada.

A existência de duas grandes guerras mundiais alterou as dietas, principalmente com as migrações, mas também com reformas alimentares, comida enlatada, padronização de alimentos, preservação a longo prazo, que geraram novas culturas alimentares e outras preocupações, como doenças ocasionadas por comida, atenção com aspecto nutricional, tendências como o vegetarianismo, dentre outras.

No oitavo capítulo as influências da globalização são ressaltadas com a existência da indústria *fast food*, sobretudo pelos hamburgueses (pão e carne), dividindo espaço com cozinhas tradicionais de cada lugar e com cozinhas modernizadas que encontravam fronteiras nas comidas de “alta e baixa” qualidade e que apontavam para o declínio do imperialismo em detrimento dos Estados-Nação. É aqui que se observa a presença de distúrbios alimentares,

insegurança alimentar, desequilíbrio comercial, existência de doenças infecciosas, dentre outros problemas – todos ligados ao aspecto alimentar.

A experiência histórica oferecida pelo livro é fantástica e se vale de uma fundamentação teórica bem construída, pela qual Laudan vai demonstrando que, ao longo da história humana, a variedade da comida e o sabor acabaram sendo ditados pelos conhecimentos e tendências de cozinhas principais: desde o uso da quantidade de comida, passando pela gordura ideal para a ser utilizada para cozinhar até a criação dos diferentes tipos de doces. Fica evidenciado na leitura que sempre houve uma clara divisão entre elite e não-elite, com existência de uma cozinha rica (alta) e da cozinha humilde (baixa).

Demonstrando como as cozinhas se elaboraram uma sobre as outras, Laudan aponta o Império Aquemênida da Pérsia como a raiz da opulência, que foi imitada por gregos – durante e depois da conquista da Macedônia – e sucedida pelos romanos com sua culinária republicana mais estratificada e influenciada pelos gregos.

Foi justamente a tentativa de superar a opulência persa-grega, ou até pela contradição dela, que a cozinha moderna mediana surgiu, ao passo em que as cozinhas do sul e leste asiático evoluíram e se colocaram distintas das cozinhas ocidentais. Mas, ainda assim, é possível encontrar conformidades entre as cozinhas greco-romana e do leste asiático: a teoria humoral da medicina está na raiz dessas cozinhas, e se manteve compartilhada em cozinhas da China e Europa até o início do período moderno.

Um dos pontos bem interessantes da obra traz Laudan associando a comida de povos antigos com conexões espirituais: demonstrando o enraizamento de conceitos de transmutação e alquimia a um antigo *cosmos* culinário, que permitia barganha sacrificial (entre deuses e homens) e mantinha uma hierarquia social. Com isso, observa-se que: os excessos obtidos com barganha espiritual ainda poderiam ser repudiados pelos ‘crentes’ e substituídos por rituais (como os casos dos jejuns ou de festejos, como a Quaresma, por exemplo); muitas vezes, surgiam ingredientes representativos como o peixe, o pão, o vinho; além disso, cozinhas foram adaptadas ou absorvidas de acordo com as crenças (ou seria, a partir dos interesses de quem dominava o poder na hierarquia religiosa, orientando e sustentando crenças?); e os diálogos entre filosofia e religiosidade marcaram a relação entre a humanidade e o divino, e entre si para orientar o consumo de alimentos. Isso manteve uma ligação sobre a preparação da comida com o meio ambiente e com o indivíduo que relacionou durante muito tempo a comida com espiritualidade, medicina e saúde.

A obra deixa a desejar no que tange à culinária dos humildes, o que alguns pesquisadores se permitem chamar erroneamente de “baixa gastronomia”, aquela sem a opulência da sofisticação e o requinte que caracterizam a *haute cuisine*. Mas, esse fato torna-se compreensível quando Laudan argumenta que estudos sobre culinária tendem a ser uma análise por gotejamento dos ricos, que se permitem ao luxo de experimentações com comida. Diferentemente dos pobres, que não podem correr riscos com a sua comida, seja por questões financeiras, pela escassez, pela pobreza, pela fome, mas que com o tempo e melhorias de sua condição de vida, tendem a adotar tradições alimentares dos ricos.

Por isso é justificável que só com os tempos modernos vieram as melhorias no acesso a tipos variados de alimentos e a um comércio mais confiável para o consumo. Isso foi

crucial para o desenvolvimento das cozinhas modernas. Tem-se nos últimos capítulos do livro evidências de como a *haute cuisine* teve grande difusão no século XX, graças a cozinha intermediária.

Apesar de Laudan ser expansiva e cuidadosamente bem fundamentada nas suas construções, pode-se chegar à conclusão de que: este não é um livro global sobre gastronomia e império, principalmente pelo fato de ele encontrar-se limitado às economias alimentares baseadas em grãos.

A autora acredita que os grãos foram mais importantes para a história da alimentação. Com isso, acabou tomando um caminho no qual, impérios que tinham raízes (ou derivados delas) e outros vegetais como alimento básico da alimentação fossem quase que suprimidos dos detalhamentos apresentados. Essa ação justifica o aparecimento de impérios ocidentais da África e do Novo Mundo, ligados à mandioca, ao milho, à batata, ao taro (inhame, taioba), apenas resumidos às notas de rodapé. Já que, para Laudan, a migração prolífica de ingredientes desses impérios não incluiu migração correspondentes de tecnologias pelas quais esses alimentos foram transformados em cozinhas.

De tal maneira, a história alimentar americana, africana e oceânica é superficialmente apresentada diluída entre as narrativas de expansão de outros impérios. Além disso, sente-se falta da discussão sobre apropriação das cozinhas do centro eurasiático – o que é de se estranhar, considerando que existe uma apresentação bem – feita de como a religião foi importante na difusão da culinária eurasiática.

Outra omissão que o texto apresenta é que durante os processos de intercâmbio culinário global, a comida americana influenciou as cozinhas da Oceania e África, com alimentos e escravos. **Essa constatação apresenta-se ainda mais conflituosa quando Laudan nega o conceito do Intercâmbio colombiano, chamando-o de uma “transferência culinária unilateral” (LAUDAN, p.202) de tecnologias e alimentos à base de grãos do Oriente para o Ocidente.**

Apesar disso, ressalta-se aqui que, como resultado da era do descobrimento, o ‘Intercâmbio Colombiano’, termo criado por Alfred W. Crosby em seu livro *The Columbian exchange: biological and cultural consequences of 1492 (O Intercâmbio Colombiano: consequências culturais e biológicas)*, foi seguramente um dos mais marcantes e intensos períodos de intercâmbios entre o Oriente e o Ocidente: iniciado no final do século XV, influenciando diretamente na cultura, agricultura, ecologia e economia mundial, graças ao intercâmbio de alimentos, plantas, animais, doenças, ideias e população humana – incluindo os escravos nessa categoria.

Nota-se que, enquanto os argumentos usados por Laudan negam o impacto mundial de alimentos básicos, como por exemplo o do milho – neste caso, justificando que os europeus não adotaram as religiões mexicanas e não fizeram uso da Nixtamalização, um processo que facilita a moagem, melhora o sabor, aroma e valor nutritivo do milho – a autora acaba reduzindo a importância de alimentos e práticas alimentares que acompanham o desenvolvimento de impérios. Isso se estende com a mandioca, a batata, o taro e a outros tipos de vegetais que foram, de fato, importantes para a construção de impérios e para a alimentação global.

A despeito de refutar, desde os capítulos iniciais, a ideia de transferência intacta de

tecnologias e associações espirituais que acompanham a alimentação, Laudan demonstra que todos os humanos preparam alimentos fervendo, fritando ou assando: ela usa justamente a época do descobrimento para mostrar que, quando os europeus descobriram novos ingredientes, a partir das viagens de exploração, eles já possuíam tecnologia universal para transformá-los em culinária. Isso sugere que não só os europeus, mas também os povos oriundos dos descobrimentos, aprenderam maneiras de cozinhar ingredientes a partir de experiências de acerto e erro na cozinha. Mas, ao mesmo tempo, observa-se que os europeus e asiáticos também se apropriaram de tecnologias culinárias do Novo Mundo, quando lhe conviera: exemplos disso são o chocolate e o tabaco, que mantiveram seus métodos de preparação e consumo intactos.

Mesmo a nixtamalização não sendo uma prática entre os europeus, isso não nega a importância do intercâmbio colombiano. Até porque os europeus passaram a usar o milho como se ele fosse trigo. Fato que demonstra que houve, sim, uma absorção do milho no sistema alimentar europeu: provavelmente, sustentadas pelo racismo, com preconceito e outros tipos de ideologia, essas trocas foram decerto complicadas, desequilibradas, mas nunca unilaterais como sugere Laudan no texto.

Outro episódio marcante encontrado em *Cozinha e Império* é a taxativa censura que Laudan direciona para o *chef* Emeril Lagasse por uma declaração que ele fez para os seus telespectadores dizendo que cozinha não é ciência de foguetes. Laudan lembra que a cozinha é muito mais que apenas usar técnicas de preparo e cocção de alimentos, ela registra na obra episódios que mostram historicamente que, sim, o desenvolvimento da cozinha foi inicialmente “ciência de foguetes”.

Basta que se olhe um pouco para trás para verificar aspectos da revolução social causada com o surgimento da cozinha: desde o uso do fogo na transformação da comida; o uso da agricultura, da caça e da pesca e a importância para o descobrimento do mundo das conservas e charcutaria; o mundo invisível e fundamental da fermentação, para que houvesse a cerveja, molhos como o de soja, e que ainda trouxe consigo uma evolução definitiva para a existência da panificação e da confeitaria; o resplendor da engenharia hidráulica romana, para distribuir água; a tecnologia do bronze chinês, a **delicadeza e arte das cerâmicas islâmicas; a notabilidade da destilação islâmica que permitiu as inúmeras possibilidades para o mundo das bebidas (mas não só); as máquinas a vapor que transformaram a indústria alimentícia, os bolos ocidentais que conquistaram as celebrações pelo mundo – esses são apenas poucos exemplos de que a cozinha foi, sim, “ciência de foguetes”.**

Apesar disso, a obra torna-se referência de profundidade e cronologia quando trata da maneira que os humanos preparam a sua comida, desde o domínio dos grãos até a globalização das culinárias modernas (de 1920 a 2000). Porém, se faz interessante registrar aqui que, as tais cozinhas modernas e/ou intermediárias do século XX começaram a se desenvolver, ainda, a partir de ideias de governo com ações que podem ser rastreadas até 1650, quando o poder político passa a ser também direcionado para a vontade do povo: já não se podia mais negar ao povo o direito da comida.

Laudan até argumenta sobre as diferenças entre a humildade de cozinhas tradicionais e as cozinhas modernas ou intermediárias, na qual os comedores podiam se deleitar com mais

carnes, açúcar e gorduras, desfrutar de doces, molhos e alimentos processados. Foi com a Revolução Industrial que as classes trabalhadoras e médias assalariadas urbanas conheceram as cozinhas modernas que se expandiam da burguesia.

Impactos disso podem ser observados, por exemplo, com o aumento do consumo de pão branco e de carne que marcam a alimentação do povo inglês até o século XIX – por lá eles podiam encontrar facilmente o pão branco, quentinho, que era mais saboroso e aparentemente mais digestível que o pão integral da época, além de ser mais fácil de transportar para as fábricas e minas.

Laudan demonstra, por meio de pesquisas, que a nutrição das classes trabalhadoras e dos pobres, inclusive, melhorou com a Revolução Industrial. Esse fato, entretanto, vai em desacordo a ideia errônea apontada por alguns pesquisadores da alimentação, historiadores, nutricionistas e economistas, como Krugman (2008), que apresentam a culinária inglesa como nutricionalmente deficiente e de gosto ruim.

Interessante também é registrar o fato de Laudan lamentar o hábito de a sociedade romantizar a comida caseira, como se ela fosse sempre superior à comida processada industrialmente. Assim, observa-se ao longo do texto uma rejeição da autora contra todo e qualquer esnobismo alimentar, incluindo o *ethos* da comida “do campo à mesa” (*farm to table*).

Pode soar estranho e, até descabido, para alguns leitores quando Laudan associa alimentos processados ao desencolhimento das cozinhas modernas. Mas, faz todo sentido, quando se analisa cuidadosamente a perspectiva histórica apresentada sobre o processamento de alimentos.

Te tal modo, Gastronomia e Império resgata episódios históricos para demonstrar a evolução e o desenvolvimento das cozinhas, tais como: as manufaturas de *garum* (antigo molho romano feito com peixe e vísceras) e as padarias eficientes e de grande escala, na antiga Roma; os mosteiros budistas desenvolvendo instalações adequadas para o processamento de chá; as refinarias de açúcar de beterraba, na França; a inovação das fábricas de embalagens para arenque, na Holanda; as fábricas de rolo e moinhos, pelo mundo, que reduziam os trabalhos manuais e aumentavam a variedade de alimentos a serem preparados.

Notadamente é um trabalho com bibliografia densa que apresenta reflexão sobre uma gama de fatos entre si. Mas, que também atinge pontos que parecem obscuros, como a Eucaristia – um ato religioso cristão – que acaba se transformando em uma ‘culinária cristã’.

Laudan ainda resgata suas próprias memórias, sobretudo quando relembra a imagem de seu próprio pai, um agricultor que resolve transformar seu trigo em farinha, à mão: primeiro ele usa um pilão (almofariz), depois um picador e até um martelo. Obviamente, todas as empreitadas não oferecem sucesso para a obtenção de boa farinha. Nesse ponto, Laudan explicitamente se dá conta de que sem a existência dos moleiros comerciais, que fazem o processamento do trigo, e apesar de ter seus celeiros cheios do trigo que era fruto do trabalho de seu pai, sua família poderia ter morrido de fome. Não bastasse isso, aumentando a carga de experiência pessoal, um amigo mexicano da autora lhe apresenta as lições de moagem e o trabalho árduo das mulheres em aldeias longínquas mexicanas – que para alimentar suas famílias de cinco ou seis pessoas precisam passar cinco horas por dia moendo o milho para depois preparar suas refeições.

A conclusão do livro ocorre com Laudan descrevendo uma cena na Cidade do México na qual mães e avós mexicanas fazem compras em uma mercearia; se percebe a exultação à variedade de alimentos que está à disposição no mercado: alimentos usados por quem tem tempo para cozinhar, outros para quem não quer cozinhar; alimentos com preços para todos os bolsos; alimentos, inclusive, produzidos em muitas partes do mundo e que chegaram até ali. Situação bem diferente de quando se pensa que até bem pouco tempo aquelas mulheres mexicanas estariam em processos que durariam horas para manter a alimentação de suas famílias. Mas, graças ao processamento de alimentos, o prazer da cozinha mediana trazia mais dignidade, escolha e responsabilidade para o ato alimentar.

É um texto que merece ser estudado para ser analisado cuidadosamente, sobretudo, partindo de duas perspectivas: a primeira, torna-se muito apropriado para apresentar uma historiografia da culinária dos grãos na Eurásia; enquanto a segunda, pode servir como comparativo para orientar o estudo de cozinhas que não foram contempladas com profundidade no texto, principalmente pela negação do Intercâmbio Colombiano. É altamente indicado para estudantes e pesquisadores dedicados aos estudos culturais da alimentação, sociologia, antropologia, política, economia, religião, geografia e história.

Referências Bibliográficas

- ALLEN, K. Por que comer carne foi proibido no Japão por séculos. Estilo de Vida carnívoro. Disponível desde 12/2019, em: < <https://www.estilodevidacarnivoro.com/2019/12/por-que-comer-carne-foi-proibida-no.html> >. Acesso em 12/04/2021.
- CIVITELLO, L. Cuisine and culture: A history of food and people. New Jersey: John Wiley & Sons, 2011.
- CLIFT, P. D. A brief history of the Indus River. Geological Society, London, Special Publications, v. 195, n. 1, p. 237-258, 2001.
- CROSBY, A. W. The Columbian exchange: biological and cultural consequences of 1492. Westport: Greenwood Press. 1972.
- HAVILAND, W. A.; PRINS, H. E.; MCBRIDE, B. The Essence of Anthropology: The human challenge. 3rd ed. Belmont, California: Wadsworth, 2013.
- HEILBRON, J. L.; BARTHOLOMEW, J.; JIM BENNETT, J.; HOLMES, F. L.; LAUDAN, R.; PANCALDI, G. The Oxford Companion to the History of Modern Science. Xxviii + 941 p., Ilust., Índice. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- KRUGMAN, P. Economics of English Food. The New York Times. Disponível desde 23/12/2008, em: < <https://krugman.blogs.nytimes.com/2008/12/23/economics-of-english-food/> >. Acesso em 29/04/2021.
- LAN, L. W.; WU, W-W.; LEE, Y-T. Promoting food tourism with Kansei cuisine design. Procedia-Social and Behavioral Sciences, v. 40, p. 609-615, 2012.
- LARA, R. Jornada para o Oeste: conheça o romance chinês que inspirou “Dragon Ball”. Start Uol. Disponível desde 28/04/2017, em: < <https://www.uol.com.br/start/ultimas-noticias/2017/04/28/jornada-para-o-oeste-conheca-o-romance-chines-que-inspirou-dragon-ball.htm> >. Acesso em 12/04/2021.
- LAUDAN, R. Gastronomía e imperio: La cocina en la historia del mundo. Trad. de Ix-Nic Iruegas, Ignacio Padilla. México: Fondo de Cultura Económica; 1ª edição. 2020. 563 p.
- LAUDAN, R. The Food of Paradise: Exploring Hawaii’s Culinary Heritage. University of Hawaii Press, 1996.
- SYMONDS, M. Michael Symon’s Live to Cook: Recipes and Techniques to Rock Your Kitchen. NYC: Clarkson Potter Publishers; Illustrated. 2009.
- TRADITIONAL TOKIO. Shōjin ryōri – Temple Food. 2021. Disponível em: < <https://traditionalkyoto.com/eat/temple-food/> >. Acesso em 12/04/2021.
- WENHUA, Li (Ed.). Agro-ecological farming systems in China. Paris: Unesco; New York: Parthenon Pub. Group, 2001.
- YU, A. C. The Journey to the West. Revised Edition, Volume 1. University of Chicago Press, 2012.

ENTRE O ALTAR E O TRONO: A
INSTRUÇÃO RELIGIOSA E O ENSINO
LAICO NO CEARÁ DO ÚLTIMO
QUARTEL DO SÉCULO XIX.

CLEIDIANE MORAIS
Universidade Federal do Ceará
cleidimorais2010@hotmail.com

MANUELLE ARAÚJO DA SILVA
Universidade Federal da Paraíba
manuellearaujodasilvaa@gmail.com

RAFAELA GOMES LIMA
Universidade Federal do Ceará
rafagl83@gmail.com

Resumo

O presente trabalho busca investigar o envolvimento das elites políticas e ilustradas no Ceará, do último quartel do século XIX, com as questões educacionais, como expressão das disputas entre os ideais ultramontanos, católico-conservador e liberais. Trata-se de um momento no qual a estrutura político-social brasileira estava acentuadamente marcada pelos conflitos entre o Estado Imperial e a Igreja Católica. Tal questão perpassa a emergência à época da renovação do currículo primário animada pelas discussões em torno da educação, considerada mola propulsora para o progresso material e moral, da laicização e secularização do ensino. Elementos voltados à proposta educacional que valorizasse o ensino intuitivo e a ciência, atados à formação do homem laborioso, obediente e amante da pátria. Assim, do ponto de vista teórico-metodológico, o trabalho com as fontes históricas (cartas pastorais, jornais, atas de assembleia, relatórios de viagem e pareceres educacionais), será feito na intenção de tomá-las em suas discordâncias, desvios e em sua dinâmica conflitual, em um movimento que, vai do “campo das ideias” ao real cotidiano do povo pobre e humilde. A esse segmento social se destinava a formação primária focada na imposição de valores de moral e trabalho. Vê-se as contradições entre a busca pelo que se considerava moderno e civilizado e a estrutura político-social cearense, baseada na dependência econômica da maioria da população, das altas taxas de analfabetismo e do exercício de atividades informais para a garantia do sustento familiar.

Palavras-chave: Instrução pública primária; Instrução moral e religiosa; Ensino laico.

BETWEEN THE ALTAR AND THE
THRONE: THE FIGHTING BETWEEN
RELIGIOUS INSTRUCTION AND LAY
EDUCATION IN CEARÁ IN THE LAST
QUARTER OF THE 19TH CENTURY.

CLEIDIANE MORAIS

Universidade Federal do Ceará
cleidimorais2010@hotmail.com

MANUELLE ARAÚJO DA SILVA

Universidade Federal da Paraíba
manuellearaujodasilvaa@gmail.com

RAFAELA GOMES LIMA

Universidade Federal do Ceará
rafagl83@gmail.com

ABSTRACT

The present work aims to investigate the involvement of political and enlightened elites in Ceará in the last quarter of the 19th century, with educational issues, as an expression of the disputes between the ultramontane, catholic-conservative and liberal ideals, in a moment in which the Brazilian political-social structure was increasingly marked by conflicts between the Imperial State and the Catholic Church. This matter was, during that time, related to the emergency of a renovation of the primary curriculum, stimulated by discussions on education (considered a driving force for material and moral progress), the laicization and secularization of teaching, according to an educational proposal that valued intuitive teaching and science, tied to the formation of a laborious, obedient and patriotic man. Thus, from a theoretical and methodological point of view, dealing with historical sources (Pastoral Letters, newspapers, meeting records, travel reports and opinions on education) will be done considering their disagreements, deviations and also in their conflict dynamics, in a movement that goes from the “field of ideas” to the daily reality of the poor and humble people, recipients of a primary education focused on imposing moral and labor values. One can see the contradictions between the search for what was considered modern and civilized and the political and social structure of Ceará, based on the economic dependence of most of the population, the high rates of illiteracy and the exercise of informal activities to provide for their families.

Keywords: Primary public education; Moral and religious education; Secular teaching.

INTRODUÇÃO

No século XIX, os debates em torno do tema da educação ocuparam com certa pertinência as ações dos que se colocaram como habilitados a direcionar a Província e depois o Estado do Ceará nos rumos das nações ditas civilizadas. Aliada ao progresso moral e intelectual, as diversas forças político-partidárias, seja nas Assembleias Legislativas, na Câmara dos Deputados, nos gabinetes de leitura ou agremiações literárias, a instrução pública foi considerada o principal meio para se formar sujeitos aptos a essas novas exigências. As instituições públicas foram impulsionadas pelos interesses do mundo capitalista, especialmente com a emergência de um contexto histórico pautado pela industrialização e pela formação de mão de obra para o trabalho livre.

Na década de 1880, uma série de Cartas Pastorais produzidas por Dom Joaquim José Vieira, Bispo do Ceará entre 1878-1903, trataram logo de direcionar os fiéis quanto ao ensino das classes infantis e da mocidade. Representando as ideias “ultramontanas”¹, que defendiam a superioridade do poder papal em matéria de fé e disciplina, conforme Abreu (2009, p. 14), D. Joaquim Vieira atribuía à religião a tarefa, senão de direcionar, ao menos de contribuir efetivamente como partícipe fundamental na organização da instrução pública, espaço no qual diversas funções foram exercidas por padres.

Um indicativo latente do que se pode considerar uma simbiose entre as instâncias religiosas e instrutivas, trata-se da exigência vigente à época, por parte da Diocese, de uma fiscalização dos manuais escolares que deveria ser desempenhada por representantes religiosos. Ainda que assuntos de diversas ordens demandassem a atenção do Bispo, desde os mais específicos – como as atividades realizadas pelo clero e a consolidação de normas e práticas para se viver conforme os preceitos da Igreja – aos mais abrangentes, como a conjuntura política à época, os ideais de moralidade, vigilância dos costumes valorados entre adequados e inadequados a partir de uma ótica moralmente cristã, a temática educacional permanecia em local de destaque no fulcro dos interesses religiosos.

A par disso, o chamado ideal ultramontano, já se fazia presente no Ceará e somou mais vieses reforçadores a partir do marco da fundação da Diocese em território cearense por volta do ano de 1854 (oficializada em 1860). Com a chegada do Bispo D. Luís Antônio dos Santos, em 1861, e a fundação do Seminário Episcopal (1864), os ideais reformadores da Igreja, quais eram, a aproximação com a Sé romana e a moralização do clero, passaram a orientar as ações da Igreja na Província. O Seminário, sob o comando dos padres da Missão, os Lazaristas, passou a ser não somente um lugar de formação religiosa, como também se constituiu em espaço educacional para boa parte da mocidade advinda da elite local, por oferecer a formação a nível secundário.

Em documentos eclesiais, como os enredos das Cartas Pastorais, associava-se a instrução oficial à própria vivência da fé católica. Assim, a manifestação da religião no cotidiano dos fiéis

¹ O ultramontanismo, no século XIX, se caracterizou pelo fortalecimento da autoridade pontifícia sobre as igrejas locais; a reafirmação da escolástica; o restabelecimento da Companhia de Jesus (1814)”, com uma série de ações implementadas pela Igreja Católica frente “a algumas correntes teológicas e eclesiais, ao regalismo dos estados católicos, às novas tendências políticas desenvolvidas após a Revolução Francesa e à secularização da sociedade moderna”, ou seja, a “definição dos ‘perigos’ que assolavam o poder religioso (galicanismo, jansenismo, regalismo, todos os tipos de liberalismo, protestantismo, maçonaria, deísmo, racionalismo, socialismo, casamento civil, liberdade de imprensa e outras mais)”. (SANTIROCCHI, 2010, p. 24)

estaria no cumprimento dos deveres e obediência aos dogmas e prescrições católicos, como afirmado na Quarta Pastoral: “o católico de qualquer posição social, na vida particular como na pública, na cadeira de mestre, na política, na tribuna, tinha o dever de prestar obediência a Igreja” (VIEIRA, 1886, p. 58). Para além do âmbito familiar, a obediência aos preceitos católicos, qual seja a de instruir os filhos nos assuntos religiosos, o trecho citado, estabelece de modo claro que o mestre também deveria obediência às prescrições da Igreja Católica em seu exercício docente, haja vista que professar a fé católica se constituía como requisito para se tornar professor primário. Isto é, assim como os pais deveriam transmitir os dogmas em pauta aos seus filhos, o mestre concretizaria sua obediência ao catolicismo à medida com que perpetuasse em seu alunado a moral cristã.

Constituindo um dos principais instrumentos de comunicação e pedagogia religiosa entre o bispo e seus diocesanos, as Cartas Pastorais manifestavam em seus enredos o controle sob o clero e sua formação, as administrações das paróquias e manifestações populares. Para o Bispo do Ceará, havia a necessidade de proteger as crianças e “jovens”² das transformações e demandas que o dito mundo moderno impunha à instrução pública.

A grandeza d’um povo, dizem todos, mede-se pelo grau de sua instrução; o verdadeiro patriota, o verdadeiro amigo da humanidade é aquele que mais promove o desenvolvimento moral e intelectual de seus semelhantes [...]. Infelizmente, porém, querem o ensino sem a ideia de Deus, sem relação com a moral cristã. Se ensina os conhecimentos das ciências naturais, mas pouco se ensina sobre a origem e fim do homem³. (VIEIRA, 1888, p. 127)

O ensino garantido pelos cofres provinciais estava aliado, nos discursos de Dom Joaquim Vieira, às expressões “mundo moderno” e “modernidade”. Conforme Moura e Almeida (1977, p. 333), tal correlação dava a informar sobre o contexto de mudanças que se anunciava no Ocidente e que a Igreja encontrava dificuldades para acolher, ou seja, à circulação de correntes ideológicas e políticas cada vez mais presentes nos círculos políticos e letrados. A ideia de moderno nesse contexto não significava progresso ou melhoria. Ao inverso, a Igreja Católica começava a se deparar com entraves político-ideológicos que ameaçavam uma pretensa soberania moralizante. Ou seja, ainda que Igreja e Estado concordassem em formar cidadãos obedientes, havia uma concorrência entre eles nas ideias utilizadas para amparar sua ação pedagógica⁴.

Na encíclica *Quanta Cura* e no *Sílabo dos Erros*, do Papa Pio IX, de 1864, a Santa Sé posicionou-se frente aos ideais advindos do liberalismo, do cientificismo, do racionalismo, do protestantismo e da laicidade apontados como “erros modernos”. De acordo com Abreu (2009, p. 24), tal documento, em âmbito católico, expressou as lutas da Igreja contra as investidas das ideias de secularização, da laicização das instituições civis impulsionadas pelas posições de cunho liberal, além da perseguição à Maçonaria e da contestação de submissão do poder espiritual ao temporal. O pontificado de Pio IX representou com veemência, como investigado pelos estudiosos do liberalismo e da educação, o conflito entre “o catolicismo e a civilização moderna; entre o ideal, de certo modo medieval, da preponderância da autoridade

2 Termo frequentemente utilizado por Dom Joaquim José Vieira em suas Cartas Pastorais.

3 Nas citações deste artigo, será mantida a grafia da época.

4 “Toda ação pedagógica é objetivamente uma violência simbólica enquanto imposição, por um poder arbitrário, de um arbitrário cultural”. (BOURDIEU e PASSERON, 1992, p. 20). Ainda segundo os autores, a ação pedagógica que reproduz a cultura dominante no sistema de ensino tende a assegurar o monopólio da violência simbólica legítima.

‘espíritual’ na sociedade civil e o anseio de ‘temporalização’ das instituições que é da essência mesma do pensamento liberal” (BARROS, 1986, p. 29).

De um lado, mas sem obedecer a fronteiras tão rígidas, o conceito de modernidade, nas Cartas Pastorais, estava associado ao liberalismo, ao naturalismo, ao racionalismo absoluto ou moderado, ao socialismo, ao comunismo e ao cientificismo, cujas posições expressavam os ideais ultramontanos “com uma amostragem sobrenaturalista e moralista” (MONTENEGRO, 1978, p. 134 *apud* CORDEIRO, 1997, 67). De outro, para as elites políticas e ilustradas, a ideia de modernidade referia-se ao alcance do progresso material, urbano, técnico e cultural, conforme Ribeiro (2003, p. 16). Tal conjuntura, que culminou com a questão religiosa no Brasil, constituiu-se na luta entre a mentalidade católico-conservadora e o espírito laico, liberal, caracterizando-se, dentre outros aspectos, pelo “esforço de definição do catolicismo diante da civilização moderna, que dispensava os seus serviços; esforço aquele necessário para a sobrevivência da religião de Pedro, perplexa diante de um mundo hostil que a declarava superada” (BARROS, 1986, p. 29).

UNIVERSO LETRADO EM PAUTA: EMBAATES ENTRE ENSINO LAICO E RELIGIOSO NA IMPRENSA CEARENSE

O jornal Tribuna Católica, órgão religioso, literário e noticioso da Diocese do Ceará, não apresentava expectativas promissoras quanto aos encaminhamentos referentes às relações entre a igreja e a instrução na Província à época. O tom enfático de suas publicações com relação ao ensino leigo, gratuito e obrigatório, representou as posições do catolicismo ultramontano frente às investidas dos princípios liberais de valorização da ciência, em contraposição aos valores e dogmas da doutrina cristã e da defesa da renovação do currículo escolar e secularização dos programas escolares.

Quanto a nós a instrução não pode trazer necessariamente essa grande utilidade que dela se espera, como resultado necessário. Ela não é mais que um instrumento que se pode empregar para o bem e para o mal. Atendendo ao caráter dos que se entusiasmam por ela na França donde o Brasil recebeu essa febre contagiosa, cremos que todo esforço por ela é pra ser empregada para o mal: porque a querem gratuita, obrigatória e leiga. Instrução leiga quer dizer fora ou contra às doutrinas da Igreja, instrução incredula, materialista, ateia, sem dogma, sem religião e sem moral. (TRIBUNA CATÓLICA, 1872, p. 2)

As ideias veiculadas na Tribuna Católica empreendiam visões que opunham bem e mal, se auto demarcando no que julgava uma finalidade moral para o ensino. Isto é, somente se a instrução se constituísse como um importante veículo de perpetuação dos dogmas católicos ao longo das gerações, ela alcançaria propósitos morais e legítimos. O debate corrente acerca do ensino laico se configurava como uma afronta incisiva aos preceitos religiosos amplamente legitimados em sociedade através dos séculos. Desse modo, a Igreja no Brasil busca se afirmar como uma instituição indispensável à garantia da ordem, elemento fundamental para se alcançar o tão almejado progresso material e intelectual, apresentando prognósticos negativos caso a instrução questionasse o poderio religioso através da proposição de um ensino laico.

Os projetos sociopolíticos dos ideais ultramontanos e as posições cientificistas e racionalistas, expressão do liberalismo na Província, ora convergiam, ora divergiam. Ambos se utilizaram da moral evangélica católica e das tradições e costumes religiosos, conclamando

a Igreja à tarefa de formar um trabalhador considerado obediente, higienizado, econômico e amante da pátria. Isto é, o catolicismo no Ceará detinha não somente a missão de resguardar e mesmo fortalecer os aspectos religiosos e morais do povo, como também encaminhar a jovem elite econômica no caminho da modernização e do avanço nas engrenagens do sistema da economia-mundo.

O Cearense, folha político-partidária dita “Liberal” fundada no final da primeira metade do século XIX, abordou em 7 de julho de 1876, o que julgava ser uma necessidade de união do ensino moral, religioso e da instrução “profissional” como principais meios para a correção e modificação de hábitos e costumes.

O systema penitenciário em França não é certamente o mais perfeito á muitos respeitos; mas seríamos contentes que tivéssemos aqui uma prisão de segunda ordem daquelle paiz, chamada departamental. Nas prisões departamentaes, apesar de um só edificio para diversas cathogorias de presos, observão-se regularmente um bom regimen econômico; isto é, uma nutricao sufficiente e san, conforme a lei prescreve para os detidos; um vestuário penal, leito, ou maca, etc. á cada condemnado; trabalho regular obrigatório a todos, de cujo lucro percebem um quarto, excepto os condemnados a trabalhos forçados que não gosão do fructo de seu trabalho; instrucção moral e religiosa, sendo obrigados á missa e exercícios religiosos, á pratica e leitura da cathecismo; instrucção primaria de leitura e escripta, arithmetica, e do sistema de pesos e medidas. (CEARENSE, 1876, p. 1)

As camadas pobres da população eram interpretadas a partir de óticas hierarquizantes como sinônimos de violência e de proliferação de doenças, assim como estariam mais suscetíveis aos vícios e erros, conforme propugnavam as fontes jornalísticas, médicas, policiais, religiosas e pedagógicas. Tratava-se do argumento de que em função das condições de empobrecimento constante de um sem-número de sujeitos – que viviam na dependência da elite agrária ou executando as mais diversas atividades informais para garantirem o seu sustento – o antídoto para a correção dos ditos maus comportamentos residiria no ensino religioso aliado ao trabalho.

A instrução religiosa, como pauta comumente discutida, ganhou força de modo mais acentuado nas últimas décadas do XIX, especialmente pelas reformas educacionais que já se discutiam e se implantavam em países da Europa, cuja elite cearense, em seus discursos, procurava tomar como referência do que havia de mais moderno no campo educacional. Naquela época, se configurava como prática comum que os educadores mais influentes viajassem à França e aos Estados Unidos com o objetivo de observar e estudar a instrução pública e a formação de professores nesses países, de modo a sumariar possibilidades pedagógicas para implementar na Província. Tais viagens, com o objetivo de desempenhar observações pedagógicas, permaneceram no século XX.

No Fraternidade, jornal da loja maçônica Fraternidade Cearense, as publicações concernentes a este tema, revelavam as propostas educacionais de seus membros, muitos dos quais eram maçons, jornalistas, professores e padres. O alvo, quando se pensava a debelação⁵ dos maus costumes, era sempre as camadas pobres. Na medida em que essa folha destilava críticas à postura de Dom Joaquim José Vieira, acusando-o de alheamento à causa da melhoria dos comportamentos, afirmava ser a formação religiosa fundamental ao direcionamento das ações dos sujeitos. A disciplina e obediência às autoridades constituídas, estavam no horizonte

⁵ Termo utilizado com frequência pelas elites letradas e políticas à época.

de seus anseios civilizatórios. Nesse cenário, enquanto a estatística criminal crescia, as elites intelectuais afirmavam que, “o órgão da consciência, a voz da religião” (FRATERNIDADE, 1873a, p. 1), não acudia ao duplo dever de pastor e de súdito do governo, auxiliador na superação dos males, correção dos vícios e reforma dos hábitos.

Para ser bom cidadão, portanto, é preciso que tenha sido bom crente, isto é, que a alma esteja fortalecida num princípio estável para poder se advogar com segurança as indagações posteriores. O ensino religioso deve logicamente preceder o ensino social, mas com a condição de não contradizer este e não assentar sobre os próprios fundamentos da natureza humana. Formar a crença na Divindade para que esta a torne o princípio de moralidade de nossas ações, sem combater os impulsos nobres e espontâneos da razão, tal deve ser a norma verdadeira de todo ensino religioso. (FRATERNIDADE, 1873b, p. 1)

É necessário entrever que as discussões sobre o tema educacional, por parte do Fraternidade, estavam associadas às críticas direcionadas às ações implementadas pelo Bispo, a dizer: a importação de ordens religiosas e o respaldo dado para direcionar a educação na Província. O fato é que, naqueles idos, quando as ideias secularizantes e laicistas começavam a ocupar lugar de destaque nos debates educacionais, a instrução alicerçada nos princípios da fé e moral evangélica católica, por outro lado, somava também maior importância, especialmente quando posta como panaceia para as relações baseadas na violência, interpretadas como consequência da falta de instrução e de sentimento religioso.

O Fraternidade defendia a existência de uma harmonia entre a instrução religiosa e o ensino social, referindo-se, provavelmente, às demais matérias do currículo escolar, de modo que a dimensão religiosa não viesse a contradizer os princípios que já se faziam sentir desde o início do século XIX, haja vista não serem em todas as disciplinas escolares que as explicações sobre o mundo se pautavam unicamente nos dogmas e valores católicos. A instrução religiosa deveria, segundo os articulistas desta folha, formar o caráter sem interferir nas investidas da razão que, certamente, se davam contra o fanatismo religioso, a doutrina da infalibilidade papal, ao poder demasiado da religião na consciência dos sujeitos, seja pelo confessionário, pelos sermões e/ou pela catequese.

Àquela época, tanto o clero ultramontano quanto a ilustração, que arvoravam com entusiasmo as ideias liberais e cientificistas, tentaram construir um ideal de modernidade de acordo com as percepções que tinham daquele estado de coisas, assim como de suas orientações políticas e ideológicas. Seus ideais ora se aproximavam, ora se distanciavam, especialmente quando se pensava o estabelecimento na prática de tais projetos e quem estava apto a levá-los a cabo na tentativa de obter resultados promissores. Nessa esteira, muitos clérigos se apresentavam enquanto maçons e tomavam os direcionamentos do liberalismo como norteadores de suas ações. Conforme Neves (2009, p. 16), há de se ressaltar que não se tem de um lado uma mentalidade católico-conservadora pronta a barrar as investidas da “modernidade”, mas um movimento heterogêneo, em que também no interior da igreja havia quem fizesse a defesa dos ideais liberais, representados pelo racionalismo e cientificismo. Tal heterogeneidade atina para a importância de se rastrear as divergências e os antagonismos presentes em um mesmo grupo religioso, político ou social.

CONTeNDAs ImPReSSAs: O eNsINO PúBLICO CeAReNse Em DISPUTA NOs JORNAIs e Em INStÂNCIAs legISlATIvAs

Na década de 1870, os debates intelectuais se intensificaram em função das novas ideias de base cientificista que começaram a circular entre as elites política e letrada, incitadas pelo acesso às novidades do mercado transatlântico, promovido pelo desenvolvimento do comércio nas rotas marítimas estabelecidas entre a Europa e o Brasil, ao passo em que cada província tinha acesso a um comércio direto com os portos de Lisboa, Havre ou Liverpool.

No Ceará, a Academia Francesa, fundada em 1872, foi o principal polo de disseminação das ideias cientificistas, positivistas e evolucionistas na Província. Em diversos momentos, “suas práticas políticas e intelectuais se contrapuseram à estrutura político-institucional do país no final do Império” (CARDOSO, 2000, p. 93). Tendo a educação como princípio e caminho para as “luzes” e para a “civilidade”, seus membros fundaram uma escola popular na qual se ministravam aulas de Primeiras Letras, de Aritmética, História, Geografia, Francês e Língua Nacional, como assinado por Azevedo, (1971, p. 8). Afora as aulas, havia ainda as conferências pedagógicas onde se estudavam temas relativos à religião, filosofia, história e literatura.

Somam-se às iniciativas da Academia Francesa, as várias ações por parte de organizações políticas ou artísticas, afeitas ao ideal de promoção da instrução, ainda que elementar, às classes populares, sobretudo aos trabalhadores. Na década de 1880 o Clube Educando Caixeiral, como instrumento de formação para seus membros, passou a oferecer aulas noturnas a fim de alfabetizar e oportunizar maior conhecimento de língua portuguesa aos caixeiros, constituindo uma forma de inserir seu grupo nos debates que representavam os interesses da classe trabalhadora.

As aulas noturnas no Império se configuraram como principal estratégia de escolarização para as camadas populares, que comumente desempenhavam funções laborais nos turnos diurnos. No tocante à função social dessas aulas, aliada ao avanço das ideias socialistas, enfatizava-se acentuadamente o desejo por uma remodelação do ensino público que conseguisse atravancar essas ideias e formar trabalhadores obedientes e alinhados à moral e aos costumes cristãos, sobretudo que aceitassem sua condição sem questionamentos.

Desse modo, a necessidade de reformar o ensino público se constituiu como pauta das preocupações dos dirigentes da estrutura político-administrativa. No campo das ideias, os debates em torno da necessidade de reformar o currículo do ensino público primário eram animados pelas posições liberais que defendiam a secularização dos programas escolares. A ata referente à 37ª Sessão Ordinária da Assembleia Provincial do Ceará ocorrida em 30 de agosto de 1881, foi publicada pelo Gazeta do Norte, jornal que representava os interesses da facção dos “Pompeus” do Partido Liberal:

O ensino religioso traz consigo muita responsabilidade e esta é de natureza a não dever pesar sobre o professor, mas sim sobre o padre. [...] O ensino religioso é um direito da família, é um direito materno, que o estado não pode e não deve usurpar. [...] Nesta questão, senhores, o meu voto seria contra o ensino religioso nas escolas, ainda que eu fosse crente fervoroso e já o disse; por amor da religião, em respeito ao sagrado direito da mãe de família. Senhores o ensino religioso nas escolas é de todo ponto ineficaz; qual de vós tem no espírito crenças religiosas bebidas nos bancos escolares? Qual de vós teve desenvolvidas

ou acentuadas pelo professor as noções que levou do lar para os bancos da escola primária? Nenhum, certamente, ao passo que todos conservaes indeléveis os ensinamentos que recebemos na primeira infância, ungidos ainda da sinceridade com que impregnaram os lábios maternos. O ensino religioso é uma disciplina naturalmente confiada aos cuidados da família; a mãe é o único mestre que possui bastante eloquência para o incutir no ânimo da infância. (GAZETA DO NORTE, 1881, p. 1)

A estrutura curricular do ensino primário imperial consistia nos seguintes elementos: leitura, escrita, cálculo e doutrina cristã. A partir de meados dos oitocentos, observa-se a expansão da “instrução popular” junto ao desenvolvimento do mercado livreiro, sobretudo com a maior circulação de manuais escolares, folhetos e toda sorte de livros cuja materialidade buscava atender aos mais diversos gostos e bolsos. Esse processo de popularização da cultura escrita possibilitou às camadas mais pobres o acesso, ainda que pequeno, a algum folheto admitido nas aulas primárias pelo Conselho de Instrução Pública. A par disso, o comércio expandia-se através da construção de ferrovias, possibilitando o escoamento das mais diversas mercadorias, vindas inclusive pelas rotas marítimas estabelecidas com a Europa e os Estados Unidos.

Com relação ao programa escolar da instrução primária, há indicativos de que este encontrava dificuldades de sustentação, mediante às demandas dos ditos novos tempos. Através da análise dos inventários de móveis, objetos e livros produzidos pelos professores, a fim de informar às autoridades educacionais acerca dos materiais de que necessitavam para funcionar as aulas, o ensino reduzia-se à leitura do catecismo da doutrina cristã, a contar também pela posição do professor que, na prática, assemelhava-se à de catequista, até mesmo conduzindo os alunos à missa.

Aventou-se, assim, a necessidade de direcionar a instrução religiosa à família e à Igreja e de se expandir o currículo escolar com a inclusão de novas matérias que englobassem a História, Geografia, Ciências Físicas e Naturais, o Desenho, a Língua Materna, a Matemática, a Educação Física, a Música, o Canto, a Cultura Moral, Cívica e os Rudimentos de Economia Política. Reservava-se maior tempo à formação do espírito, em contraposição à base extremamente confessional do ensino, a fim de desenvolver “habilidades intelectuais básicas nas crianças, bem como uma certa apreensão elementar do conhecimento da natureza que habilitassem o futuro trabalhador a adaptar-se à sociedade moderna” (SOUZA, 2000, p. 21).

Em relação aos representantes dos interesses religiosos à época, como foi o caso de Amaro Cavalcanti, Inspetor Geral da Instrução Pública, que escreveu em seu Relatório – fruto da viagem feita aos Estados Unidos a fim de observar a organização do ensino primário e colher informações para a implementação de mudanças no ensino público na Província – suas posições quanto ao que seria um pretensão ideal de “formação completa” para o indivíduo, temática também presente nas últimas novidades pedagógicas discutidas a nível internacional.

No dia 7 de setembro de 1881, o Cearense veiculou em suas páginas jornalísticas alguns trechos do relatório deste inspetor, considerando ser de interesse do seu público leitor:

De facto: Educar, não é somente desenvolver, pelos exercícios regulares da gymnastica, por uma nutrição abundante ou pelas lições da hygiene, as forças, a bôa composição e a saúde do corpo; nem tão pouco, dar exclusivamente, esmerada cultura às faculdades do espirito pelo estudo frequente das artes, das letras e das sciencias. [...] Os primeiros meios se oportunamente empregados, farião com certeza um individuo- são e robusto ou mesmo

uma criatura formosa, mas não educado; os segundos formariam provavelmente um espírito versado ou instruído; e ambos os meios bem combinados já darião sem dúvida, á família e á sociedade um membro assaz prestimoso, porem, talvez ainda assim, não perfeitamente educado. [...] Há uma condição ulterior, um outro requisito na obra imensa da Educação, que, não sendo convenientemente preenchido, privará a esta de seus melhores e mais abundantes frutos. [...] Apar dos meios regulares que operão o bem estar do corpo, de pari-passu com a instrucção que dá saber e engrandece o espírito, deve igualmente seguir a luz, sempre pura, da moral e da religião, que guia o homem ao dever, ao bem, à verdade e à virtude por entre as veredas tortuosas dos erros, vícios e crimes da frágil humanidade. Enfim: reunidos esses três meios, combinados seus vários processos, e aplicados com a inteligência á direção e cultura da natureza humana, todo esse grande conjunto de ordem e trabalho fará certamente o que entendemos por Educação, de cujo seio portentoso vemos, todos os dias, sahir, para a família, para a sociedade e para o Estado, membros – sãos, robustos e belos, industriosos, sábios e probos. (CEARENSE, 1881, p. 3)

A argumentação de Cavalcanti consistia na ideia de que o ensino somente seria “completo” à luz dos princípios moralizantes da religião católica. Isto é, os indivíduos não estariam aptos para a vida ativa e para o trabalho se não fossem solidamente formados moral e religiosamente. O tripé corpo, espírito e coração, atendia tanto aos interesses dos que defendiam a manutenção da instrução religiosa, como também aos que se levantaram em favor da formação do corpo saudável e do espírito, caracterizado pela soma dos conhecimentos ancorados na ciência. Desse modo, as insatisfações frente às investidas contrárias aos interesses da Igreja acabavam ora unindo forças e ora obtendo vozes antagônicas.

Em 1883 foi produzido sob a colaboração do influente polímata brasileiro Rui Barbosa – relator da Comissão de Instrução Pública, encarregado juntamente com outros deputados de estudar o Decreto expedido por Leônicio de Carvalho e apresentar à Câmara dos Deputados seus resultados – o parecer acerca da reforma do Ensino Primário. O documento em questão trazia consigo os interesses e posições do Partido Liberal, no que se refere à educação, demarcando claramente o lugar e sua respectiva importância ao papel do catolicismo para as mudanças que se deviam obter em âmbito escolar, embora com algumas ressalvas na prática educacional:

Habituemo-nos, quanto ser possa, a formar a ciência, nos moços, não extraindo-as dos livros, mas da contemplação do céu e da terra; isto é, ensinando-os a perceberem, e escrutarem diretamente as coisas. Os objetos da instrução natural sejam coisas sólidas, reais, úteis, capazes de atuar nos sentidos e na imaginação: obtem-se este resultado, aproximando as coisas aos sentidos, tornando-as visíveis aos olhos, audíveis ao ouvido, saborosas ao paladar, sensíveis ao tato. Pelos sentidos há de principiar a instrução. (BARBOSA, 1947a, p. 202)

Daí as conseqüências que o substitutivo deduz praticamente: não permitir que a lição de catecismo anteceda a aula, para que esta não se esterilize, mais ou menos sensivelmente, atuando sobre cérebros já exaustos pelos exercícios matutinos da instrução confessional, e não autorizar essa lição mais de duas vezes hebdomadariamente. Quanto à duração de cada uma, consentindo que chegue a 45 minutos, tocamos, se não excedemos, como noutra parte se mostrará, o máximo limite da atenção exigível seguidamente a um menino de idade escolar. (BARBOSA, 1947b, p. 345)

O Parecer questionava a própria ordem com que as matérias escolares deveriam ser lecionadas. Partindo do pressuposto de que as aulas iniciais do dia escolar encontrariam mentes descansadas, o documento indica a instrumentalização de que os preceitos religiosos

não deveriam ser ensinados no início da aula, de modo a resguardar a plena atenção do alunado por serem considerados, via de regra, muito enfadonhos. A intenção parecia ser o estabelecimento de uma ordem hierárquica formulada pelo grau de importância, na qual os primeiros conteúdos lecionados obteriam privilégios de assimilação.

A modernização do currículo escolar se daria com o exercício do método intuitivo, muito conhecido também, à época, como “Lições de Coisas”. Fundamentado nas ideias de Pestalozzi e Froebel, a construção do conhecimento se daria por meio da observação e indução⁶. Tal processo, partia do particular para o geral, ou seja, das coisas conhecidas – ao alcance da observação dos sujeitos – ao desconhecido. Acreditava-se, portanto, que o método intuitivo romperia com a memorização, bem como com o ensino verbalista e repetitivo em que foi organizada a instrução primária. Quanto à instrução religiosa, Rui Barbosa defendeu a escola leiga, com a ingerência da sociedade civil, porém sem excluir a instrução religiosa da sala de aula. A antecendência do elemento religioso às demais disciplinas é posta em pauta como elemento que traria consequências negativas ao espaço destinado a cada uma das matérias do currículo escolar.

No Ceará, embora a estrutura política e social fosse dirigida por uma elite majoritariamente agrária, ao longo da segunda metade do século XIX, tais forças passarão, de forma cada vez mais crescente, a dividir espaço com uma incipiente elite urbana forjada nas atividades comerciais incrementadas com a inserção cearense no sistema de comércio internacional. Com isso, a movimentação dos homens de letras nos círculos ilustrados e políticos, sobretudo na capital, munidos dos discursos médicos, higienistas, policiais e pedagógicos orientou ações referentes ao desejo pela formação de um novo sujeito para o novo tempo que se avizinhava: a República. Ao se eleger a educação como principal meio para a regeneração de hábitos, comportamentos e costumes, acreditava-se estar formando, assim, os futuros cidadãos pátrios, de modo a sanar a imagem de atraso que julgavam ter a Província, especialmente pela falta de instrução e do sentimento religioso. Nesse ínterim, as discussões buscavam estabelecer medidas que dessem assistência aos mais empobrecidos.

O período correspondente ao advento da República trouxe para os debates acerca da instrução o tema do comportamento cívico. Conforme examinado, no período anterior à circulação das ideias republicanas, para ser considerado um bom cidadão o indivíduo deveria seguir à risca as lições morais e religiosas, sobretudo. Com a emergência da República, o bom cidadão também deveria ser um árduo patriota, que incluía o respeito às autoridades constituídas e o amor à pátria.

De acordo com esses elementos contextuais e marcos de temporalidade, destaca-se que as iniciativas educacionais estavam voltadas para uma glorificação do novo regime, tendo sido inclusive instituído no Ceará um decreto, nº 171, promulgado em 23 de março de 1891, que tornava obrigatória a leitura da Constituição nas escolas estaduais. Constituição e catecismo, pátria e religião, eis os binômios da formação básica dos estudantes cearenses nos primeiros tempos republicanos, atuando no sentido de formar o sujeito ciente de suas obrigações cívicas, assim como moldar o trabalhador obediente que serve ao país concomitantemente ao ato de honrar a Deus.

⁶ SOUZA, Rosa Fátima de. Inovação educacional no século XIX: A construção do currículo da escola primária no Brasil. Cadernos Cedes, ano XX, n. 51, novembro/2000, p. 12.

A falta de instrução da maioria da população significava para as elites brasileiras um atraso diante das nações modernas e ditas civilizadas, por isso acreditava-se ser premente investir na educação e na formação adequada da mão de obra. No entanto, sob a perspectiva de Bittencourt (2008), a manutenção do alto índice de analfabetismo não deixava de ser vantajosa diante da mudança do critério de participação política que restringia o direito ao voto somente para os alfabetizados, elitizando mais ainda a estrutura de poder.

Mesmo com as mudanças de posicionamento advindas a partir da mudança de regime político no Brasil e com a chegada de novas teorias educacionais ao território brasileiro, na prática, pouco se fez pela instrução pública nos anos finais dos oitocentos. Em terras cearenses, os marcos mais pertinentes e visíveis situados nesse período remontam à fundação da Escola Normal e à mudança do regulamento do Liceu do Ceará. Os atos governamentais nesse período concentraram-se, inclusive, ao redor dessas referidas instituições.

Nesse período, houve um aumento expressivo do número de estabelecimentos **particulares de ensino, muitos fundados por religiosos – nesse caso trata-se de um elo de continuidade em relação ao período anterior ao republicano – que prometiam ofertar instrução de qualidade aos filhos daqueles que dispunham de meios para arcar com as mensalidades. Outros grupos sociais, entretanto, ainda se empenharam em fornecer instruções aos mais pobres, como foi o caso do Partido Operário, que promoveu aulas noturnas destinadas à alfabetização desse público.**

Há de se destacar que as ações direcionadas às camadas populares, como por exemplo as aulas noturnas, visavam não somente alfabetizar, mas também formar um público leitor engajado, conhecedor de seus direitos e sua importância na condição de trabalhadores, além de transcenderem o binômio pátria-religião imposto pela educação oficial. De acordo com Lima (2014), um incipiente aumento do número de leitores incrementou também a quantidade de espaços destinados às letras e às leituras, como gabinetes, bibliotecas, livrarias e associações literárias, cujos principais representantes do período são a Padaria Espiritual e o Centro Literário, que em seus programas também versavam sobre a importância da alfabetização.

Os presidentes de estado reiteravam a cada mensagem enviada à Assembleia Legislativa o quão importante seria traçar estratégias para fazer com que as crianças frequentassem a escola. Bezerril Fontenele⁷, por exemplo, chegou a propor, em 1895, a regulamentação de uma multa aplicada aos pais que não enviassem seus filhos às salas de aula, fato que não obteve concretude e aceitação dos pares (CEARÁ, 1895, p. 14). A questão a se destacar é que em uma sociedade marcada pela pobreza e pela falta de oportunidades igualitárias, tornava-se fato social comum que as crianças auxiliassem seus pais no trabalho ou permanecessem nas ruas realizando pequenos serviços em troca de tostões para sanar as necessidades primárias da família. A escola, portanto, não poderia se configurar como prioridade em suas vidas. Essa junção de fatores, aliadas às poucas ações do Estado referentes à formação educacional, mantinham os índices de analfabetismo extremamente altos e colaboravam para que o nível de instrução se mantivesse como um grande fator de distinção social.

7 José Freire Bezerril Fontenelle (1850-1926), cearense de Viçosa, ingressou na Escola militar em 1871, chegando ao cargo de Coronel em 1894. Foi Deputado Federal e Secretário de Agricultura do primeiro governo republicano, eleito presidente do Ceará em 1892, tendo como vice Nogueira Acioli. (BRASIL, 2021)

CONCLUSÃO

Diante das problemáticas em análise, pode-se concluir que as ideias atreladas ao progresso e à civilização, que expressavam um desejo das elites letradas, divergiam da estrutura política e social da Província e posteriormente do Estado do Ceará. Baseada na dependência das camadas pobres a uma elite agrária e comercial, suas estruturas estavam fincadas no clientelismo, no paternalismo, nas relações de violência, nos altos índices de analfabetismo e de pobreza, gerando a presença de levas de flagelados no espaço urbano, especialmente, nos períodos de estiagem.

Embora estivessem interessados em ingressar no rol das nações ditas civilizadas e soubessem que para isso o investimento na instrução das crianças e jovens e a formação de trabalhadores qualificados fosse necessária, as elites brasileiras preferiram manter sua distinção frente às classes mais pobres, executando ações pontuais e mínimas no sentido de reduzir o analfabetismo. Na prática, os resultados dos debates em torno do desenvolvimento da instrução como meio de inserção da Província nos moldes da civilização e do progresso, pareciam se restringir à produção de uma série de leis e decretos que, geralmente, não encontravam efetividade no cotidiano escolar. No que se refere à dificuldade de viabilização das determinações oficiais atreladas ao ensino, ressaltam-se as constantes afirmações, por parte do Governo da Província, sobre o que seria uma escassez de verbas destinadas ao orçamento da Instrução Pública.

Além disso, optaram por investir na vinda de imigrantes para ocupar os cargos que exigiam qualificação com vistas à nascente indústria, mantendo o trabalhador nacional sem instrução ou com a escolarização mínima necessária, baseada em uma educação religiosa disciplinadora, pautada na moral e na obediência, para que ocupassem postos de trabalhos secundários e se mantivessem subordinados aos desmandos patronais. Para atender a esse princípio educacional, as ações voltadas para a instrução consistiam na formação de indivíduos que não questionassem sua posição de submissão dentro das engrenagens sociais, políticas, culturais e econômicas, mantendo-se alheios às lutas por melhores condições de vida e trabalho.

Os conflitos em torno da dimensão religiosa na formação escolar tem sido uma constante na educação brasileira, especialmente porque tais discussões ocuparam os debates em torno dos currículos, métodos e propostas educacionais em todo o século XX. Estes permanecem no século XXI como pauta dos que se dão ao desafio de pensar temas concernentes aos interesses e preocupações da História do tempo presente, como o ensino laico, a “Escola sem partido”, a nova base curricular que visa a formação da mão de obra abundante e barata, ou mesmo a pluralidade religiosa, especialmente com as discussões geradas a partir da inclusão do ensino de História da África no programa escolar.

As discussões acerca das propostas curriculares, dos métodos de ensino e, sobretudo, do tipo de educação que se pretende fornecer às crianças e jovens brasileiros – mais voltada para a formação humana, para a construção de cidadãos conscientes – não estão longe de seu fim, sobretudo diante dos diversos interesses que orbitam essa questão da qual depende o futuro que se pensa para o país.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Berenice. Intrépidos romeiros do progresso: maçons cearenses no Império. Fortaleza: Museu do Ceará: SECULT, 2009.
- AZEVEDO, Sânzio de. A Academia Francesa do Ceará (1873-1875). Fortaleza: Imprensa Universitária, 1971.
- BARBOSA, Rui. Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da Instrução Pública. Obras Completas. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947a. Tomo II, Vol. X.
- BARBOSA, Rui. Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da Instrução Pública. Obras Completas. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947b. Tomo I, Vol. X.
- BARROS, Roque Spencer Maciel de. A ilustração brasileira e a ideia de universidade. São Paulo: Editora Convívio, Edusp-Editora da Universidade de São Paulo, 1986.
- BITTENCOURT, Circe. Livro didático e saber escolar (1810-1910). - Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- BRASIL. Senado Federal. Senadores. Brasília: GF, 2021. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1924>. Acesso em: 14 jan. 2021.
- CARDOSO, Gleudson Passos. As repúblicas das letras cearenses: literatura, imprensa e política (1873-1904). 2000. 272 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: http://www.uece.br/mahis/dmdocuments/Disserta%C3%A7%C3%A3o_MESTRADO%20gleudson.pdf. Acesso em: 5 fev. 2021.
- CAVALCANTI, Amaro. Relatório do Dr. Amaro Cavalcanti. Cearense, Fortaleza, n. 192, p. 3, 7 set. 1881. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709506&pasta=ano%20188&pesq=&pagfis=14936>. Acesso em: 25 jan. 2021.
- CEARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Ceará em 1º de julho de 1895 pelo Presidente do Estado, Bezerril Fontenele. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1437/000001.html>. Acesso em: 21 jan. 2021.
- CEARENSE. Fortaleza, n. 53, p. 1, 7 jun. 1876. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709506&pasta=ano%20187&pesq=&pagfis=11221>. Acesso em: 20 fev. 2021.
- FRATERNIDADE. Ex Fructibus corum cognoscetis eos. Fortaleza, n. 6, p. 1, 9 dez. 1873a. Disponível em: Acervo de jornais do Instituto Histórico do Ceará.
- FRATERNIDADE. Fortaleza, n. 6, p. 1, 9 dez. 1873b. Disponível em: Acervo de jornais do Instituto Histórico do Ceará.
- GAZETA do Norte. 37ª Sessão Ordinária em 30 de agosto de 1881: continuação do n. 202. Fortaleza, n. 203, p. 1, 22 set. 1881. Assembleia Provincial. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103950&pasta=ano%20188&pesq=&pagfis=1405>. Acesso em: 10 jan. 2021.
- LIMA, Rafaela Gomes. Os Livros na Fortaleza Oitocentista: Edição e Recepção das Obras Literárias Locais (1890-1900). 2014. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014. Disponível em: <http://www.uece.br/>

mahis/dmdocuments/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Rafaela%20Gomes%20Lima.pdf. Acesso em: 20 fev. 2021.

MONTENEGRO, João Alfredo Sousa. Rocha Lima: a obra e a época. *Revista Brasileira de Filosofia*, vol. XVIII, Fasc. 110, São Paulo, 1978, p. 134 apud CORDEIRO, Maria Celeste M. Antigos e modernos: progressismo e reação tradicionalista no Ceará Provincial. 1997. Tese (Doutorado em Sociologia) – Ciências Sociais e Filosofia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1997.

MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. O Trono e o altar: as vicissitudes do Tradicionalismo no Ceará (1817-1978). Fortaleza, BNB, 1992.

MOURA, Sérgio Lobo de, ALMEIDA, José Maria Gouvêa de. A Igreja na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, São Paulo: DIFEL, 1977. Tomo III, Vol. 2.

NEVES, Fernando Arthur de Freitas. Solidariedade e conflito: estado liberal e nação católica no Pará sob o pastorado de Dom Macedo Costa (1862-1889). 2009. 364 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/13202/1/Fernando%20Arthur%20de%20Freitas%20Neves.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2021

Quanta Cura e Syllabus Errorum do Papa Pio IX, de 1864. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/pius-ix/it/documents/encyclica-quanta-cura-8-decembri-1864.html>. Acesso em: 2 fev. 2021.

RIBEIRO, Emanuela Souza. Igreja Católica e Modernidade no Maranhão, 1889-1922. 2003. 182 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7768/1/arquivo7675_1.pdf. Acesso em: 10 jan. 2021.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingo. Uma questão de revisão de conceitos: Romanização-Ultramontanismo- Reforma. *Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG*. Belo Horizonte, vol. 2, n.º 2, p. 24-33, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/issue/view/320/59>. Acesso em: 2 fev. 2021.

SOUZA, Rosa Fátima de. Inovação educacional no século XIX: A construção do currículo da escola primária no Brasil. *Cadernos Cedes*, ano XX, n. 51, nov. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/rTX58kXfdPkX5yXv6jMtPLJ/?lang=pt>

Tribuna Católica, Fortaleza, n. 21, p. 2, 4 fev. 1872. Seção Tribuna Católica, n. 21, p. 2. Acervo de jornais do Instituto Histórico do Ceará.

VIEIRA, Joaquim José. Pastoral de Dom Joaquim José Vieira publicando a Carta Encíclica do S. S Padre o Papa Leão XIII sobre a liberdade humana, 1888, p. 127 (verso). Acervo da Sala de História Eclesiástica da Arquidiocese de Fortaleza.

VIEIRA, Joaquim José. Quarta Pastoral de Dom Joaquim José Vieira, 1886, p. 58. Acervo da Sala de História Eclesiástica da Arquidiocese de Fortaleza.

(IN)FORMAÇÃO
COOPERATIVISTA NOS
CADERNOS DO COTRIJORNAL.

JOSEI FERNANDES PEREIRA
Universidade de Passo Fundo
josei.pereira@hotmail.com

ResUmO

Seja como fonte, seja como objeto, são muitas as características que fazem dos jornais ótimas referências para a pesquisa historiográfica, pois representam uma interpretação da realidade, dada num determinado contexto, por sujeitos situados dentro da complexidade deste contexto. Partindo da compreensão de que a relação entre o discurso jornalístico e o imaginário social para o qual ele se dirige não se trata de uma relação passiva, este artigo buscou analisar os conteúdos e os discursos de um veículo midiático em particular. Apesar deste veículo estar situado num contexto regional, registrou dados de uma fase significativa para o desenvolvimento agro-empresarial brasileiro durante a “revolução verde”. Criado pela Cotrijui em 1973, o Cotrijornal foi um veículo midiático empresarial de difusão de informações e fatos aos associados daquela cooperativa que, ao longo do período de estudo (1973-1993), tornou-se uma grande empresa do setor agropecuário e industrial, exercendo influência econômica à nível nacional e projetando-se internacionalmente. Percebemos que, ao longo do seu desenvolvimento o Cotrijornal adquiriu proporções maiores do que as inicialmente desejadas por seus idealizadores, mudando sua estrutura e objetivos para atender a uma classe diferente de leitores. Ainda assim, manteve-se fiel aos princípios ideológicos da educação cooperativista, propostos desde suas primeiras edições, de informar e capacitar seu quadro social quanto ao desenvolvimento agrícola, num contexto marcado pela ascensão da tecnologia e pelo exponencial aumento da produtividade no campo. Ou seja, de conduzir os sujeitos de um determinado contexto social num processo de profunda transformação social mantendo em evidência um conjunto de parâmetros ideológicos que determinam, por sua vez, os próprios objetivos editoriais daquele veículo.

Palavras-chave: Cotrijornal; Cotrijui; História Regional; História & Imprensa.

COOPERATIVE (IN)
FORMATION IN THE
COTRIJORNAL SECTIONS

JOSEI FERNANDES PEREIRA
Universidade de Passo Fundo
josei.pereira@hotmail.com

ABSTRACT

Whether as a source or as an object, there are many characteristics that make newspapers great references for historiographical research, as they represent an interpretation of a reality in a given context by subjects situated within the complexity of this context. Based on the understanding that the relationship between journalistic discourse and the social imaginary to which it is directed is not passive, this article sought to analyze the contents and discourses of a particular media vehicle that, despite being located in a regional context, recorded data from a significant moment for the Brazilian agro-business development during the “green revolution”. Created by Cotrijui in 1973, Cotrijornal was a business media vehicle for disseminating information and facts to members of that cooperative. Throughout the study period (1973-1993), it has become a large company in the agricultural and industrial sector, exercising economic influence at the national level and projecting itself internationally. We noticed that, throughout its development, Cotrijornal acquired larger proportions than those initially desired by its creators, changing its structure and objectives to serve a different class of readers. Even so, it remained faithful to the ideological principles of cooperative education proposed since its first editions, to inform and train, as its social framework regarding agricultural development, in a context marked by the rise of technology and the exponential increase in productivity in the field. In other words, it did lead the subjects of a given social context in a process of profound social transformation keeping in evidence a set of ideological parameters that define the very editorial objectives of that vehicle.

Keywords: Cotrijornal; Cotrijui; Regional History; History and Press.

INTRODUÇÃO

Muitas características fazem dos jornais ótimas fontes para pesquisa historiográfica. Como fonte, propriamente dito, o jornal confere aos historiadores o que Márcia Espig chama de “arquivos do cotidiano”, nos quais podemos acompanhar a memória do dia a dia [e] a inserção do acontecimento histórico dentro de um contexto mais amplo” (ESPIG, 1998) Contudo, para a mesma autora, a forma de tratamento do jornal como uma fonte de informações em si mesmo, bem como a ausência de crítica interna do conteúdo jornalístico, são problemas frequentes na abordagem da imprensa pelos historiadores:

A imprensa não informa a história, simplesmente, e não basta ao pesquisador retirar de suas páginas os dados referentes ao período desejado para que possa considerar o seu trabalho concluído. Sobre o jornal devem incidir reflexões metodológicas que possibilitem uma leitura intensiva e competente, através da qual se possa desvendar cuidadosamente o que é importante dentro de determinado assunto. (ESPIG, 1998, p. 274)

São, pois, duas as principais características do jornal: quando utilizado como fonte, confere ao historiador um mecanismo de acesso ao registro cotidiano dos acontecimentos de uma determinada época (nas entrelinhas das matérias, publicidades e editoriais); quando utilizado como objeto, confere ao historiador um campo muito denso de pesquisa sobre o pensamento, a cultura e as ideologias vigentes naquele contexto.

Se considerarmos o jornal como uma interpretação da realidade dada num determinado contexto por sujeitos situados dentro da complexidade do mesmo, a análise de conteúdo seria uma espécie de interpretação da própria interpretação (THOMPSON, 2011, p. 358). Esta forma de análise ganha, em Thompson, o nome de *hermenêutica de profundidade*, “este referencial [que] coloca em evidência o fato de que o objeto de análise é uma construção simbólica significativa, que exige uma interpretação. Por isso, devemos conceder um papel central ao processo de interpretação” (THOMPSON, 2011, p. 355).

Trata-se de uma valorização do acontecimento pelo historiador que se deve à importância que a própria mídia adquiriu em nossa sociedade. O surgimento de tecnologias voltadas para produção e disseminação de conteúdo informacional têm, ao longo dos últimos séculos, contribuído para a irrupção de processos revolucionários no campo da cultura, influenciando a forma como a sociedade se organiza nos campos político e econômico. Acontecimentos em partes remotas do planeta, antes ignorados, agora são apresentados de forma quase irresistível diante das imagens criadas pela imprensa falada, escrita ou televisionada. Os jornalistas são os porta-vozes do acontecimento, que por sua vez também é influenciado, em sua criação, pela ideologia e pela publicidade. Esta é a razão pela qual o historiador não pode deixar de se interessar pelo acontecimento, colocando-o como um ponto de referência central dos indivíduos situados numa cultura de massa. Para Abreu:

Entender a construção do acontecimento através da imprensa é uma maneira de esclarecer momentos significativos de mudanças na sociedade e identificar uma situação histórica e social que deu lugar ao acontecimento. (...) A imprensa introduz no sistema social novas formas de pensar, elabora e interpreta aspirações e demandas da sociedade, ou seja, enquanto ator social, participa de todo o processo político (ABREU, 1998, p.62)

A cultura de massa é um dos principais mecanismos definidores das relações entre os indivíduos situados nas sociedades contemporâneas. Dias (2014, p.2) classifica as mídias como as “rodas de fiar do mundo moderno”, pelas quais “jornalistas e suas empresas constroem e rememoram o passado para atender agendas específicas”. **O autor justifica a importância de se problematizar as leituras de mundo que os veículos de imprensa construíam no passado, suas expectativas e a ressignificação em relação ao mesmo, expresso na forma como os jornais tratam a própria memória e recriam os acontecimentos de acordo com estas expectativas.** Neste artigo, partimos da compreensão de que esta relação entre o discurso jornalístico e o imaginário social para o qual ele se dirige não se trata de uma relação passiva, pois:

Ao mesmo tempo em que se esforça para adequar-se ao imaginário social da sociedade à qual se dirige, a imprensa também contribui para criar ou modificar este imaginário (...): ao mesmo tempo em que dá exteriorização a um determinado discurso criador de significados, também encontra-se atrelado ao que é possível dizer, ou seja, seu discurso não pode fugir da visão de mundo presente naquela sociedade, sob o risco de tornar-se algo sem sentido. (ESPIG, 1998, 277)

É partindo destas premissas que este artigo objetiva realizar uma análise inicial de um veículo midiático em particular, que considere o próprio jornal como uma “representação possível acerca do real” (ESPIG, 1998, p.275), num contexto histórico que, embora regional, representa uma fase bastante significativa tanto para o desenvolvimento agro-empresarial da sociedade brasileira entre as décadas de 1970 e 1990 (fase de implantação e consolidação da assim chamada “revolução verde”). Interessa-nos compreender as forças políticas, econômicas e ideológicas que atuavam sobre as representações da realidade que foram apresentadas nos aos agricultores, pequenos e médios em sua maioria, em uma relação dialógica com o próprio imaginário social do grupo ao qual se dirigia. Referimo-nos ao Cotrijornal, veículo de difusão de informações e fatos aos associados de uma cooperativa que, ao longo do período trabalhado, exerceu grande influência econômica tanto à nível local/regional quanto também, à nível nacional, dadas das relações estabelecidas com o regime político vigente e o contexto favorável de desenvolvimento, como veremos a seguir.

O COTRIJORNAL

O Cotrijornal foi criado em 1973 para atender ao objetivo central de estabelecer um canal de informação aos associados da Cooperativa Regional Triticola Serrana (Cotrijui). Fundada em Ijuí em 20 de julho de 1957, a Cotrijui alcançou um lugar de destaque entre as décadas de 1970 e 1980, chegando a ser considerada a maior empresa do ramo na América Latina e uma das maiores do mundo, com unidades operacionais concentradas nas regiões sul, centro-oeste e norte do país, atuando em praticamente todas as áreas da cadeia produtiva dos setores primário e secundário da economia: produção de sementes, produção de cereais diversos, agropecuária, indústria, comércio, além da prestação de serviços como assistência técnica aos produtores associados, pulverização aérea, processamento de dados, exportação, importação e pesquisa científica aplicada.

Sua trajetória divide-se em três momentos chave: a fase de criação e consolidação, entre 1957 e 1970; a fase de ampliação significativa dos quadros sociais, capacidade de recebimento,

logística e área de atuação, entre as décadas de 1970 e início da década 1990; e a fase de estagnação e crise, que culminou no processo de liquidação judicial que decorre de uma crise conjuntural somada a fatores climáticos e administrativos em geral.

Grande parte da história da Cotrijui encontra-se registrada nas páginas do Cotrijornal, um jornal impresso de periodicidade mensal, produzido mantido pelo setor de comunicação da cooperativa entre julho de 1973, quando a cooperativa comemorou o 16º aniversário de fundação e agosto de 1994, ano traumático para a cooperativa (e também o ano da última edição do jornal). O periódico mensal de informação dos associados da cooperativa surgiu em meio a um momento de grande expansão do cooperativismo e, em especial, da Cotrijui, que lançava bases físicas em praticamente toda a região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e planejava expansões ousadas para o centro-oeste e norte do país.

O jornal era produzido por uma equipe chefiada por um jornalista profissional, funcionário da cooperativa. Possui uma forte parceria com a faculdade local¹, que produzia suplementos informativos para o jornal e atuava na formação dos quadros associativos. Conquistou repercussão nacional até internacional com uma proposta de jornalismo alternativo, voltada principalmente para o cooperativismo e para o atendimento das necessidades do quadro social da própria cooperativa, construindo parcerias importantes com a comunidade local e regional.

A década de 1970 representou um divisor de águas na cultura agro-empresarial brasileira, sendo o período em que a Cotrijui deu seu salto desenvolvimentista como o alargamento das fronteiras socioeconômicas. Ao mesmo tempo em que aumentava sua infraestrutura, construindo unidades na região noroeste do Estado do RS, e ainda um terminal portuário particular em Rio Grande², a Cotrijui ampliava também sua área de atuação e seu quadro social, que atingiu em 1973, ano da criação do Cotrijornal, 8.371 famílias associadas, acumulando uma média de 500 novos associados por ano desde a sua fundação, em 1957, conforme o gráfico a seguir:

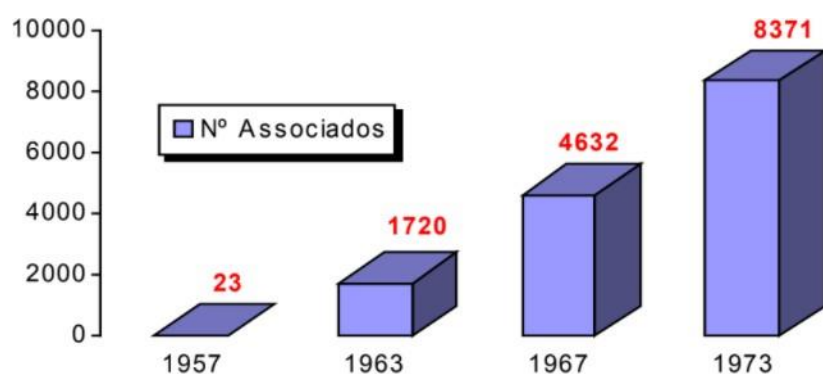


Gráfico1: Evolução do quadro social da COTRIJUI 1957-1973

Fonte: Livros de matrícula, arquivos COTRIJUI

1 A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí, que àquela época, ainda não possuía o status de Universidade, mais tarde (em 1985) atribuído sob o título de Unijui - Universidade Regional.

2 O Terminal Graneleiro de Rio Grande, atualmente chamado de complexo Tergrasa S.A., foi adquirido pela Cooperativa Central Gaúcha de Leite, CCGL, no início da década de 1990.

Dez anos mais tarde, em 1983, a Cotrijui atingiu o auge de sua expansão com a marca de 21.818 associados, distribuídos em três regiões de abrangência: a Regional Pioneira, correspondendo à região noroeste do Estado do RS; a Regional Dom Pedrito, na fronteira sudoeste do RS; e a Regional Mato Grosso do Sul, na região de Maracajú-MS, além do Terminal Graneleiro em Rio Grande-RS e uma grande área de colonização na região de Altamira-PA, obtida em convênio com o recém-criado Incra — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (COTRIJORNAL, nov.1978, p.4-7).

Não obstante o crescimento no número de associados tenha dobrado, para uma média de cerca de 1.300 novas matrículas por ano, é no início da década de 1970 que percebe-se o maior crescimento acumulado daquela cooperativa como um todo: na geração de empregos regionais, no retorno de impostos aos municípios onde se instalava, na realização de obras de infraestrutura para atender a sua demanda de produção (como o terminal marítimo graneleiro, inexistente até o momento, e os ramais ferroviários para transporte de grãos do interior do Estado para o porto de Rio Grande). A Cotrijui se ampliava, e com ela ampliava-se a necessidade de coesão do quadro social crescente, principalmente no que tange à informação acerca dos acontecimentos no setor agrícola mundial, em uma época em que o próprio conceito de “agronegócio” surgia, tornando-se um campo da economia muito mais dinâmico. Em toda a parte falava-se em mercado futuro da soja, bolsa de cereais e ‘*hedge*’³, conceitos que eram entendidos apenas por uma minoria de agricultores.

Anos antes da criação do COTRIJORNAL, outro fator importante foi o crescimento da produção de soja no Brasil, acentuado principalmente durante o início da década de 1970. Segundo Fearnside (1995), este aumento se deveu a busca do mercado europeu por uma proteína que substituísse a farinha de peixe, cuja matéria prima principal, a anchova produzida no litoral de países andinos, sofreu uma grande queda de produção devido a uma combinação de fenômenos marítimos e meteorológicos que atingiu a costa noroeste do pacífico na América Latina (FEARNSIDE, 1995).

O incremento na produção de soja é facilmente percebido no gráfico a seguir, que mostra o crescimento vertiginoso do recebimento desta oleaginosa nos armazéns da cooperativa entre 1969 e 1970:

3 Termo utilizado para operações do mercado financeiro com o objetivo de proteger investimentos de pessoas jurídicas ou físicas.

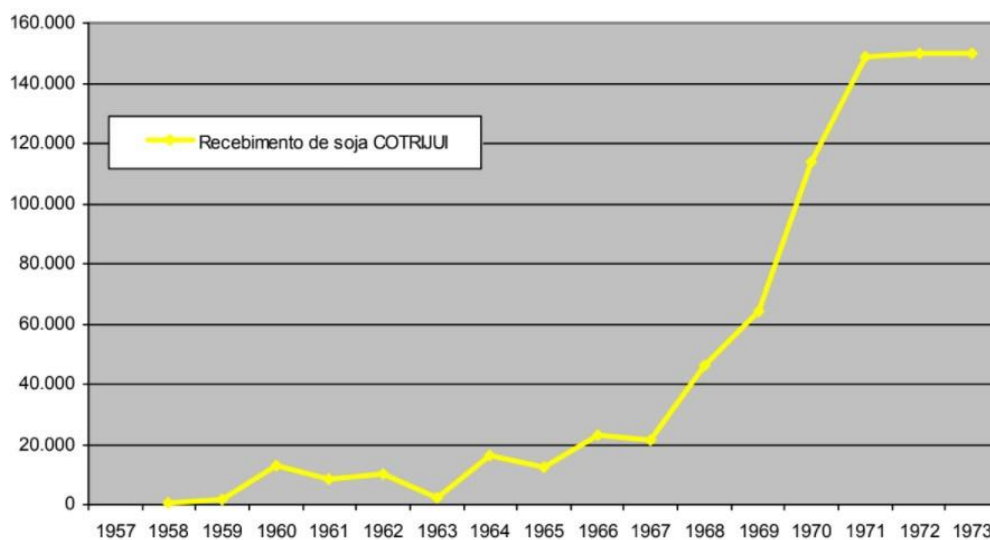


Gráfico2: Recebimento de Soja na Cotrijui (t) 1957-1973.

Fonte: IPD-UNIJUI, Arquivos COTRIJUI

A Cotrijui foi uma das primeiras cooperativas a iniciar a exportação de soja do Brasil em 1959 (FRANTZ, 1982, p.74), mas as idas e vindas dos regramentos, a competição desigual com as empresas individuais (submetidas a regras diferentes das impostas às cooperativas), fez com que o recebimento deste produto nos armazéns da cooperativa oscilasse bastante desde 1959. Em 1970 o recebimento anual de soja dobrou a média e continuou subindo. Por ser quase instantâneo, este incremento da produção de soja trouxe consigo mudanças no sistema de comercialização da cooperativa. Estas mudanças visavam atender as exigências do mercado internacional, a cada dia mais complexo e exigente, adequando a cooperativa às suas normas e garantindo assim a manutenção das exportações. Dentre estas mudanças, as que surtiram maior impacto sobre o produtor foram a mudança dos meios de entrega da produção e as tabelas diferenciadas de preços.

Aliado a isto, em 1973 ocorreu o cancelamento do embarque de milhares de toneladas de soja dos Estados Unidos (maior produtor na época) para a Rússia, causando um aumento instantâneo no preço mundial da soja, que praticamente dobrou de preço. A Cotrijui havia adotado dois métodos de comercialização desde a última safra: Preço Médio e Preço do Dia, mas não divulgou suficientemente a lógica de funcionamento de ambas modalidades. Muitos produtores entregaram soja ao preço do dia e obtiveram altos lucros. Outros, no entanto, entregaram no sistema preço médio e sentiram-se prejudicados pela cooperativa (QUEVEDO, dezembro 1978).

As atas de Assembléia Geral de 14 de abril e 9 de julho de 1973, ilustram a situação:

Após explanação do Presidente sobre o sistema de comercialização de soja adotado pela cooperativa desde a última safra, foi questionado pelo associado Adelchi Rodrigues sobre dúvidas neste sistema. O Presidente teceu uma série de considerações, e concluiu fazendo um apelo no sentido de que o corpo social mantenha sempre o diálogo com os administradores da cooperativa (Ata AGO 14 de abril de 1973, pg. 9). [...] Para conhecimento dos presentes, O Sr. Presidente esclareceu que a Cooperativa lançara ainda neste mês um periódico para distribuição aos associados, denominado COTRIJORNAL (...). A seguir (...) fez uma longa

explicação sobre a comercialização de soja no corrente ano, explanando as mais diversas facetas do mercado internacional, da retenção, das despesas e outros aspectos. (Ata AGO de 9 de julho de 1973, pg. 14).

Estas duas passagens evidenciam que, primeiro, houve a insatisfação por parte de produtores que desconheciam as mudanças nos procedimentos de entrega da soja, tendo esta insatisfação sido levada inclusive à Assembléia Geral, e, segundo, que a cooperativa percebia a necessidade de manter seu quadro social informado, incentivando-o a manter o diálogo com os administradores, buscando sempre informações atualizadas sobre a cooperativa, não obstante carece de um instrumento adequado de informação dos associados, tendo para tanto, frequentemente utilizado a Assembléia Geral como recurso, o que dificultava a tomada de decisões e aumentava a insatisfação.

Dessa forma, o primeiro canal de informação criado pela cooperativa, com o objetivo de informar os associados sobre acontecimentos relevantes e eventuais problemas técnicos ou de comercialização, foi o “Informativo COTRIJUI”, uma coluna semanal publicada no jornal Correio Serrano de Ijuí. Sua primeira edição, em 4 de outubro de 1967, assim apresentava o seu objetivo:

Fazer chegar até os mais distantes rincões (...) da região notícias de interesse dos cooperados e, de um modo geral, de todos os agricultores (...) de uma maneira clara ir ao encontro dos associados, transmitindo-lhes os costumeiros avisos de nossa Cooperativa (...) divulgar normas técnicas de culturas agrícolas e de fomento à produção, levando assim ao conhecimento dos agricultores cooperados o que de mais técnico e avançado se verifique nos campos de experimentação. (Informativo COTRIJUI. In: Correio Serrano, 14 de outubro de 1967).

O “Informativo COTRIJUI” circulou nas páginas do Correio Serrano até julho de 1973. Antes disso, no dia 16 de novembro de 1969, o mesmo “Informativo COTRIJUI” foi ao ar em uma versão radiofônica, em uma cadeia regional formada pelas rádios Progresso de Ijuí-RS e Difusora de Três Passos-RS. Segundo Mario Osorio Marques, “a base da estrutura organizacional de uma cooperativa está na sua estrutura de comunicação. E fazer comunicação não é só botar um jornal, criar um programa de rádio, e aí dizer: ‘temos comunicação na cooperativa’.” (MARQUES, 1980). A existência de um projeto abrangente de comunicação entre os associados e a cooperativa é necessária para que haja o entendimento entre ambas as partes, e assim exista a cooperação. É o próprio Mario Osório Marques que afirmava: “para haver cooperação é necessário que os homens conheçam quais são os seus problemas comuns (...) é preciso trocar idéias, pensar juntos, falar uns com os outros, comunicar-se. Sem comunicação não pode haver cooperação” (MARQUES, 1973).

Neste ponto, é importante considerarmos que a existência do Cotrijornal, possibilitou também o registro, em suas páginas, da própria historicidade da experiência humana, num determinado espaço e tempo, e num contexto de profundas transformações percebidas nas matrizes produtivas nacionais: o auge da chamada ‘revolução verde’. Segundo Thompson:

Os sujeitos que constituem parte do mundo social estão sempre inseridos em tradições históricas. Os seres humanos são parte da história, e não apenas observadores ou espectadores dela; tradições históricas e a gama complexa de significados e valores que são passados de geração a geração, são em parte constitutivos daquilo que os seres humanos são (...). os seres humanos são sempre parte de contextos sócio-históricos mais amplos. (2011, p. 360)

A criação do COTRIJORNAL em julho de 1973, fez parte de um projeto de desenvolvimento da região noroeste do Estado do RS, por meio da comunicação e da educação dos agricultores associados à cooperativa. Este trabalho vinha sendo realizado MCBI (Movimento Comunitário de Base de Ijuí) desde 1961, foi continuado pela FIDENE (Fundação de Desenvolvimento do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul) e posteriormente pela COTRIJUI, principalmente após a assinatura de um convênio entre as duas instituições nos primeiros dias de maio de 1970. Com a formalização desta parceria, ambas as entidades:

Se comprometeram a colaborar mutuamente no campo da educação e pesquisa. A Fidene, tendo como base as necessidades e aspirações dos agricultores, encarregou-se de pensar e elaborar projetos técnicos e de educação. A COTRIJUI, por sua vez, coube aprová-los ou não. Uma vez aprovados, fornece a necessária cobertura financeira para sua execução (“O Convênio COTRIJUI/FIDENE”. In: COTRIJORNAL, ano 1, no 1, pg.12).

Dois exemplos de atividades realizadas pelo convênio: a formação de Núcleos de Base, formados pelos agricultores nas suas localidades, com o objetivo de buscar soluções em conjunto para os problemas de cada localidade; e a promoção de cursos para aprofundamento dos assuntos e temas debatidos nas reuniões destes núcleos. Após a experiência inicial obtida com a parceria com a Fidene, a Cotrijui fundaria em 1974 seu próprio Departamento de Comunicação e Educação. A Fidene, por sua vez, passaria a dar suporte teórico para a Cotrijui. Neste sentido, o Cotrijornal surge como um importante complemento da comunicação da cooperativa; como difusor dos resultados e dos debates obtidos nos encontros de cada um dos Núcleos de Base, colocando os associados de toda a Cooperativa a par dos acontecimentos e decisões dos seus colegas em toda a área de atuação.

A justificativa da criação do Cotrijornal foi assim definida no editorial de sua primeira edição: “Ele nasceu da necessidade de comunicação, numa época em que as comunicações são partes destacadas na convivência do homem moderno, que vive num mundo também moderno” (“Nós e os Pioneiros de Rochdale”. COTRIJORNAL, ano 1, nº 1, pg. 2, 1973). O editorial da primeira edição toma a memória dos assim chamados “pioneiros de Rochdale”, um grupo de tecelões à que são tradicionalmente creditadas as honras pelo surgimento do movimento cooperativista⁴, para reforçar o caráter transformador e desenvolvimentista do cooperativismo, expresso ideologicamente na figura dos tecelões desempregados da revolução industrial, como bastiões da resistência às transformações da sociedade. No entanto, o contexto de criação do jornal encontrava-se num tempo de profundas rupturas na esfera social e econômica, com a rápida transformação da paisagem rural e a implantação de um modelo empresarial de gestão dos negócios agropecuários. Para Thompson, “em tempos

4 Em do século XIX, ganham espaço as ideias de socialistas utópicos como Owen e Proudhon, e se corporificam na experiência mais relatada de cooperativismo: a dos Pioneiros de Rochdale, tida comumente como a primeira cooperativa do mundo fundada por tecelões desempregados na cidadela de Rochdale, Reino Unido, em 1844. Em “Costumes em Comum” Thompson cita a existência de um moinho em Birmingham (um dos principais centros comerciais do Reino Unido à época) que, já no início do século XIX, fornecia pão a preço de custo aos fazendeiros locais, funcionando como uma espécie primitiva de cooperativa de comerciantes de cereal. Em outro caso, Ruth Pierce, por volta de 1750, juntou-se com outras três mulheres para, juntas, comprar um saco de trigo de um fazendeiro. Estes exemplos demonstram a existência de um ativismo baseado na cooperação anterior à institucionalização da cooperativa dos tecelões de Rochdale. (THOMPSON, 1998, p.244)

de rápida mudança social e de conflito, os seres humanos se inclinam a ‘conjurar os espíritos do passado’ a fim de mascarar o presente e assegurar-se de sua continuidade com o passado” (2011, p. 361).

Percebemos que os objetivos da Cotrijui com a criação do Cotrijornal eram bastante específicos: diziam respeito à comunicação entre a cooperativa seus associados, à divulgação dos encontros dos núcleos cooperativos (em que participavam uma grande parcela de associados⁵), e à sua utilização como ferramenta de educação do quadro social. Além disso, ao abordar como assuntos de pauta os grandes empreendimentos em que a cooperativa se lançava, individualmente ou em parceria com órgãos do Governo Federal, como a construção do Terminal Graneleiro em Rio Grande (capa da primeira edição), o projeto colonização da Amazônia (abordado em várias edições), e a expansão para a fronteira oeste do RS e o sul do MS, o Cotrijornal funcionava como uma poderosa ferramenta de educação ideológica e institucional da Cooperativa, divulgando uma boa imagem para a sociedade e atraindo novos associados. Mario Osório Marques nos esclarece esta questão:

Criam-se, para tanto, departamentos de comunicação, [...] os quais assumem, mais explicitamente, outras funções, quais a da doutrinação cooperativista, as da veiculação de informações e orientações administrativas, as de relações públicas com vistas à boa imagem da Cooperativa. Instrumentos para tanto são, em muitos casos, [...] os jornais mantidos pelas cooperativas” (Marques, 1980).

A análise das capas do primeiro ano de edições demonstra essa preocupação com o registro do envolvimento direto da Cotrijui com pautas nacionais relacionadas à grandes temas estruturais e desenvolvimentistas:

1ª edição, julho de 1973	Terminal Graneleiro da Cotrijui em Rio Grande
2ª edição, setembro de 1973	O papel do cooperativismo para acabar com a fome mundial
3ª edição, outubro de 1973	Ferrovia e Rodovia (sobre o empenho da Cooperativa no estímulo a realização de grandes obras de infraestrutura)
4ª edição, novembro de 1973	Planos de pesquisa (sobre o empenho da Cotrijui na criação de um centro de pesquisa agrônômica regional)
5ª edição, dezembro de 1973	Cotrijui no mercado europeu (representação brasileira em feiras mundiais)
6ª edição, janeiro de 1974	Hidrovias no sul (Cotrijui retoma projeto de construção de hidrovias do final do segundo reinado)
7ª edição, fevereiro de 1974	O ano da população mundial; 20 anos de supermercados no Brasil (inauguração de lojas da Cotrijui e planos da FAO para conter a fome)
8ª edição, março de 1974	Presidente Geisel inaugura Superporto da Cotrijui em Rio Grande
9ª edição, abril de 1974	Ministro da Agricultura visita Cotrijui
10ª edição, maio de 1974	Cotrijui em Brasília, em visita ao Ministro da Agricultura
11ª edição, junho de 1974	Ministro dos Transportes recebe a Cotrijui em Brasília
12ª edição, agosto de 1974	Carta do Ministro da Agricultura: “cooperativismo é bem comum”

Tabela 1: relação de matérias de capa das 12 primeiras edições do COTRIJORNAL

Tais objetivos puderam ser identificados ao analisar as pautas e a estrutura do

⁵ O relatório de atividades do Serviço de Comunicação e Educação Cooperativa das Cooperativas – FECOTRIGO, de 1980, apresentava a COTRIJUI como primeira colocada no “ranking” das cooperativas do Estado do RS. No referido ano, a COTRIJUI possuía 239 Núcleos organizados, contra 1.419 no resto do Estado; realizou 920 reuniões, contra 2.858 no resto do Estado; realizou 6.125 trabalhos com esposas e filhas de associados, contra 9.456 em todo o Estado; e teve 21.200 participantes, contra os 72.987 de todas as cooperativas do Estado, representando cerca de 30% de todo o fluxo de atividades desenvolvidas em todo o Estado do RS.

Cotrijornal. No período compreendido entre julho de 1973 e maio de 1975, que corresponde às suas 26 primeiras edições, o Cotrijornal pouco variou em formato e estrutura. Feito em tamanho A3, tinha uma tiragem de 8.500 cópias (aproximadamente o número de associados da Cooperativa à época) e teve em média 14 páginas organizadas em seções e suplementos conforme segue:

- **Capa:** contendo informações sobre o conteúdo da edição, manchetes e assuntos principais. Grandes empreendimentos, visitantes ilustres ou acontecimentos marcantes da Cotrijui, estão presentes em praticamente todas as capas das primeiras edições;
- **Editorial e Perspectiva:** geralmente no verso da capa, informavam ao leitor sobre a manchete da edição, o assunto mais importante. Os editoriais em geral abordavam temas relativos à agricultura, ao cooperativismo e à economia;
- **Mundial:** com informações sobre a agricultura no mundo e, esporadicamente, curiosidades e conhecimentos sobre países diversos;
- **Técnicos:** abordando informações técnicas específicas, como manejo, plantio, variedades de sementes e forrageiras;
- **Sindical:** Espaço destinado para a publicação de informações sobre os sindicatos rurais da área de atuação da cooperativa;
- **COTRISOL:** este suplemento infantil, rico em ilustrações, versos e brincadeiras, esteve presente desde a primeira edição do Cotrijornal, tendo seu nome sido escolhido a partir da terceira edição do jornal. Elaborado pela Escola Francisco de Assis (EFA) da FIDENE, abordava o tema ‘cooperativismo’ de maneira lúdica e foi vastamente utilizado por professores em sala de aula como suplemento educativo, como se pode perceber nas cartas recebidas e publicadas em diversas edições do Cotrijornal.
- **Avisos:** nas primeiras edições em geral, a seção “Avisos” buscava explicar detalhadamente o novo sistema de comercialização de soja da Cooperativa, uma preocupação latente da administração principalmente devido a grande expansão que esta cultura registrava no período.

As primeiras edições do Cotrijornal podem ser caracterizadas como o período de afirmação do jornal como meio de comunicação que se propunha alternativo e dedicado à causa do cooperativismo. Raul Quevedo, primeiro redator do Cotrijornal, assim resumiu esta fase em matéria publicada no próprio jornal:

O jornal de cooperativa nasce com um destino específico: popularizar o sistema, (...) caracterizar-se, a priori, através de uma ‘linha de alto nível moral’, (...) mostrar a seus leitores as deficiências, as contradições e a pobreza moral do capitalismo clássico, (...) se constituir no órgão representativo, (...) nunca no jornal meramente voltado a fazer propaganda do sistema. (Quevedo, setembro 1978).

Considerado inovador para a época, o jornalismo cooperativista buscava uma linha editorial que destoasse dos veículos de imprensa tradicionais existentes naquele contexto, pautado pelos objetivos da Cooperativa e do próprio movimento cooperativista, mas também profundamente vinculado ao projeto político de desenvolvimentismo nacional:

Nossa preocupação hoje é com o jornal de cooperativa. Por ser novo no contexto da imprensa nacional, pode e deve estabelecer parâmetros editoriais que o distinga do jornalismo convencional (...); o jornal de cooperativa só justifica a sua participação no seio da comunidade a qual serve, sendo intransigente com sua própria ética. (QUEVEDO, outubro de 1978).

A partir da 20ª edição, em junho de 1975, percebe-se uma mudança no formato e na estrutura do Cotrijornal. O jornal ganha mais páginas, ficando em torno de 24 (chegando à 30 páginas meses mais tarde), a tiragem sobe para 12.500, acompanhando o crescimento social da Cooperativa, a linha editorial se altera, proporcionando maior espaço para seções de conhecimentos gerais, curiosidades e educação, porém sem alterações nas seções existentes e até então editadas. A elas, somam-se as seguintes novas seções:

- **Ecologia:** espaço dedicado a discutir questões ligadas à preservação do meio ambiente: cuidados com a destinação correta de ‘defensivos agrícolas’ (eufemismo recorrente para se tratar dos agrotóxicos, tema abordado com frequência inclusive no suplemento infantil COTRISOL), erosão do solo e plantio direto na palha, técnica esta que passaria a ser amplamente difundida pela Cooperativa no Cotrijornal e na seção Técnica.
- **História:** contando a história dos municípios da área de atuação da Cotrijui e do Estado do RS.
- **Opinião:** seção com artigos que abordavam temas diversos. Nas primeiras edições do Cotrijornal, os artigos foram assinados por colunistas de renome, como Ana Amélia Lemos e Luis Fernando Veríssimo.
- **Música:** curiosidades sobre música: gêneros musicais, músicos, compositores, etc.
- **Feminina:** uma seção com artigos sobre culinária, educação infantil, cuidados com a casa, corte e costura, etc.
- **Segurança:** alertando os agricultores sobre aspectos de segurança no trabalho no campo: uso de equipamentos de proteção para a aplicação de agrotóxicos, cuidados no manuseio de equipamentos e máquinas, prevenção de incêndios, etc.
- **Saúde:** a discussão constante de temas relacionados à saúde comunitária, fez com que a Cotrijui se engajasse na causa, promovendo, dentre outras ações, a saúde preventiva, tema para o qual dedicava uma seção especial no COTRIJORNAL.
- **Municípios:** divulgação dos principais acontecimentos dos municípios da área de atuação da Cotrijui.
- **Caprichos da Natureza:** seção de curiosidades, em que se publicavam fotos curiosas de vegetais e animais nascidos com os mais estranhos formatos. As fotos eram enviadas por associados da Cooperativa.
- **Livros:** dicas de leitura e lançamentos de livros diversos.
- **Seção de cartas dos leitores.**

Uma análise rápida sobre a seção “cartas dos leitores” ao longo das primeiras 24 edições do Cotrijornal, revelou alguns aspectos importantes sobre a origem dos leitores e as mudanças que serão implementadas na estrutura do jornal ao longo dos próximos anos, conforme ilustrado na tabela a seguir:

	Escola	Governo	Leitor	Profissional	Empresa
1973	1	5	0	1	21
1974	0	2	1	8	14
1975*	0	1	1	2	4
TOTAL	1	8	2	11	39
	2%	13%	3%	18%	64%

Tabela 2: Classificação por origem das cartas à redação, 1973-1975. Fonte: COTRIJORNAL, seção de cartas.

Analizadas as seções de cartas do período compreendido entre a criação do Cotrijornal (julho-1973) e a primeira grande mudança em sua estrutura (maio-1975), constatamos que o veículo que fora criado com o intuito de ser uma ponte para informação e educação do quadro social da Cotrijui, o Cotrijornal aparentemente acabou interessando igualmente a um público diferenciado, para além dos agricultores associados, como empresários (geralmente ligados a ramos específicos do agronegócio), políticos e profissionais liberais. A mudança percebida na linha editorial do jornal, buscou atender as exigências de um público leitor mais qualificado, como pessoas e empresas ligadas à cooperativa, outras empresas, profissionais liberais, órgãos governamentais e até mesmo escolas das redes públicas e privadas da área de atuação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora encontre-se em fase inicial, este estudo permitirá traçar um painel das questões mais relevantes no processo de participação dos associados de uma cooperativa que foi chave no processo de modificação das estruturas produtivas, no contexto da Revolução Verde, num determinado espaço e tempo: o RS entre as décadas de 1970 e 1980. Quais as questões que constituíam do ponto de vista da inovação técnica, da melhoria das culturas, da comercialização, do sistema interno de poder. O estudo dos efeitos das informações divulgadas pelo Cotrijornal, e a sua eficácia de atuação em seu público-alvo, servem-nos para análise de sua história, e consequentemente para a compreensão do término de sua publicação anos mais tarde.

Criado para comunicar e informar os associados da Cooperativa, bem como para divulgar seus acontecimentos, o Cotrijornal adquiriu proporções maiores do que as inicialmente desejadas por seus idealizadores. Francisco Riopardense de Macedo, historiador e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em carta para a redação do Cotrijornal assim afirmou: “sabia da boa orientação que estavas dando para uma folha de grande divulgação no meio agrícola; mas não sabia até onde pretendiam elevar essa grande massa dos nossos irmãos que carecem de toda informação sobre comércio internacional e cultura em geral.” (“Cartas à Redação”, COTRIJORNAL, ano 3, nº 18, abril-1975). De fato, o perfil do Cotrijornal mudava, visando atender à uma mais ampla e exigente classe de leitores. Ainda assim, mantinha-se fiel

aos objetivos ideológicos de educação cooperativista, propostos desde suas primeiras edições, o de levar ao homem do campo às informações necessárias para o desenvolvimento das atividades agrícolas, num contexto marcado pela ascensão da tecnologia e pelo exponencial aumento da produtividade no campo. Ou seja, de conduzir os sujeitos de um determinado contexto social num processo de profunda transformação social, mantendo em evidência um conjunto de parâmetros ideológicos que determinam, por sua vez, os próprios objetivos editoriais daquele veículo.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Alzira Alves de. Acontecimento e mídia. Anais do Colóquio História e Imprensa. UERJ/IFCH, 1998.
- Ata da Assembléia Geral Ordinária da Cooperativa Regional Tritícola Serrana. Arquivos COTRIJUI, 14 de abril de 1973, pg. 9.
- Ata da Assembléia Geral Ordinária da Cooperativa Regional Tritícola Serrana. Arquivos COTRIJUI, 9 de julho de 1973, pg. 14.
- Cartas à Redação. COTRIJORNAL, ano 3, nº 18, abril-1975
- DIAS, André Bonsanto. Para além do rascunho: jornalistas fazedores de história e as lembranças do golpe de 1964, 50 anos depois. LUMINA. UFJF, v. 8, dez 2014,
- FEARNSIDE, Philip M. O cultivo da soja como ameaça para o meio ambiente na Amazônia brasileira. In: Forline, L.C., Murrieta, R.S.S. e Vieira, I.C.G. (eds.). Amazônia além dos 500 Anos. Pg. 265-306. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém-PA, 1995.
- ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. Revista Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, v. XXIV, n. 02, dezembro 1998.
- Federação das Cooperativas de Trigo e Soja do Rio Grande do Sul - FECOTRIGO, O desafio da comunicação e educação cooperativa / Porto Alegre: FECOTRIGO, 1981. - 81 p.
- FRANTZ, Telmo Rudi, Cooperativismo empresarial e desenvolvimento agrícola: o caso da COTRIJUI / Ijuí: COTRIJUI, 1982.
- MARQUES, Mário Osorio. Comunicação e Educação Cooperativistas no Brasil. In: Revista Perspectiva Econômica. Ano XV, vol. 10, no 27, pg 33-50, 1980.
- MARQUES, Mario Osorio. Cooperativa e Jornal. In: COTRIJORNAL, ano 1, no 3, pg. 2, 1973.
- Nós e os Pioneiros de Rochedale. Editorial do COTRIJORNAL, ano 1, nº 1, p.2, 1973.
- O Convênio COTRIJUI / FIDENE. Editorial do COTRIJORNAL, ano 1, nº 1, p.2, 1973
- QUEVEDO, Raul. O Jornal de Cooperativa. In COTRIJORNAL, ano 6, nº 55, pg. 11, setembro 1978.
- QUEVEDO, Raul. O Jornal é o Retrato do seu Próprio Meio. In COTRIJORNAL, ano 6, nº 56, pg. 7, outubro 1978.
- QUEVEDO, Raul. Minha Experiência no COTRIJORNAL. In COTRIJORNAL, ano 6, nº 58, pg. 11, dezembro 1978.
- SIMON, Carmen Luiza. A Comunicação e Educação na COTRIJUI. Relatório de Estágio Supervisionado. 1983.
- THOMPSON, John B. Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- THOMPSON, Edward P. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

INTERDISCIPLINARIDADE NA
“IMAGINAÇÃO MUSICAL” DE UM
HISTORIADOR

AARON REIS
Universidade Federal de Sergipe
aaron_sena@hotmail.com

Resumo

O presente artigo consiste em uma resenha do livro “Interdisciplinaridade na História e em outros campos do saber” de José D’Assunção Barros. O autor disserta sobre a importância da interdisciplinaridade, uma vez que, assimilando novos modos de ver o mundo, os alunos aprendem sobre os conteúdos e desenvolvem um senso crítico maior. No primeiro capítulo, Barros destaca a necessidade de reflexão sobre o termo disciplina, apresentando a interdisciplinaridade para o leitor. No segundo capítulo, Barros retoma e aprofunda suas considerações acerca da ideia de “disciplina”. No terceiro, é introduzido ao leitor o conceito de pontes interdisciplinares, que podem sinalizar a geração de novas disciplinas. Nos capítulos quatro e cinco, Barros analisa a interdisciplinaridade nos campos da História e da Música.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade; História; Música.

INTERDISCIPLINARITY IN THE
“MUSICAL IMAGINATION” OF A
HISTORIAN

AARON REIS
Universidade Federal de Sergipe
aaron_sena@hotmail.com

ABSTRACT

This article is a review of José D’Assunção Barros’s book “Interdisciplinaridade na História e em outros campos do saber”. The author writes about the importance of interdisciplinarity. Barros says that being able to compare different contents allows students to be aware of the world they are in. Moreover, it encourages them to develop a higher sense of social responsibility and analytical skills. In the first chapter, the author highlights the need to reflect on the term subject and the idea around it. Also, Barros presents to the reader the concept of interdisciplinarity. In the second chapter, the author develops his understanding about the matter. The third chapter introduces to the reader the concept of "interdisciplinarity bridges", which is a way to develop new subjects. In the fourth and fifth chapter, he signalizes the interdisciplinarity between History and Music.

Keywords: Interdisciplinarity; History; Song.

Em *Interdisciplinaridade na História e em outros campos do saber*, José D'Assunção Barros propõe a discussão de um tema relevante e atual, sobretudo quando consideramos as habilidades e competências que nos são exigidas neste mundo (ainda) pandêmico. Para esse historiador, músico, escritor e professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), pensar a interdisciplinaridade significa pensar “fora da caixa” de modo a “proporcionar intercâmbios, assimilar novas maneiras de ver e fazer” (BARROS, 2019, p. 11) sem que, para isto, tenhamos necessariamente que rechaçar a disciplinaridade.

Embora critique o processo de hiperespecialização científica que, desde o século XIX, vem promovendo uma “divisão intelectual do trabalho”, Barros destaca a necessidade de refletir sobre a ideia de “disciplina”. Mais do que isso, convida-nos a compreender e ultrapassar as fronteiras estabelecidas a partir de uma perspectiva disciplinar. Porém, dada a importância atribuída a esse conceito, é justamente por ele que o autor inicia o primeiro dos cinco capítulos de sua obra.

Definida como um “campo de conhecimento” ou “modalidade de saber” historicamente construída, a disciplina pode nos ajudar “a compreender melhor a diversidade do conhecimento” (BARROS, 2019, p. 25). Todavia, sob o prisma do capitalismo e com o desenvolvimento da sociedade industrial, torna-se uma forma de alienação, responsável não apenas pela “parcelarização” do saber, como também pela formação de intelectuais limitados, “estimulados a pensar monodisciplinarmente” (BARROS, 2019, p. 28).

Por este motivo, Barros apresenta-nos a interdisciplinaridade como “uma das maneiras de resistir aos mecanismos fragmentadores da vida moderna, no que tange ao desenvolvimento do conhecimento parcelarizado e ao universo de práticas isolacionistas” (BARROS, 2019, p. 31). Não obstante, longe de apresentar consenso, a ideia de interdisciplinaridade se faz presente sob os mais diferentes vocábulos – como “pluridisciplinaridade” ou “multidisciplinaridade” e “transdisciplinaridade” –, alguns dos quais ainda carecem de definições mais precisas – a exemplo de “circundisciplinaridade”. Em comum, tais concepções pressupõem o estabelecimento de diálogo em zonas de fronteiras, muito embora o autor nos leve a crer na “interdisciplinaridade” como a construção mais completa, já que nela, as disciplinas não apenas dialogam, mas agem umas sobre as outras, além de agirem sobre si mesmas.

No segundo capítulo, Barros retoma e aprofunda suas considerações acerca da ideia de “disciplina”. A partir de uma representação gráfica, o autor discorre sobre nove categorias que considera essenciais para estruturação de qualquer campo disciplinar, a saber: interesses temáticos, teoria, discurso, método, campos *intradisciplinares*, interditos, rede humana, olhar sobre si e singularidade. Em que pese a importância dessas dimensões, as quais conferem o aspecto particular de cada modalidade de saber, é preciso destacar que “queiram ou não os seus praticantes, toda disciplina está mergulhada na interdisciplinaridade” (BARROS, 2019, p. 57). Nesse contexto, novos campos de conhecimento podem surgir, outros, agruparem-se, ou mesmo, afastarem-se por completo. Resta à comunidade científica reconhecer a importância das “pontes interdisciplinares”.

Tônica do capítulo três, as pontes interdisciplinares são definidas como construções que favorecem ao diálogo entre os diferentes saberes. Esses mecanismos de transferência ocorrem a partir dos mesmos elementos que conferem singularidade a cada disciplina. Para

Barros, o momento interdisciplinar ocorre não apenas no nível da “aplicação”, a exemplo da utilização de métodos da Física Nuclear para o desenvolvimento de tratamentos contra o câncer no campo da Medicina, mas também no nível “epistemológico”, como aqueles que proporcionaram à História uma diversificação em suas análises textuais a partir de perspectivas familiares à Linguística e à Crítica Literária.

As pontes interdisciplinares do método ou da teoria também podem sinalizar a geração de novas disciplinas, como a Astrofísica e a Astrobiologia, ou ainda *intradisciplinas*, como a Geo-História e a História Ambiental – todas elas alerta-nos Barros, já caracterizadas como interdisciplinas. Para o pesquisador, estas pontes interdisciplinares evidenciam que a ciência deveria buscar inspiração na arte, cuja ousadia de sua rede humana permite-lhe ultrapassar diferentes especialidades, ou ainda na figura dos polímatas, indivíduos com múltiplos talentos, a exemplo dos clássicos Aristóteles, Marx e Weber – alguns dos quais conseguem extrapolar as barreiras da ciência e da arte, como Leonardo da Vinci. Desse modo, torna-se possível não só o compartilhamento de temáticas, como também a apropriação de discursos e conceitos capazes de intensificar a influência que uma disciplina exerce sobre a outra e sobre si mesma.

Nos capítulos quatro e cinco, Barros analisa a interdisciplinaridade nos campos em que atua: a História e a Música. No primeiro momento, nosso pesquisador reconhece o potencial interdisciplinar da História e discorre sobre os processos de construção e renovação da identidade desta disciplina. Assim, o autor nos conduz a perceber que, se ao longo do século XIX, a História buscou a legitimação de seus saberes científicos, no decurso do século XX, já consolidada, renovou-se criticamente através do diálogo com outros campos do saber, como a Geografia, a Sociologia e a Antropologia.

Entrelaçada desde a Antiguidade à Geografia, a principal ponte interdisciplinar que, na atualidade, a História estabelece com essa disciplina diz respeito à Teoria. Apropriando-se de um rico corpus conceitual relacionado à ideia de espaço, historiadores desenvolveram modalidades *intradisciplinares* como as da História Regional e Local, além da Geo-História. Por sua vez, os diálogos travados com a Sociologia foram marcados por tensões e disputas, já que essa seria uma rival direta para a História, que ansiava a liderança e o prestígio entre as ciências humanas e sociais. Quanto à Antropologia, Barros destaca que, além das pontes interdisciplinares construídas com base nos conceitos de cultura, identidade e alteridade, também se estabeleceu uma ponte metodológica, sobretudo no que diz respeito ao tratamento de dados, a exemplo das produções orais.

A partir de sua experiência como músico, Barros também propõe a utilização de conceitos e “modos de imaginação típicos da Música para renovação dos mais diversos campos de saber” (BARROS, 2019, p. 152). Nesse sentido, o autor nos apresenta as concepções de “polifonia”, “acorde” e “formas musicais”. O primeiro conceito está relacionado a “uma trama musical composta de muitas vozes” (BARROS, 2019, p. 154); o segundo, a “um som formado por vários sons que soam simultaneamente, uns interferindo nos outros e todos terminando por produzir uma coisa nova” (BARROS, 2019, p. 158); o terceiro, diz respeito às divisões internas, ou seja, “é o caminho percorrido pelo conteúdo” (BARROS, 2019, p. 167). Todos esses conceitos convergem na metáfora da “imaginação musical” ou da “música da interdisciplinaridade”, isto é, uma forma de pensamento fluida, como “uma música sem

travas, barreiras e silenciadores, com seus múltiplos diálogos internos, com sua generosa polifonia interior” (BARROS, 2019, p. 191).

Habitados a pensar *monodisciplinarmente*, somos surpreendidos por situações que nos exigem mudanças abruptas em nosso cotidiano. A pandemia da Covid-19, por exemplo, exigiu de nós mudanças significativas em nossas práticas de ensino e pesquisa. Mesmo que não tenha sido escrito neste contexto, a obra de José D’Assunção Barros já fazia um alerta acerca da necessidade humana de buscar outras formas de pensar, sobretudo aquelas que nos proporcionasse o dialogismo, tal como explicitado pelo linguista Mikhail Bakhtin.

Nesse sentido, *Interdisciplinaridade na história e em outros campos do saber* é um trabalho envolvente, mas, sobretudo, relevante para estudantes de (qualquer) graduação, pós-graduação e, mesmo, pesquisadores experientes. Isto porque, partindo de interessantes e curiosos exemplos da História das Ciências, mostra-nos ou nos faz lembrar que as disciplinas podem dialogar, contraporem-se ou ainda digladiarem-se, mas ao final, comporão uma sinfonia capaz de auxiliar-nos a “pensar fora da caixa”, preparando-nos para as mais diferentes adversidades.

LUTAS DOS TRABALHADORES DO
SINDICATO DOS METALÚRGICOS NO
SUL CATARINENSE (1960-2016)

FERNANDO DEBRIDA MARTINS
Universidade do Extremo Sul Catarinense
fernandodebridamartins@gmail.com

JOÃO HENRIQUE ZANELATTO
Universidade do Extremo Sul Catarinense
jhz@unesc.net

ResUmO

A indústria metalúrgica no sul catarinense teve seu processo de crescimento a partir da década de 1950, contexto de diversificação da economia regional, que até aquele momento estava centrada na exploração do carvão mineral. Com a expansão da indústria metalúrgica, cresceu a necessidade de força de trabalho. Foi nesse contexto que, em 1965, foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Criciúma e Região – SINMETAL. As fontes principais para a produção do artigo foram os jornais, em especial o informativo “Zé Ferreiro”, jornal produzido pelo Sindicato. Assim, o artigo aborda sobre a trajetória do Sindicato dos Trabalhadores das indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico de Criciúma e Região, com ênfase nas principais demandas da luta dos trabalhadores no Sindicato em diferentes temporalidades e contextos.

Palavras-chave: Trabalhadores; Sindicato; Metalúrgicos; Sul Catarinense.

STRUGGLES OF WORKERS OF THE
SINDICATO DOS METALÚRGICOS
IN THE SOUTH OF CATARINA
(1960 - 2016)

FERNANDO DEBRIDA MARTINS
Universidade do Extremo Sul Catarinense
fernandodebridamartins@gmail.com

JOÃO HENRIQUE ZANELATTO
Universidade do Extremo Sul Catarinense
jhz@unescc.net

ABSTRACT

The metallurgical industry in the south of Santa Catarina had its growth process from the 1950s, a context of diversification of the regional economy, which until that moment was centered on the exploitation of mineral coal. With the expansion of the metallurgical industry, the need for workforce grew. It was in this context that, in 1965, the Metallurgical Workers Union of Criciúma and Region – SINMETAL was founded. The main sources for the production of the article were the newspapers, especially the newsletter “Zé Ferreiro”, a newspaper produced by the Union. Thus, the article addresses the trajectory of the Workers Union of the metallurgical, mechanical and electrical material industries of Criciúma and Region, with emphasis on the main demands of the workers' struggle in the Union in different temporalities and contexts.

Keywords: Workers; Syndicate; Metallurgists; Southern Santa Catarina.

INTRODUÇÃO

O artigo trata da trajetória do Sindicato dos Trabalhadores das indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico de Criciúma e região, com ênfase nas principais demandas da luta dos trabalhadores no Sindicato em diferentes temporalidades e contextos. O crescimento do setor se deu a partir da década de 1950, com a diversificação econômica observada na região carbonífera a partir de então. Diversificação essa que foi alavancada, inicialmente, pelo setor cerâmico, seguido do metalúrgico. Conforme afirma Santos (1997, p. 100), “A indústria metalúrgica é outro setor nesse universo, que teve início no final da década de 50, com a criação da Mecril, pela família Búrigo”. Segundo o autor, a partir desse período, dezenas de empresas pequenas e médias surgiram para atender à procura de peças, de equipamentos e de componentes, tanto pela mineração quanto pela recente indústria cerâmica.

As metalúrgicas inicialmente surgiram para atender a mineração ou a agricultura, posteriormente foram se especializando e atendem também o setor cerâmico, redes de distribuição de energia, produção de carrocerias, caçambas basculantes (GOULARTI FILHO 2016). Atualmente são mais de uma centena de empresas que compõem o setor, entre médias, grandes e pequenas e produzem para atender não somente o mercado local, mas também o nacional e internacional.

Com o crescimento e a expansão das empresas, cresceu também a necessidade de ampliação da força de trabalho para o desenvolvimento das atividades do setor. A classe de trabalhadores metalúrgicos compreende atualmente na região, desde trabalhadores de pequenas empresas mecânicas, até trabalhadores de grandes indústrias exportadoras. O setor gera emprego e renda para centenas de trabalhadores e suas famílias. No entanto, também gera o conflito *capital x trabalho*. Como em toda economia capitalista, junto com o crescimento da indústria e do emprego, aparecem os conflitos inerentes ao sistema. Com a classe trabalhadora, surgem os problemas de sobrevivência, a exploração da força de trabalho que gera a luta por melhores salários, por melhores condições de trabalho e vida, entre outras questões (MARTINS, 2021).

Foi nesse contexto que, em 1962, surgiu a associação dos trabalhadores metalúrgicos, posteriormente transformada em Sindicato em 1965, o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Criciúma e Região – SINMETAL (PEREIRA, 2012). Portanto, são as lutas empreendidas pelos trabalhadores vinculados a esse Sindicato o objeto de estudo deste artigo. Buscamos analisar a trajetória de lutas da categoria dos trabalhadores do setor metalúrgico, mecânico e de material elétrico de Criciúma e da região desde a sua fundação até o ano de 2016.

Nesse período, identificamos três fases no processo de atuação do sindicato, as quais estão relacionadas ao momento político e econômico pelo qual o País passou desde os anos de 1960. A primeira fase teve início com o golpe civil-militar, que ocorreu no contexto da Guerra Fria e por meio do qual se instaurou uma ditadura no País a partir de 1964, que durou, aproximadamente, até o ano de 1979, com a transição para a redemocratização de grande protagonismo do Sindicato dos Metalúrgicos de Criciúma.

A segunda fase começou na transição dos governos militares para os governos civis; passou pela grande onda de greves do final dos anos de 1970, pela abertura política e pela

criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983; passou, ainda, pela conquista de direitos, com a Constituição de 1988; e terminou com o avanço das medidas neoliberais empreendidas pelos governos dos presidentes Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso.

A terceira e última fase começou no processo de lutas do sindicato com o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a partir do ano de 2002 até o ano de 2016 - período de aproximação da CUT e do sindicalismo em geral com o governo; perpassando também pelo governo de Dilma Rousseff até o golpe.

A fonte principal para esse artigo foram os jornais, em especial o informativo “*Zé Ferreiro*”, material produzido pelo Sindicato dos Metalúrgicos. “*Zé Ferreiro*” foi/é um informativo publicado mensalmente, mas em alguns anos foi bimensal (como, por exemplo, em 2011), e em alguns anos não foi publicado. Uma parte dos informativos foram pesquisados no acervo do Sindicato que não possui toda coleção e outra no acervo do CEDOC - Centro de Memória e Documentação da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

As peculiaridades dos jornais, a simbologia das palavras e a investigação dos leitores como público-alvo, receptores e transmissores das suas informações têm contribuído para novas interpretações da história. Na condição de representantes da sociedade onde estão inseridos, os periódicos se constituíram em fontes fundamentais para os mais variados tipos de estudos. Em suas páginas, está a permanência das memórias de acontecimentos pretéritos (BEZERRILL, 2011). Os estudos sobre a imprensa têm evidenciado que ela “[...] ao invés de espelho da realidade passou a ser concebida como uma representação do real, ou melhor, de momentos particulares da realidade. Sua existência é fruto de determinadas práticas sociais de uma época” (CAPELATO, 1994, p. 24-25). O processo de produção do impresso configura-se em um ato de poder. Nele estão implícitas relações que podem ser elucidadas. Portanto, “A imprensa age no presente e também no futuro, pois seus produtores engendram imagens da sociedade que serão reproduzidas em outras épocas.” (CAPELATO, 1994, p. 24-25). Portanto, ao utilizar o informativo “*Zé Ferreiro*” como fonte, estamos dando visibilidade para aspectos da trajetória e lutas dos trabalhadores da indústria metalúrgica de Criciúma e região.

O SINDICATO NO CONTEXTO DA GUERRA FRIA e DA DITADURA CIVIL-MILITAR - 1962-1979

O Sindicato dos Metalúrgicos de Criciúma e Região possui atualmente cerca de 3.500 associados, sendo que em sua base territorial há cerca de 10.000 trabalhadores, com abrangência em 29 municípios do Sul Catarinense¹. Entretanto o Sindicato começou a ser idealizado no início dos anos de 1960, a partir da iniciativa do metalúrgico Raul Clemente Pereira. Junto com o operário, que, na época, trabalhava na oficina da revenda Júlio Gaidzinski, participou no processo de constituição do Sindicato o padre Hélio Simas (PEREIRA, 2012).

No período em questão, o mundo vivia a chamada Guerra Fria, que correspondia ao momento posterior à Segunda Guerra Mundial, em que as superpotências vencedoras na guerra dividiram o mundo em duas zonas de influência. No lado capitalista, estavam os Estados Unidos, e no lado comunista, a União Soviética (HOBBSAWM, 1994). Para Pereira

¹ Essas informações constam na página do Sindicato. (<http://www.sinmetalsc.com.br/sindicato>. Acesso em 17/06/2022).

(2012), a presença do padre Hélio Simas na fundação do Sindicato estaria relacionada a essa conjuntura mundial da época. A Igreja Católica temia a aproximação dos trabalhadores e dos sindicalistas com o comunismo ateu, que governava a União Soviética e os demais países comunistas.

O papel do padre, então, era o de divulgar a encíclica papal *Mater et Magistra*, publicada pelo então papa João XXIII. A tal encíclica pregava o direito dos trabalhadores de se organizarem em associações e sindicatos, desde que continuassem na fé cristã. A tarefa do padre Hélio, portanto, era a de auxiliar na fundação de um sindicato que não se deixasse levar para o lado do comunismo ateu de orientação marxista.

A partir de 1964, um novo fato ocorreu no Brasil: aconteceu a deposição do presidente João Goulart e a instauração de uma ditadura civil-militar. Isso interrompeu novamente o curto período democrático que o País vivia desde o fim da era Vargas. Foi um período marcado por intervenções nos sindicatos, destituições de diretorias, proibição de greves e de manifestações políticas. Foi nesse contexto que, em 1965, aconteceu a fundação do Sindicato.

Segundo Pereira (2012, p. 30),

Em 28 de julho de 1965, no 16º mês de vigência do movimento revolucionário de 1964, o padre Hélio José de Simas encontrava-se em Criciúma, no Estado de Santa Catarina, no Sul do Brasil, participando do evento de transformação da Associação Profissional em Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico da Zona Sul do Estado de Santa Catarina, Sinmetal, conforme a sigla atualmente utilizada. Veio de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, especialmente para assistir à solenidade de entrega da Carta Sindical. Não foi chamado para compor a mesa dos trabalhos, ao contrário do que deveria ocorrer. Não se pode considerar uma gafe do amigo sindicalista Raul Clemente Pereira. Certamente solicitou para não ir à mesa, onde se juntavam membros do clero, sindicalistas, o deputado federal e minerador Diomício Freitas e outras autoridades.

O autor se refere ao golpe civil-militar da época como “movimento revolucionário”, expressão usada pelos militares para disfarçar o golpe e que acaba por confundir muitas pessoas até os dias de hoje. Era difícil admitir um golpe de Estado, por isso as autoridades militares e civis que foram a favor da deposição de João Goulart nunca admitiram ter dado um golpe de Estado e instalado regime ditatorial, ao contrário, sempre buscaram mascarar seus atos como necessários para garantir a democracia no País e livrar a população do “comunismo”.

Na época, o papel do padre Hélio Simas era o de coordenar cursos de sindicalismo, os quais foram ministrados por professores, advogados, juízes, delegados, ou seja, profissionais com conhecimentos nas áreas afins necessárias para a formação de sindicalistas. Havia sempre a preocupação de formar sindicalistas cristãos, que não se envolvessem com as ideias marxistas/comunistas, como já foi mencionado, principalmente pela questão do ateísmo e da extinção da propriedade privada preconizada por essas ideias.

Com o golpe civil-militar, o sindicato recém-fundado ficou com ações limitadas/cerceadas por um longo período. As intervenções nos sindicatos foram constantes. Segundo Nagasava (2018, p. 117),

As intervenções sindicais aconteceram desde o primeiro dia da ditadura. Não foi necessária sequer a oficialização de posse de Arnaldo Sussekind como ministro do trabalho para que os membros de diretorias sindicais fossem perseguidos e presos, os sindicatos invadidos e seu aparelhamento físico destruído ou apreendido. Considerando-se o temor dos golpistas da instalação de uma “República Sindicalista”, não surpreende os militares terem mirado

desde o início os sindicatos. A palavra de ordem era prender, apreender, intervir e depois informar o Ministério do Trabalho.

No Brasil pós-1964, a ordem democrática foi interrompida e um dos alvos principais do governo foram os sindicatos de metalúrgicos, têxteis, jornalistas, entre outros. Eles foram invadidos, tiveram suas diretorias destituídas e em seus lugares foram colocadas pessoas da confiança do regime em vigor. Em muitos sindicatos, os dirigentes, chamados “pelegos”, foram colocados nas diretorias para que cumprissem seu papel, ou seja, o de não enfrentar os patrões nem proporem medidas extremas, como greves, paralisações e protestos em portas de fábrica.

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Metal Mecânica e de Material Elétrico de Criciúma e Região, o SINMETAL, não ficou de fora e também sofreu intervenção.

A partir de dezembro de 1968, o ato institucional nº 5 impacta diretamente as atividades. É flagrante o seu efeito na vida associativa, a partir da situação de excepcionalidade instaurada no Brasil em 13/12/68. Houve um evidente esvaziamento de participação dos trabalhadores nas assembleias. Mesmo no SINMETAL, que ao tempo da revolução dera continuidade quase normal às suas atividades para obter a carta sindical, os trabalhadores foram desestimulados de uma participação mais ativa na busca de melhores condições salariais e de trabalho. No início da década de 1970, Raul Clemente Pereira, que assumira a presidência da Federação dos Metalúrgicos, foi detido, interrogado e solto, mas afastado definitivamente do cargo. Os inúmeros mandados de segurança impetrados em seu favor, pelo advogado Benedito Narciso da Rocha, não surtiram efeito. (PEREIRA, 2012, p. 189-190).

Portanto, o Sindicato dos Metalúrgicos da região não passou ileso à truculência dos militares e sofreu intervenção direta dos órgãos de repressão da Ditadura Civil-Militar. O momento foi tão sombrio, que praticamente não há registro de greves na região no período. O Jornal do Sul anunciou a volta das greves na região somente no final dos anos de 1970:

Pois as greves voltaram, finalmente, à Capital do Carvão... Desde o final do mês de junho, o repórter do JS, Zulnei Manique Barreto, vinha acompanhando toda a movimentação e organização no setor metalúrgico da cidade e informando sobre a situação que gradativamente tornava-se mais e mais tensa. O desleixo total por parte dos patrões, sua prepotência traduzida na forma de menosprezo a uma organização legalmente constituída como o sindicato, teve na última terça-feira o início de uma resposta à altura: a greve! Em princípio deflagrada na Carrocerias Becker, a paralização encampou na manhã seguinte, quarta-feira, a Crivel, Jugasa, Metalúrgica Milano, Siderúrgicas Catarinense e Criciumense (SIDESA). Na quinta-feira, foi a vez da Mecril e Autopertences. Concentrações. E passeatas dos grevistas ocorridas durante as paralizações deram o toque de maturidade que caracterizou fundamentalmente todo o movimento. Advertências aos patrões não faltaram. A greve dos metalúrgicos é a primeira em Criciúma a ocorrer nos últimos 15 anos. Não será, com toda certeza, a última. Boatos constantes vaticinam novas paralizações de outros setores trabalhistas para esta semana, incluindo cerâmicas e minas de carvão. E agora Patrões? (JORNAL DO SUL, sábado, 8 de setembro de 1979).

Fica evidente na notícia do Jornal do Sul que ocorreu um lapso de 15 anos em que Criciúma e região não presenciaram nenhuma greve. Esse período coincidiu plenamente com o dos militares no poder. No entanto, a mesma notícia anunciou o retorno dos movimentos grevistas na região com uma onda de greves, a qual se espalhou pelo Brasil a partir do final da década de 1970 e início da década de 1980.

As greves dos anos de 1978 a 1980 no ABC Paulista afrontaram o regime militar e

inauguraram uma nova fase do sindicalismo brasileiro. Lideradas pelo então sindicalista Luiz Inácio da Silva, o Lula, ressurgiu, a partir de então, um sindicalismo combativo e de real comprometimento com a classe trabalhadora. Sindicalismo esse que havia passado por anos de repressão.

As lutas empreendidas pelos sindicatos e por vários movimentos sociais do período buscavam conquistar direitos trabalhistas e também direitos políticos. Elas foram fundamentais para o processo que marcou o fim da ditadura e que levou à redemocratização do País (SADER, 2013).

DAs LUTAs e DAs CONQUISTAs eM âMBITO NACIONAL e LOCAL AO AvANÇO NeOLIBeRAL: 1979-2002

A partir dos anos de 1978 e 1979, na região do ABC Paulista, São Caetano, São Bernardo do Campo e Diadema, uma onda de grandes greves de metalúrgicos assolou o País. Sob a liderança do então sindicalista Luiz Inácio da Silva, o Lula, metalúrgicos do ABC cruzaram os braços para protestar e reivindicar melhorias salariais e nas condições de trabalho. O ano de 1979 coincidiu com o ano da Anistia Política dos presos e exilados pelo regime civil-militar, que já durava 15 anos. Os baixos salários e as péssimas condições de trabalho revoltaram os trabalhadores, que resolveram entrar em greve, protagonizando a maior onda de greves que o Brasil já havia presenciado desde o início da implantação do capitalismo industrial. Em Criciúma, de acordo com Miranda (2013, p. 26-27),

Os metalúrgicos foram os que iniciaram a onda de greves em setembro de 1979 na cidade de Criciúma. Essa categoria vinha num processo de mobilização e reivindicação há pelo menos dois meses. Existia uma disparidade muito grande entre a proposta de reajuste salarial apresentada pelos empresários e a reivindicada pela categoria. Enquanto os empresários ofereciam 30% a título de antecipação do dissídio, que estava marcado para março do ano seguinte, os metalúrgicos reivindicavam 60%, sendo 30% de reajuste imediato e 30% com antecipação.

Segundo Miranda (2013), o descontentamento era tão grande que a proposta patronal não foi aceita. Na época, a inflação altíssima corroía os salários e o poder de compra dos trabalhadores se via cada vez menor. O piso dos metalúrgicos de Criciúma e da região era um dos mais baixos da categoria em todo o estado de Santa Catarina. Os patrões se mostravam arrogantes e irredutíveis com as reivindicações dos operários. No final do movimento grevista, os trabalhadores saíram vitoriosos, pois

As conquistas foram consideráveis: garantiram estabilidade no emprego aos grevistas por noventa dias, anteciparam o próximo dissídio de março para fevereiro e os dias parados seriam compensados nas férias, além disso, o novo salário passou a valer a partir do dia primeiro do mês de setembro, ou seja, o pagamento seguinte já foi realizado com o aumento acordado. (MIRANDA, 2013, p. 51).

Nessa época, o sindicalismo e outros movimentos sociais estavam se expandindo por várias cidades do País. O Partido dos Trabalhadores (PT) foi criado em 1980, enquanto, após várias discussões em congressos de trabalhadores e em entidades sindicais, em 1983, surge a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Um ano depois, em 1984, também foi criado o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST).

O sindicalismo e os movimentos sociais que ficaram adormecidos durante o período militar ressurgiram com força. A volta de muitas lideranças que estavam exiladas e o surgimento de novas lideranças no interior da classe trabalhadora agitaram o cenário das reivindicações trazendo novamente à tona a questão da luta de classes e da situação da classe trabalhadora brasileira, tão massacrada nos chamados *Anos de Chumbo*.

É possível afirmar alusivamente que, entre as décadas de 1970 e 1980, um novo elemento começou a caracterizar o movimento sindical brasileiro existente durante a ditadura militar. O nosso movimento operário e sindical viveu em fins dos anos 1970 um momento de extrema importância para sua história. Após o duro impacto do golpe de 1964, que lhe havia deixado pouco espaço de ação – a não ser aqueles presentes no trabalho silencioso e cotidiano no interior das fábricas e de algumas tentativas pontuais de contestação, [...] um sindicalismo de corte mais autêntico aflorava, exigindo a ampliação dos espaços para a representação dos interesses da classe trabalhadora. (ANTUNES, 2015, p. 512-513).

A década de 1980 continuou agitada para o movimento sindical e grevista em todo o Brasil, e o sul catarinense não ficou de fora. Nos arquivos do Centro de Memória Documentação (CEDOC) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), é possível perceber o grande número de ações grevistas e reivindicativas dos sindicatos em todo o Brasil e também na região. Metalúrgicos, mineiros, vestuaristas, motoristas, ceramistas, todas as principais categorias de trabalhadores tiveram enfrentamentos grevistas nesse período. O jornal “O Metalúrgico”, de publicação do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, de Mauá, de Ribeirão Pires e de Rio Grande da Serra, em edição especial de fevereiro de 1986, estampou em sua capa o seguinte: “1985. O ano em que reduzimos a jornada”. Essa foi uma alusão à conquista da redução da jornada de 44 para 40 horas semanais.

A redução da jornada diária (ou do *tempo* semanal) de trabalho tem sido uma das mais importantes reivindicações do mundo do trabalho, uma vez que constitui num mecanismo de contraposição à extração de sobretabalho, realizado pelo capital, desde sua gênese com a Revolução Industrial e contemporaneamente com a acumulação flexível da era do toyotismo e da máquina informacional. Desde o advento do capitalismo, a redução da jornada de trabalho mostra-se central na ação dos trabalhadores, *condição preliminar* para uma vida emancipada. (ANTUNES, 2015, p. 131).

O jornal *O Estado*, de 17 de fevereiro de 1986, apresentou matéria com o título “Tumultos e violência no 4º dia de greve”, referindo-se à greve dos mineiros, que já entrava em seu quinto dia. Os metalúrgicos de Criciúma não ficaram de fora. Conforme o *Jornal de Santa Catarina*, do dia 22 de maio de 1986.

Segundo Zanelato, desde segunda-feira quando todos os metalúrgicos em greve voltaram ao trabalho, o sindicato não recebeu nenhuma manifestação dos empresários para entendimento. Nenhum contato telefônico com o presidente da Federação Estadual dos Metalúrgicos, Adalcino Pereira, Mário Búrigo, pediu alguns dias para reinício das conversações.

O diretor da metalúrgica Mecril, Guido Búrigo, garantiu, à tarde, que “os canais de negociações estão abertos, como sempre estiveram. Queríamos apenas aguardar o julgamento do TRT”. Disse ainda que, na sua opinião, o Sindicato dos Metalúrgicos se precipitou ao optar pela greve, pois, se tivesse prosseguido [com] as conversações que vinha encaminhando com os empresários “poderia ter algumas conquistas”.

Todas as reivindicações dos metalúrgicos foram negadas pelo TRT, sua sessão de terça-feira última.

A notícia do jornal deu conta de uma greve realizada pelos metalúrgicos no período da presidência do senhor Domiciano P. Zanelatto, em que as reivindicações não foram aceitas pelo Tribunal Regional do Trabalho. Isso mostra que nem só de vitórias é feita a história da classe trabalhadora brasileira. No entanto, também revela a força da união dos trabalhadores e dos movimentos grevistas, porquanto os empresários se mostraram/mostram abertos à negociação para evitar a paralisação das fábricas.

As lutas dos trabalhadores do mesmo modo não se limitaram a negociações salariais, pois, como se pode perceber no informativo do Sindicato dos Metalúrgicos de Criciúma e da região, “Zé Ferreiro”, havia todo tipo de reivindicações e de preocupações com relação às suas condições de trabalho. Tais preocupações referiam-se a situações como horas extras, insalubridades e maus-tratos pelos patrões. Em edição de julho de 1984 (p. 7) no informativo “Zé Ferreiro”, encontramos a seguinte preocupação:

Os companheiros que trabalham em locais ou operações insalubres, pelo fato de estarem prejudicando sua saúde e perdendo sua capacidade de trabalho, têm direito a receber adicional de insalubridade. Trata-se de uma forma de compensar os males causados ao organismo do empregado.

Porém, como não tem dinheiro no mundo que pague a perda da saúde, os trabalhadores não podem se contentar com o recebimento da insalubridade. É necessário atacar o mal pela raiz e exigir que as empresas utilizem uma parte de seu volumoso capital para eliminar as condições de trabalho insalubre.

A matéria do informativo também reforçou que muitas empresas, não raramente, nem adicional de insalubridade pagavam corretamente aos seus empregados. De acordo com o informativo do sindicato, a lei da época obrigava o pagamento de adicional de insalubridade de 40%, 20% ou 10%, conforme o grau de insalubridade da atividade realizada pelo trabalhador.

Denúncias de maus-tratos aos trabalhadores nos locais de trabalho também eram constantes nas páginas do informativo “Zé Ferreiro” na década de 1980. Até o cumprimento de horas extras, que por lei era uma opção do trabalhador, eram impostas com a ameaça de demissão. “Hora extra ou rua” era o que diziam os empregadores. De acordo com “Zé Ferreiro” de julho de 1984 (p. 8).

Chegaram ao sindicato informações de que existem empresas obrigando os trabalhadores a fazer horas extras – todos os trabalhadores! – sob ameaça de demissão. Ou aceita ou está no olho da rua.

Se por motivos particulares o trabalhador não poderá cumprir a imposição, é sumariamente despedido.

Fazendo hora extra repetidamente o operário se desgasta rapidamente e tira o lugar de algum desempregado que está passando necessidades.

Por exemplo, 100 trabalhadores que cumprem diariamente duas horas extras estão fazendo o trabalho de 25 outros trabalhadores, que estão na rua.

A preocupação com as horas extras realizadas pelos trabalhadores era uma constante nos informativos do Sindicato. Em especial em relação ao desemprego que essa modalidade de trabalho acarretava a outros trabalhadores e ao desgaste físico e mental do próprio trabalhador, que se submetia a tal situação em troca de um adicional salarial. Outro problema relatado no informativo “Zé Ferreiro” foi que o pagamento das horas extras estava sendo feito fora da folha de pagamento, o que acarretaria um prejuízo futuro ao trabalhador, pois essas horas não

estariam sendo depositadas como Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o que significava lesão para o trabalhador na previdência social e na hora da aposentadoria. Outros tipos de maus-tratos, como agressões e ameaças, também eram constantes. No informativo “Zé Ferreiro” de março de 1987 (p. 3), podemos ler o seguinte:

Durante a campanha salarial o empresário RUI BECKER, proprietário da Carrocerias Becker, atentou contra a vida de dois diretores do Sindicato: ANTONIO CARLOS LEANDRO e JOSE ITAMAR MAFIOLETTI (Preguinho) [sic].

Toda a revolta dele foi em função de uma denúncia que o Sindicato fez ao Ministério do Trabalho.

A denúncia era sobre uma prática escravagista usada pelo empresário que obriga os seus empregados a pagarem as horas de falta de energia com prolongamento do expediente sem direito a horas extras.

O sindicato, na época, havia registrado queixa policial, a qual estava sendo investigada. Isso teria irritado o empresário, que, por sua vez, teria ameaçado os dirigentes sindicais. O sindicato recomendava, na mesma matéria de seu informativo, que os trabalhadores, quando procurassem emprego, evitassem a Carrocerias Becker, pois o patrão, lá, mais parecia um “nazista” ou alguém que vivia em outra época, como na da escravidão.

Outra nota do informativo “Zé Ferreiro”, de setembro de 1989, com o título “Diabo ataca outra vez na Imecal”, dá conta de que, por diversas vezes, um engenheiro da empresa vinha sendo denunciado. O tal engenheiro Ângelo, segundo o informativo, gostava de “aparecer” e fazia “cara de capeta” para amedrontar os trabalhadores. O Sindicato, por meio de seu informativo, mandava recado ao engenheiro de que não era daquela forma que ele iria conquistar os trabalhadores e fazê-los trabalhar como se fossem escravos.

A década de 1990 marcou, no Brasil, o início de um novo governo, com a eleição do presidente Fernando Collor de Mello. Finalmente, após 21 anos de Ditadura Civil-Militar, em que o País ficou mergulhado no autoritarismo e foi governando por Presidentes-Generais e, depois, em mais um período do “governo apêndice”, por José Sarney, que, na verdade, era vice na chapa que elegeu Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral, formado por deputados e senadores, ocorreu a primeira eleição direta para Presidente da República.

No ano de 1989, Fernando Collor de Mello foi eleito presidente do Brasil no segundo turno das eleições, derrotando seu adversário, Luiz Inácio Lula da Silva. Pela primeira vez na história do Brasil, um representante legítimo da classe trabalhadora havia disputado uma eleição para a Presidência da República.

Vitorioso, Collor de Mello pôs-se a realizar seu projeto neoliberal, que estava em curso no período. Desencadeado mundialmente por representantes como Margaret Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos, esse projeto atacava o “estado de bem-estar social”, que predominou no pós-Guerra, e as classes trabalhadoras em seus direitos. Projeto esse ainda em curso em nível mundial.

Após um pequeno intervalo no governo de Itamar Franco, que sucedeu a Fernando Collor após o seu *impeachment*, o neoliberalismo avançou com as medidas liberalizantes e privatizantes dos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso. De acordo com Ivo Lesbaupin (1999, p. 7),

No Brasil, entre os anos 30 e o final dos anos 80 houve um processo de construção de um Estado nacional. Foi Collor de Mello quem iniciou, em 1990, o seu desmonte, com a adoção do ideário neoliberal. Mas a iniciativa de Collor foi interrompida pelo seu impeachment. Fernando Henrique Cardoso se encarregou de levá-la a seu pleno desenvolvimento. No início de seu governo, em 1995, o Brasil era um país ainda respeitado internacionalmente, com um parque industrial significativo, com imensos recursos naturais, com empresas estatais altamente competitivas em áreas estratégicas, como a Petrobrás, a Vale do Rio Doce, com um setor de telecomunicações desenvolvido, com uma rede de produção de energia elétrica, com um grande potencial de desenvolvimento e onde o trabalho era ainda o principal bem que as pessoas possuíam.

Segundo Ivo Lesbaupin (1999), quatro anos após a posse de FHC, o Brasil estava imerso em uma crise econômica, em recessão e sob o controle do Fundo Monetário Internacional (FMI). Havia privatizado a empresa Vale do Rio Doce e gerado desemprego e baixa salarial, assim como havia promovido uma deterioração dos serviços públicos de educação, saúde, assistência social e previdência.

Fernando Henrique Cardoso havia sido eleito com promessas de elevação das condições na área social, mas havia feito o contrário. As medidas tomadas pelos governos neoliberais afetaram todo o País, inclusive na nossa região, com a privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e o fim do subsídio na compra do carvão mineral. Isso afetou os trabalhadores e o movimento sindical. Conforme Goularti Filho (2016, p. 316):

Não restam dúvidas de que, com o aumento exponencial do desemprego nos anos 1990, os sindicatos brasileiros tiveram que se readaptar, mudando o discurso e a forma de atuação. O aumento do desemprego fragilizou as bases sindicais fazendo-os recuarem [sic] no que se refere às greves, piquetes e mobilizações de fábrica. A estabilização dos preços do Plano Real, a recessão, a “ilusão monetária” de que os salários estão acompanhando a inflação e o medo do desemprego deixam inúmeras categorias acuadas.

Mesmo no contexto de crise econômica e de avanço das políticas neoliberais, os trabalhadores do sindicato dos metalúrgicos não pararam de lutar. O que vamos analisar, agora, são as lutas e as experiências dos trabalhadores metalúrgicos de Criciúma e da região no período 1995 a 2003, que corresponde aos oito anos de governo de Fernando Henrique Cardoso. De acordo com o informativo “Zé Ferreiro” de março de 1995, o ano já começava com uma greve considerada vitoriosa para a categoria. Na página três do informativo, podemos ler: “A greve dos Metalúrgicos do Sindimetal e recuperação de veículos, realizada de 23 de janeiro a 9 de fevereiro, pode ser considerada vitoriosa”. Segundo o informativo (1995, p. 3),

Nós, diretores do Sindicato, chamamos uma assembleia para avaliar qual seria o rumo a ser tomado. A assembleia deflagrou a greve, sendo que alguns companheiros foram iludidos pelos encarregados e patrões. Mesmo assim a greve foi um sucesso. Se o Sindicato tivesse seguido aqueles empregados iludidos pelos seus superiores, os índices seriam aqueles citados como exemplos. Com isso, o nosso índice não foi dos melhores, mas conseguimos um percentual superior àquele imposto pelo Governo e patrões.

A direção do Sindicato avaliou que se não fosse a greve os resultados seriam piores. A greve forçou os empregadores a promoverem aumentos melhores que aqueles que estavam sendo propostos pelo governo e pelos patrões.

O mesmo informativo, de março de 1995, em sua página quatro, também demonstrou a preocupação com o desemprego. Uma entrevista com o então presidente do sindicato, o

senhor Dorival Sazan, mostrou que os trabalhadores estavam preocupados com as políticas neoliberais e com a modernização das empresas devido ao emprego crescente de máquinas que substituíam os trabalhadores, as quais faziam sozinhas o que vários trabalhadores faziam anteriormente. Questionado sobre o desemprego, Dorival Sazan afirmou que,

De um modo geral ele aumentou em algumas fábricas. No caso da Milano, por exemplo, há três ou quatro meses havia 100 empregados e hoje o quadro está reduzido à metade. A Petersime também demitiu de 20 a 30 trabalhadores nos últimos meses. Na Imecal houve cerca de 20 dispensas. Desde a implantação do Plano Real, mais de 400 metalúrgicos foram demitidos na região.

Sobre o futuro, Sazan afirmou, na mesma entrevista:

Para mim, nos anos que se seguem, por um período talvez muito longo, esse quadro tende a se agravar ainda mais. As empresas investem em máquinas para substituir o trabalhador, aumentando o número de desempregados. As máquinas aumentam a produção, em contrapartida o trabalhador que produziu essa riqueza não usufrui disso, e nem diminui sua carga horária em função de ter aumentado a produção.

A década de 1990 também foi um período de dificuldades para algumas empresas devido às tomadas de decisão do Governo, o que fez os trabalhadores sofrerem com atrasos nos pagamentos e nas rescisões de contrato de trabalho. Isso ocorreu na região, em empresas como a Módulos, de Cocal do Sul, e a Metalúrgica Montanha Ltda (Memol), de Caravaggio, assim como, segundo o informativo do Sindicato, com a empresa Miraglia. Tal fato fez com que o Sindicato prontamente tomasse medidas em defesa dos trabalhadores. No informativo “Zé Ferreiro” do mês de setembro de 1995 (p.3), podemos ler o seguinte:

Os 38 funcionários da Módulos, de Cocal do Sul, entraram na justiça através do Sindicato com uma medida de arresto, pretendendo o bloqueio dos bens da empresa para garantir o pagamento de três meses de salários em atraso e das rescisões. A empresa está fechada.

A situação dos trabalhadores da Memol (Metalúrgica Montanha Ltda), de Caravaggio, é semelhante. A Memol tem cerca de 30 funcionários. O Sindicato também vai entrar com uma medida de arresto contra a Memol.

Outra empresa que passa por dificuldades devido às medidas econômicas do Governo é a Miraglia, empreiteira da Amanda. A direção do Sindicato conseguiu receber um cheque no valor de R\$ 54 mil para fazer as rescisões vencidas e o pagamento dos salários em atraso desde Maio.

1995, segundo a edição do informativo “Zé Ferreiro” de junho, foi o ano em que tomou posse uma nova diretoria. A eleição, que ocorreu nos dias 11 e 12 de abril, elegeu Francisco Pedro dos Santos, o “Chico” – na época, trabalhador da Imecal. Francisco foi eleito em chapa única, com 93% dos votos válidos, ou seja, 1.047 votos.

Até então, haviam sido presidentes do Sindicato, desde a sua fundação, os senhores Raul Clemente Pereira, por três mandatos, entre 1962 e 1971, fundador e idealizador da instituição; Dinarte Mendes, entre 1971 e 1977, por três mandatos, até seu falecimento, em 24 de dezembro de 1977, em pleno exercício do mandato (presidente que pegou o período mais duro em relação aos sindicatos no Brasil), o qual foi sucedido por Ari Alano de Oliveira. Ari liderou o Sindicato no período das grandes greves desencadeadas a partir de 1979.

No período entre os anos de 1980 e 1983, o Sindicato foi presidido pelo senhor Ademir Klein, que era amigo pessoal de Raul Clemente, fundador do Sindicato. Participou das grandes

greves dos anos de 1970 e se revelou uma grande liderança, o que acabou lhe rendendo a eleição à presidência do Sindicato em 1980. Trabalhou na Jugasa e foi um dos primeiros filiados ao Sindicato. Em sua biografia também está a fundação do Sindicato dos Metalúrgicos de Bom Jardim da Serra, no planalto serrano, e a criação do informativo “Zé Ferreiro”. Infelizmente, nenhum número do informativo publicado em seu período foi encontrado para esta pesquisa.

Entre os anos de 1983 e 1992, por três mandatos, o Sindicato foi presidido pelo senhor Domiciano Pedro Zanelatto, que teve forte atuação na presidência. Pegou o período de transição entre o governo de José Sarney e a eleição de Fernando Collor. Durante seu mandato, foram editados vários números do informativo “Zé Ferreiro”. Tanto que no informativo de 4 de outubro de 1989 ocorreu uma reflexão acerca das eleições para a Presidência da República, que estavam prestes a ser realizadas. Podemos lê-la na edição:

Vejamos quais são os principais candidatos que defendem o projeto político da classe patronal.

Collor de Mello, votou em Paulo Maluf no colégio eleitoral. É grande empresário do setor de comunicação. É candidato da Rede Globo, um dos maiores complexos econômicos do país.

Afif Domingos, representante da grande burguesia comercial. Foi secretário da Agricultura de Paulo Maluf. Está sendo processado por ter desviado verbas públicas para facilitar a candidatura de Paulo Maluf em eleições anteriores.

Paulo Maluf, símbolo maior da corrupção. Em sua trajetória política, sempre tem se colocado contra os trabalhadores. É representante dos banqueiros e das grandes empresas. (ZÉ FERREIRO, 1989, p.3).

O artigo publicado no informativo terminou conclamando os trabalhadores a votar em candidatos comprometidos com as lutas da classe trabalhadora e a repudiar candidatos comprometidos com as elites governantes, empresários e donos do capital. Dando sequência aos eleitos, então, o senhor Dorival Sazan sucedeu Zanelatto e foi eleito presidente do Sindicato para o período de 1992 a 1995. Exerceu seu mandato durante os governos de Fernando Collor de Mello e Itamar Franco. Conforme Dorival Sazan:

Na época, havia bastante desemprego, o que fortalecia o patrão. Era difícil negociar. O Sindicato se preocupava com o desemprego e, por isso, era diplomático nas negociações. O fato é que dentro de algumas empresas surgiam lideranças, entre os trabalhadores, que definiam ações e paralizações por conta própria. E era difícil o sindicato controlar. Fizemos algumas greves e tivemos derrotas pela exigência deles, sem ser o momento certo em nossa visão. Queriam para com poucos trabalhadores, prejudicando o movimento. Nas assembleias, tínhamos dificuldade de convencimento de que a greve, naquele momento era perdida e não iríamos avançar em nada (PEREIRA, 2012, p. 308).

Mesmo assim, Dorival Sazan acreditava que foi um momento importante para o movimento sindical da região. Segundo ele, foram conquistadas melhorias nos locais de trabalho, principalmente em relação à segurança com o funcionamento da CIPA. Reduziram-se os acidentes de trabalho com uma boa atuação do Ministério do Trabalho em suas fiscalizações.

O período de presidência de Francisco Pedro dos Santos, entre 1995 e 1998, foi bastante agitado. De acordo com o informativo do Sindicato, “Zé Ferreiro” (1995), Francisco assumiu o cargo no dia 15 de maio 1995. Chico tinha como vice-presidente o senhor Antônio Carlos Leandro, o Tonhão, e o secretário geral era João Salésio Caetano. Também faziam parte da

direção os senhores José Alceu Martins, José Machado, Celso Luiz Dutra, Dorival Sazan, Paulo Roberto Rodrigues Maciel, Hugo Carlos Mello, Jair Guetener, Valdonil Martins e Adecir Ferreira. Conforme o informativo de julho de 1995, houve negociação com a Icon. Na página quatro, podemos ler:

A direção da Industrial Conventos concedeu aumento real de 9% em junho nas faixas salariais. A negociação com as demais empresas ligadas ao Sindimaq está difícil, pois elas alegam que não podem dar antecipação por causa da crise que o País atravessa, mas a diretoria do Sindicato vai continuar negociando. Na ICON foi possível arrancar o aumento real porque os trabalhadores estavam dispostos a parar. Essa pressão tem que ser feita nas outras empresas. Quanto ao Sindimetal, aguardamos resposta do presidente do sindicato Mário Búrigo, para negociar. Nós não vamos desistir, até porque o trabalhador não aguenta mais o arrocho salarial. A perda atinge 8,85% de janeiro a maio.

Acidentes de trabalho também aconteceram nas empresas da região. De acordo com o informativo “Zé Ferreiro” do mês de agosto de 1995, um trabalhador, que trabalhava na Metalúrgica Iany Indústria e Comércio Ltda de Urussanga, SC, perdeu o dedo indicador da mão direita em um desses acidentes. O Sindicato também reclamava, na mesma matéria, que a tal empresa, além das péssimas condições de trabalho que oferecia, ainda pagava apenas o salário mínimo, não cumprindo o piso da categoria acordado em convenção coletiva.

Em outubro de 1995, o informativo “Zé Ferreiro”, na página quatro, anunciava demissões na Metalúrgica Criciúma Ltda (Mecril). De acordo com o informativo (1995, p. 4),

Em junho a direção do Sindicato e a Mecril fecharam um acordo para redução da jornada de trabalho e consequente redução do salário, devido à crise econômica imposta pelo Governo Federal. Mesmo sendo contra a redução da jornada e dos salários, o Sindicato não teve alternativa, pois quis evitar demissões. O período do acordo ia de 1º de julho a 30 de agosto. Após o vencimento, a direção do Sindicato entrou em contato com a empresa para que renovasse o acordo. Mas a Mecril optou pelas demissões, e cerca de 75 trabalhadores perderam o emprego. Agora o Sindicato espera que não haja mais dispensas, e se for necessário vai mais uma vez negociar com a direção da empresa.

Em contrapartida, os trabalhadores da Milano conquistaram um aumento real de 5% também em outubro do mesmo ano, de acordo com matéria do informativo “Zé Ferreiro” de novembro de 1995, intitulada “Trabalhadores da Milano conquistam aumento real” em negociação ocorrida no dia 24 de outubro entre a empresa e o Sindicato. Na mesma matéria, o Sindicato informou que a Usipe havia concedido uma antecipação de 3% e o mesmo índice para os meses de novembro e dezembro. Os trabalhadores da Siderúrgica Catarinense Ltda (Sical) também haviam conseguido uma antecipação de 5% para outubro e mais 5% para novembro. A matéria terminou da seguinte forma:

O Sindicato, embora com muitas dificuldades por causa do plano econômico, vem negociando com as empresas e vai continuar negociando as antecipações. “Queremos que até janeiro, no dissídio coletivo, a diferença seja bem menor”, afirmou o presidente do Sindicato, Francisco Pedro dos Santos. As perdas salariais de janeiro a setembro estão em torno de 16%.

O último informativo do Sindicato, de dezembro de 1995, trouxe como matéria principal: “Metalúrgicos iniciam campanha salarial/96”. Na matéria da página três do informativo “Zé Ferreiro” o assunto girou em torno dos 76 itens de reivindicações acordados na Assembleia

realizada no dia 11 de novembro do mês anterior. Entre as reivindicações estavam as perdas salariais, o aumento real de salário e a participação no lucro das empresas.

Mas não foram apenas os baixos salários que incomodaram a classe trabalhadora. O cotidiano nas fábricas foi importunado por “dedos-duros”, patrões autoritários, encarregados mandões e todo tipo de situações que, de uma maneira ou de outra, atrapalharam o bom convívio dos trabalhadores. Em uma seção do informativo “Zé Ferreiro”, intitulada “Chumbo Grosso”, podemos perceber várias reclamações dos trabalhadores no cotidiano das empresas. No informativo de dezembro de 1995, temos as seguintes reclamações: “Há um trabalhador do beneficiamento da Sical que anda entregando os companheiros. Ele não tem cuidado com a segurança do pessoal e agride os funcionários física e moralmente”. Outra reclamação afirmava: “Os empregados da Mecril estão fazendo hora extra e não recebem. A empresa faz com que descontem em folgas” (ZÉ FERREIRO, 1995, p. 4). Há, também, no mesmo informativo, uma reclamação sobre a Retífica Nereu, a qual informou que um trabalhador, após acidente de trabalho, estava sendo obrigado a trabalhar com o pé engessado.

O informativo “Zé Ferreiro”, de janeiro de 1996, em sua seção citada no parágrafo anterior, faz reclamações a diversas empresas, entre elas Sidesa, Sical, Vera Cruz e Fernandes. Na página dois do informativo, podemos perceber as seguintes reclamações:

Sidesa

O médico da Sidesa não aceita atestado de outro médico. Porém ele só atende às segundas-feiras, uma hora por dia. Nos outros dias da semana que o médico não atende, o trabalhador não pode ficar doente. É isso aí, o jeito é “programar” os problemas de saúde.

Discriminação na Sical

Os encarregados da empresa receberam cestas de Natal, mas os demais funcionários não. O peão de fábrica, que produz a riqueza para o patrão, deveria ser tratado da mesma maneira.

Vera Cruz

A empresa atrasou o pagamento do 13º salário e fez com que os funcionários assinassem papéis em branco para alegar que está tudo correto. Pedimos que os trabalhadores tenham muito cuidado com o que assinam para não serem vítimas da desonestidade de alguns empresários.

Fernandes

Nove funcionários demitidos em novembro ainda não receberam a rescisão. A empresa alega que não tem dinheiro e colocou duas máquinas MIG para que sejam vendidas para o pagamento das rescisões. Mas enquanto as máquinas não são vendidas, como ficam os trabalhadores que esperam esse dinheiro para saldar suas dívidas?

Reclamações como essas apareceram constantemente em vários informativos do Sindicato. No de junho/julho de 1996, existe uma reclamação de que os atestados médicos não estavam sendo aceitos pelas empresas e que alguns chegavam a ser rasgados na frente do trabalhador. Além disso, o Sindicato avisou aos trabalhadores para conferirem o dinheiro recebido com o valor que estava na folha de pagamento, pois algumas empresas estavam “logrando” os trabalhadores, pagando valores inferiores aos que estavam nas folhas.

No informativo “Zé Ferreiro” de junho de 1998, em uma seção chamada “Rápidas” (p. 2) observamos várias informações, entre elas algumas reclamações das empresas: “O FGTS na Sidesa há 7 anos não está sendo depositado. Os trabalhadores da empresa estão acionando a justiça”. Em uma outra reclamação, consta: “Metalúrgica Bonelli não paga hora extra, tem trabalhadores sem registro em carteira e está com o recolhimento do FGTS e pagamento em atraso” (ZÉ FERREIRO, 1998, p. 2), e assim por diante. Em quase todos os informativos,

durante a década de 1990, esses tipos de reclamação foram constantes.

O informativo de agosto de 1998 informou a ocorrência de uma pequena greve na empresa Sidesa. De acordo com Zé Ferreiro (1998, p. 1), “[...] atraso no pagamento de salário e descumprimento do acordo por parte do patrão foram o estopim para a deflagração de uma greve de 3 dias”. Para o Sindicato, a greve foi forte e a empresa logo solucionou o problema.

No último informativo a que conseguimos ter acesso, da década de 1990, mais precisamente de junho de 1999, podemos perceber a ocorrência de uma greve. Nesse exemplar do informativo “Zé Ferreiro” (1999, p. 4), lemos:

Os quase 100 trabalhadores da Siderúrgica Spillere entraram em greve nada menos do que em três oportunidades, entre o mês de março e mês de maio, protestando contra os salários em atraso. Os metalúrgicos da empresa cruzaram os braços pela primeira vez em 15 de março e pararam novamente nos dias 26, 27 e 28, fazendo outra greve em 18 de maio. Além de receberem os salários em atraso, a direção do sindicato, juntamente com lideranças dos grevistas, conseguiram *[sic]* através de negociação com que não fossem descontados os dias parados.

O informativo “Zé Ferreiro”, de junho de 1999, foi a última fonte que obtivemos sobre a década de 1990. Não encontramos nenhuma outra dos meses subsequentes.

DO PRAGMATISMO NAS LUTAS DOS TRABALHADORES AO GOLPE CONTRA DILMA ROUSSEFF: 2002 -2016

Os ventos de mudanças sopraram no início do novo século, em âmbito local e nacional. Em âmbito local, o ano de 2000 marcou a extensão da base territorial do SIMETAL, pois anteriormente o Sindicato representava somente os trabalhadores de Criciúma, Araranguá, Nova Veneza, Cocal do Sul, Urussanga e Içara, sendo que os trabalhadores dos demais municípios eram representados pelo Sindicato com sede em Florianópolis, de base estadual. A partir das mudanças da base territorial, os benefícios conquistados pelo SIMETAL foram estendidos para todos os trabalhadores das indústrias metalúrgicas abrangendo 29 municípios do Sul Catarinense.²

Em âmbito nacional, os anos 2000 iniciaram com a eleição, em 2002, de Luiz Inácio Lula da Silva, e, pela primeira vez na história do Brasil, um legítimo representante vindo da classe trabalhadora, ex-metalúrgico e ex-sindicalista, exerceria o cargo de Presidente da República. Após disputar todas as eleições presidenciais desde a redemocratização, Lula emerge com discurso mais ameno e conciliador e com seu vice, José Alencar, um grande empresário paulista do setor têxtil. Esse fato demonstra aproximação entre Lula e o PT com setores da burguesia brasileira (BOITO JR, 2012).

Seu governo, que teve início em 1º de janeiro de 2003, ficaria marcado pela grande atenção dada às questões sociais. Programas sociais como Bolsa Família, Fome Zero, Primeiro Emprego, Minha Casa Minha Vida, entre outros, tornaram-se a marca do Governo Lula e se estenderam para o governo de sua sucessora, Dilma Rousseff.

Na área de atenção aos trabalhadores, Lula, além de ser um dos fundadores do PT, também era um dos fundadores de uma das maiores e mais combativas centrais sindicais do País até então, a CUT, fator que proporcionou a aproximação dos sindicatos e das principais

² Essas informações constam na página do Sindicato. (<http://www.sinmetalsc.com.br/sindicato>. Acesso em 17/06/2022).

centrais sindicais ao governo. Por conseguinte, sindicalistas ocuparam cargos no governo e influenciaram políticas e ações governamentais, mas nem por isso seu governo seria o melhor para a classe trabalhadora. De acordo com Henrique (2013, p. 304-305),

Para os sindicalistas, no início, havia certa confusão sobre qual deveria ser o papel da central, do partido e do governo. Apesar de inúmeras vitórias para governadores e prefeitos em todo o país, era a primeira vez que nosso projeto chegava ao chamado Poder Central. Aqui reside a primeira lição, aprendida a duras penas: ganhamos a eleição e não o poder. Alguns sindicalistas acreditaram que o governo Lula promoveria mudanças automaticamente, não levando em consideração a correlação de forças, a existência de um Congresso Nacional amplamente conservador, o papel da mídia e do Judiciário, as alianças feitas para chegar à vitória. Essa visão, além de equivocada, poderia levar à acomodação. Afinal de contas, a luta de classes não acabou com a vitória de Lula.

Como vimos acima, para Henrique (2013, p. 305), “[...] a luta de classes não acabou com a vitória de Lula”. É o que pretendemos analisar nesta seção. Como foi a luta dos trabalhadores durante os governos do Partido dos Trabalhadores? ocorreram greves? Negociações coletivas? Acordos coletivos?

Nacionalmente, o período foi marcado por greves, mas com caráter “[...] sobretudo instrumental, já que utilizadas como recurso de poder nas negociações coletivas. E têm sido eficazes nesse aspecto, ao menos em termos salariais” (CARDOSO, 2015, p. 501).

A negociação coletiva entre nós, portanto, é assunto para os próprios interessados, capital e trabalho. E, uma vez mais, segundo o DIEESE, desde 2008, 80% ou mais das categorias negociaram reajustes salariais acima da inflação, proporção que atingiu quase 95% em 2012. Apesar da queda em 2013, em 2014 a cifra voltou a superar os 90%. Desde 2005, a proporção de acordos que superaram a inflação esteve sempre acima de 70%, e acima de 80% na maioria das vezes. (CARDOSO, 2015, p. 502).

Portanto, os dados sobre greves e negociações coletivas evidenciam que, mesmo sendo “invisível”, pois não provoca a mesma comoção e grandes mobilizações como ocorriam, por exemplo, na década de 1980, a ação sindical no Brasil se mostrou bastante eficaz nos espaços onde os sindicatos eram convocados cotidianamente para negociar.

O informativo “Zé Ferreiro”, de dezembro de 2003, trouxe, em sua capa, desejos de *feliz natal* aos trabalhadores e um *feliz ano novo*. Na segunda página, o informativo trouxe uma matéria sobre revisão de aposentadoria, que estava sendo feita para trabalhadores aposentados em determinados meses, como entre junho de 1977 e setembro de 1988, e também para os aposentados entre março de 1994 a fevereiro de 1997. Ainda, informou sobre o atendimento médico e jurídico, além da matéria sobre campeonato de Futebol Suíço, que foi realizado entre 16 de outubro e 19 de dezembro. Sobre a questão salarial, apresentou matéria em que previa as negociações para o dissídio de janeiro de 2004, a respeito da qual podemos ler:

Negociação salarial

O repasse do INPC integral e mais 5% de aumento real são as principais reivindicações dos metalúrgicos para o dissídio em janeiro. A assembleia aprovou o rol de reivindicações que já foi enviado para a classe patronal e estamos aguardando. Além das cláusulas econômicas básicas, há outras muito importantes:

Estabilidade por afastamento do serviço devido à doença.

Plano de saúde.

Participação nos lucros.

Jornada de trabalho de 40 horas – o Sindicato está lutando pela jornada de 40 horas semanais,

sem prejuízo dos salários. Assim estaremos ajudando os companheiros desempregados a conquistarem um novo emprego. Com a redução das horas, as empresas vão precisar contratar mais trabalhadores para não diminuir a produção.

Não encontramos no informativo “Zé Ferreiro” nenhum indicativo de greve para o ano de 2004 ou que as negociações do Sindicato com as empresas seguissem tranquilas. Perceberemos que, no decorrer desse período, prevaleceram as negociações em relação às greves. De acordo com Cardoso (2015, p. 502),

Vistos em conjunto, os dados sobre greves e negociação coletiva sugerem que, embora “invisível” (pois não provoca a mesma comoção de outros tempos), a ação sindical no Brasil parece bastante eficaz ali onde os sindicatos são convocados cotidianamente para negociar os interesses de seus representados junto aos patrões. Nesse âmbito, não há crise sindical visível.

O mesmo informativo também nos deu conta sobre a construção da sede própria do Sindicato, que estava em curso nessa época. Referida sede, que já havia passado por outros locais, em salas comerciais alugadas, passou a ter sede própria a partir do final do ano de 2001, quando foi adquirida uma casa em frente ao Estádio Heriberto Hulse, na rua Leone Perassoli, número 49, onde se encontra até os dias de hoje. Na época, a matéria foi veiculada pelo informativo “Zé Ferreiro”, de novembro de 2001 (p. 2) a qual pode ser lida na sequência:

Atendimento na Nova Sede

A partir do dia 26 de novembro o Sindicato dos Metalúrgicos de Criciúma e Região passa a atender na nova sede, situada na rua Leone Perassoli, 49, em frente ao portão principal do Criciúma Esporte Clube. A nova sede foi adquirida em julho deste ano e já foi paga com recursos próprios, o que representa mais uma conquista dos trabalhadores. O imóvel tem mais espaço e conforto para melhor atendimento aos associados, evitará despesas com condomínio, e possui garagem para abrigar os veículos do Sindicato, além de melhores condições de estacionamento externo por haver menor fluxo de veículos nesta região em relação ao centro da cidade.

Entre 2003 e 2004, segundo o que podemos perceber pelo informativo do Sindicato, a antiga casa de madeira que abrigava o Sindicato foi retirada e foi construído no local um prédio de alvenaria com dois pisos, o qual abriga o Sindicato até os dias atuais. De acordo com o informativo “Zé Ferreiro”, de dezembro de 2003, o prédio, com 592,7 m², possui nove salas, auditório, sala de reuniões, entre outras instalações. O informativo de maio de 2004 deu conta de que o Sindicato já havia terminado a construção do novo prédio e que já estava atendendo no local. O mesmo informativo trouxe um editorial apresentando aos trabalhadores questões sobre as negociações coletivas realizadas para o ano de 2004, cuja transcrição apresentamos a seguir:

Negociação coletiva e Mobilização

Em fevereiro, fechamos as negociações coletivas referente às perdas do ano de 2003. Foram várias as reuniões com a classe patronal, difícil como todos os anos, acabamos fechando com o índice maior que o INPC (inflação) e mantendo as cláusulas sociais.

No Caravaggio, os trabalhadores decidiram pela paralização, que foi avaliada pela direção como muito positiva, já que no passado os trabalhadores por pressão dos patrões não paralisavam. (ZÉ FERREIRO, maio de 2004, p. 1).

Inferimos que o ano de 2004 foi de conquistas e de conscientização da classe trabalhadora metalúrgica, que paralisou até mesmo empresas que não possuíam essa prática por medo da

pressão dos patrões. O mesmo informativo apresentou que os trabalhadores, naquele ano, conseguiram reajuste salarial acima do INPC calculado para o período entre 1º de janeiro de 2003 e 31 de dezembro de 2003, que era de 10,38%, sendo que os trabalhadores metalúrgicos de Criciúma e da região conquistaram 12% na data-base, ficando também mantidas as cláusulas sociais do abono de férias e/ou aniversário, definido junto com o Sindimetal e o Sindimaq (sindicatos patronais) em R\$ 80,00, e com o Sindimetal Caravaggio em R\$ 90,00.

O ano de 2004 também foi de posse da nova diretoria. O informativo “Zé Ferreiro”, de maio do referido ano, anunciou essa posse, cujo presidente, Oderi Gomes, era trabalhador da Icon. Gomes foi reeleito quatro anos depois para um novo mandato, sendo que sua gestão à frente do Sindicato ocorreu no período de 2004 a 2012. Oderi, Gomes em entrevista, resume sua gestão da seguinte maneira:

Foi dada continuação no processo de conquistas de melhores salários e condições de trabalho. Os ganhos econômicos foram muito importantes, na valorização do piso e dos salários de todos os 11.500 trabalhadores da categoria. Tivemos greves em algumas empresas, por atraso de salários. Enfrentamos juntamente com os trabalhadores a busca de cobrança dos direitos em empresas que encerraram as atividades. Nesses oito anos, tivemos duas greves da categoria, em janeiro e julho, na data base [sic]. Realizamos investimentos em toda estrutura da sede e sub-sedes, com informatização para melhor atender os trabalhadores (PEREIRA, 2012, pp. 311, 312).

São poucas as fontes do período em que Oderi Gomes ficou à frente do Sindicato, mas podemos confirmar no informativo “Zé Ferreiro” suas falas na entrevista que deu a Sebastião Tavares Pereira sobre as greves e outras questões ocorridas em sua gestão.

Observamos também nos informativos do Sindicato que os anos que correspondem aos governos Lula e Dilma foram marcados por poucas greves e muitas conquistas por meio de pequenas mobilizações e negociações coletivas, com reajustes salariais acima do INPC, índice que calcula a inflação para o ano. No entanto, de acordo com o editorial de capa do informativo do Sindicato de maio de 2004 (p. 1), “[...] essa conquista só foi possível com a mobilização dos trabalhadores, fazendo pressões nas fábricas e a união entre trabalhadores e a direção”. No distrito de Caravaggio, em Nova Veneza, houve uma pequena paralisação avaliada pela direção do Sindicato como muito positiva. De acordo com “Zé Ferreiro” de maio de 2004 (p. 1), sobre a paralisação no Distrito de Caravaggio, temos o seguinte:

Desta vez foi diferente, os patrões tiveram que ir até a casa dos trabalhadores e trazê-los para dentro da fábrica, mesmo assim a produção ficou comprometida durante três dias. Que essas atitudes dos patrões sirvam para que os trabalhadores vejam o quanto é importante o seu trabalho na produção da fábrica. Conscientização, mobilização e união, isso não pode faltar entre os trabalhadores.

Conforme o informativo, os trabalhadores do distrito de Caravaggio, no município de Nova Veneza, nunca teriam paralisado as atividades das metalúrgicas daquele local, portanto, essa ocasião se configurou em aprendizado, tanto para os patrões quanto para os trabalhadores. Os últimos perceberam a importância da sua força de trabalho, dado que, sem eles, as fábricas pararam e os empresários ficaram desesperados, sofrendo com os prejuízos. E os patrões aprenderam sobre a importância das negociações com os trabalhadores para evitar medidas extremas, a exemplo de greves e paralisações.

Infelizmente, a seção “Chumbo Grosso” do informativo ainda movimentava as notícias

sobre os acidentes de trabalho, a morte de trabalhadores, o atraso no pagamento de salários e rescisões de contrato, o trabalho de menores de idade em locais insalubres, o pagamento de horas extras “por fora”, como medida usada pelas empresas para fins de sonegação de impostos. Tudo isso somada à velha prática do não repasse do FGTS para o governo. Conforme a seção de maio de 2004 (p. 4):

A morte de um companheiro metalúrgico em acidente de trabalho trouxe à tona a discussão sobre a segurança no trabalho. É fundamental o trabalhador se conscientizar da importância do uso dos EPIs (Equipamentos de Proteção Individual). No Brasil, segundo estatísticas do INSS, no período de 1970 até o ano de 2002 quase 33 milhões de trabalhadores foram vítimas dos acidentes de trabalho.

O informativo “Zé Ferreiro”, de março de 2005, deu a tônica do que seriam os anos 2000 para os trabalhadores metalúrgicos da região. Negociações coletivas e aumentos reais acima da inflação para o período conquistados pelos trabalhadores fizeram com que as greves diminuíssem consideravelmente. De acordo com o editorial do informativo do Sindicato de março de 2005 (p. 1):

Mais uma vez, fechamos a negociação coletiva com índice maior que o INPC (inflação) e mantendo as cláusulas sociais. Enquanto o INPC de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2004 foi de 6,13%, conquistamos 9%. Isso só foi possível porque houve a mobilização dos trabalhadores, o trabalho sério e persistente da direção do Sindicato e o crescimento econômico de 2004.

Conforme os informativos do Sindicato de março, junho, julho e dezembro de 2005, não houve nenhuma greve durante o ano. Os informativos se limitaram a informações variadas aos trabalhadores, como salário família, valor do salário mínimo, seguro desemprego, imposto de renda, INSS, convênios com médicos e dentistas, campeonato de futebol suíço para os trabalhadores das metalúrgicas, etc. Foi também no ano de 2005 que o Sindicato colocou em funcionamento o seu *site* na *internet* para ampliar a comunicação com os trabalhadores.

O ano de 2009³, no informativo do mês de maio, o que mais chamou a atenção foi a conquista novamente de um reajuste salarial acima do INPC para o período. Em “Zé Ferreiro” (2009, p. 3), podemos ler:

Categoria conquista aumento de 8,5%

Os mais de seis mil trabalhadores metalúrgicos de Criciúma e região conquistaram índices superiores à inflação no dissídio coletivo de janeiro. O fechamento das negociações encerrou em março em função da dificuldade de negociação pelos empresários em função da crise. Segundo Oderi Gomes, presidente do Sindicato, a categoria conquistou um reajuste positivo e significativo pela paciência dos trabalhadores em esperar passar o ápice da crise que iniciou em outubro. “Alegando a queda na produção e nas vendas os empresários não apresentaram proposta nas primeiras reuniões”, explica. Oderi lembra que foi necessário argumentar lembrando que os efeitos da crise causaram pouco impacto nas empresas da região.

Apesar das conquistas dos trabalhadores nesse período - em que predominaram as negociações coletivas no lugar das greves, as quais marcaram os períodos anteriores, principalmente os anos de 1980 - no ano de 2010, o informativo do Sindicato apresentou a ocorrência de greve que paralisou pelo menos três empresas da região. De acordo com “Zé

3 Para os anos de 2006, 2007 e 2008, nenhuma informação foi obtida.

Ferreiro” (2010, p. 3):

Após nove anos da última paralisação no setor de máquinas em Criciúma e região os metalúrgicos entraram em greve de 02 a 04 de agosto de 2010. O protesto fechou as empresas Industrial Conventos (ICON) de Criciúma e a Cardal e CMC de Cocal do Sul. A adesão foi de 100%, cerca de 500 trabalhadores. “Os metalúrgicos acreditaram na sua força de organização e fizeram uma greve vitoriosa”, afirma Oderi Gomes, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos em Criciúma e região.

Segundo o informativo, os trabalhadores dessas empresas obtiveram 8,5% de aumento salarial, sendo um ganho superior ao índice da inflação para o período, embora a proposta patronal tenha sido de 7,31%. Pequenas greves como essa foram constantes durante os anos 2000 – nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Foi um período de grande prosperidade econômica no País e na região, em que os empresários preferiram a negociação para que as atividades não fossem paralisadas por longo tempo. O ano de 2011 também foi marcado por novas negociações entre o sindicato dos trabalhadores e os sindicatos patronais, sendo que não houve ocorrência de greves. Os informativos de junho e agosto daquele ano se limitaram a informar sobre os dissídios coletivos, as negociações e os aumentos salariais conquistados durante o ano. O que chama a atenção no informativo de agosto de 2011 é a falência da Metalúrgica Bock. De acordo com a matéria da capa,

A Metalúrgica Bock de Forquilha encerrou suas atividades no primeiro semestre desse ano, após 15 anos de prestação de serviço no setor. Em reunião realizada no mês de junho entre o proprietário, direção do Sindicato e os 22 trabalhadores, foi acertado que a Assessoria Jurídica do Sindicato iria fazer o “arresto” dos equipamentos e posteriormente sua venda para quitação dos direitos trabalhistas.

O informativo do Sindicato explicou que as máquinas e os equipamentos da empresa seriam vendidos para que os trabalhadores pudessem receber suas rescisões, já que a empresa havia alegado, em reunião, não possuir dinheiro para cumprir suas obrigações contratuais com os trabalhadores.

No ano de 2012, primeiro ano da gestão de Francisco Pedro dos Santos na presidência do Sindicato, o portal G1, da então RBS TV, trouxe a matéria sobre a ocorrência de uma greve dos metalúrgicos de Criciúma e região. Conforme o *site*, cerca de 1.400 trabalhadores metalúrgicos de empresas estavam em greve, a qual havia iniciado na segunda-feira, dia 20 de agosto daquele ano, sendo que tinha sido aprovada em assembleia no dia 17. A paralisação atingiu empresas de Criciúma e de Cocal do Sul e se estendeu à cidade de Araranguá. De acordo com o portal da RBS,

A direção do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Criciúma e Região (Sinmetal) negocia o aumento de salário com representantes patronais desde maio. A última proposta foi de 7% de aumento para todos, sendo 4,9% de INPC, 2,1% de ganho real e R\$ 340 de abono. A categoria reivindica 14,9% entre inflação e ganho real. “A gente sabe que o desfile coletivo é uma vez no ano e se a gente negocia mal agora, vai ficar só para julho do ano que vem. Então agora a gente tem que fazer uma boa negociação”, diz Francisco. (G1, 21 de agosto de 2012, n.p.).

A matéria também afirmou que a paralisação afetou diretamente a produção das indústrias cerâmicas que dependiam dos equipamentos produzidos na região. Segundo o texto, o sindicato patronal (Sindimaq) estava irreduzível e afirmava que os valores

reivindicados estavam acima do que as empresas poderiam saldar; dessa forma, para atender às reivindicações, seria necessário demitir trabalhadores.

Como podemos perceber, entre os anos de 2003 e 2016, prevaleceram pequenas greves; já as negociações coletivas tiveram grande sucesso em todo o País e também no sul catarinense. Na maioria das vezes, os trabalhadores conseguiram ganhos reais acima do índice de inflação para o período.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória de lutas do Sindicato dos trabalhadores das indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico de Criciúma e região foi o principal objetivo deste trabalho. Buscamos analisar como se constituiu o Sindicato dessa categoria e suas lutas, a partir dos anos de 1960 até o ano de 2016. Nesse período de atuação do Sindicato, foi possível identificar três fases que estavam ligadas ao contexto de lutas empreendidas pelos trabalhadores em âmbito nacional.

A trajetória do Sindicato foi marcada pela constante defesa dos trabalhadores tanto nas greves e nas pequenas paralizações quanto nas causas trabalhistas de defesa dos direitos, como recebimento de FGTS, férias, horas extras.

Podemos concluir, portanto, que desde a fundação da Associação, em 1962, o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Material Elétrico de Criciúma e da região, cumpriu sua tarefa na defesa dos trabalhadores do setor. Desde sua primeira diretoria e fundação, com Raul Clemente Pereira, até nosso recorte temporal, o ano de 2016, o Sindicato, entre vitórias e derrotas, não mediu esforços na defesa dos trabalhadores. Das lutas travadas nessas três fases, com greves ou negociações coletivas os trabalhadores do Sindicato obtiveram conquistas relevantes, que entre elas destacam-se: estabilidade pré-aposentadoria, horas extras com a primeira e segunda com adicional de 50% e a partir da terceira com adicional de 100%, adicional noturno de 30%, Piso Salarial, abono de férias, aviso prévio de 45 dias para o trabalhadores com mais de 5 anos na empresa e 60 dias para aqueles de possuem mais de 10 anos de empresa⁴.

⁴ Essas informações constam na página do Sindicato. (<http://www.sinmetalsc.com.br/sindicato>. Acesso em 17/06/2022).

Referências Bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- ANTUNES, Ricardo. SILVA, Jair B. da. Para onde foram os sindicatos? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. Caderno CRH, Salvador, v.28, n.75, p.511-528, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v28n75/0103-4979-ccrh-28-75-0511.pdf>
- BEZERRILL, Simone da Silva. Imprensa e política: Jornais como fontes e objetos de pesquisa para estudos sobre abolição da escravidão. Maranhão: UEMA, 2011.
- BOITO JR., Armando. O Sindicalismo de Estado no Brasil: Uma Análise Crítica da Estrutura Sindical. Campinas: UNICAMP, 1991.
- BOITO JR, Armando. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: BOITO JR, Armando. GALVÃO, Andréia (Org.). Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000. São Paulo: Alameda, 2012
- BRASIL RAIS – Relação Anual de Informações Sociais. Brasília: 2020. Disponível em <http://mte.gov.br>. Acesso em: 12 maio 2020.
- CANÊDO-PINHEIRO, Mauricio. Experiências Comparadas de Política Industrial no pós-guerra: lições para o Brasil. In: VELOSO, Fernando; FERREIRA, Pedro Cavalcanti;
- CANO, Wilson; SILVA, Ana Lucia Gonçalves da. Política industrial do governo Lula. Texto para Discussão, Campinas, n. 181, jul. 2010.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. A imprensa na história do Brasil. 2. ed. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1994.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. A Situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000. São Paulo: DIEESE, 2012.
- GIAMBIAGI, Fabio; PESSOA, Samuel de Abreu (org.). Desenvolvimento Econômico: Uma Perspectiva Brasileira. [S.l.]: Editora Campus Elsevier, 2013.
- GOULARTI FILHO, Alcides. Formação Econômica de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2016.
- G1. Cerca de 1400 metalúrgicos entram em greve no Sul de Santa Catarina. Atualizado em 21 de agosto de 2012. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2012/08/cerca-de-1400-metalurgicos-entram-em-greve-no-sul-de-santa-catarina.html>. Acesso em: 23 fev. 2022.
- HENRIQUE, Artur. Um olhar dos trabalhadores: um balanço positivo, uma disputa cotidiana e muitos desafios pela frente. SADER, Emir. (Org.). Lula e Dilma: 10 Anos de Governos Pós-Neoliberais no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.
- HOBSBAWM, Eric John. Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- LESBAUPIN, Ivo (org.). O desmonte da nação: Balanço do governo FHC. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MARTINS, Fernando Debrida. Trabalhadores das indústrias metalúrgicas, mecânicas e material elétrico do Sul Catarinense (1979-2018). UNESC, 2021. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico.
- MIRANDA, Luiz Antônio. Trajetórias e Experiências do Movimento Operário Sindical de Criciúma

– SC: Da Ditadura Militar a Nova República (1964- 1990). 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

NAGASAVA, Heliene. O Sindicato que a ditadura queria: o ministério do trabalho no governo Castelo Branco (1964-1967). Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

PEREIRA, Sebastião Tavares. O operário e o padre: história da criação do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Criciúma e Região – SINMETAL. Florianópolis: Ed. do Autor, 2012.

PERROT, Michelle. Minha História das Mulheres. São Paulo: Contexto, 2017.

SADER, Eder, Quando Novos Personagens Entram em Cena: Experiências, falas dos trabalhadores da grande São Paulo. 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2a ed., 1988.

TEIXEIRA, José Paulo. Os Donos da Cidade. Florianópolis: Editora Insular, 1996.

THOMPSON, E. P. A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

VENDRAMINI, Célia Regina. A Contribuição de E. P. Thompson para a apreensão dos saberes produzidos do/no trabalho. Educação Unisinos, São Leopoldo, v. 10, n. 2, maio/abr. 2006.

VOLPATO, Terezinha G. Vidas Marcadas: Trabalhadores do Carvão. Tubarão: UNISUL, 2001.

ZANELATTO, João Henrique; FRANÇA, Gilvan Felipe Teixeira de. Perfil, Formação Profissional e Noção de Política Sindical de Metalúrgicos de Criciúma e Sul Catarinense. Novos Cadernos NAEA, Belém, v. 19, n. 3, 2016.

fontes CONSULTADAS

Informativo Zé Ferreiro.

Jornal do Sul,

Jornal O metalúrgico,

Jornal O Estado.

O PODER JUDICIÁRIO E AS
VERDADES: UM PROBLEMA A SER
DISCUTIDO.

JÚLIO CÉSAR FRANCO
Universidade Estadual do Centro-Oeste
juliofranco27@gmail.com

ResUMO

Este artigo busca discutir o poder judiciário e suas “artimanhas” em produzir verdades. Partindo de uma reflexão teórica-metodológica acerca da cartografia, aproximando os estudos pós-estruturalista, principalmente da Filosofia, buscamos questionar a operacionalidade desse poder judiciário. Primeiramente no micro contexto de Mallet-PR, no recorte de 1990-2000, e em seguida o contexto federal atual. As bases das reflexões estão relacionadas as leituras de Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari. A partir disso, problematizamos um modo de observarmos a sociedade em um momento de crise, onde se formam elites políticas e também judiciarias que agem em benefício próprio. Esses fatores nos apontam caminhos para compreender como o fenômeno acontece e que agenciamentos promovem essas relações de poder.

Palavras-chave: Cartografia; Dispositivos; Crise; Método.

THE JUDICIARY POWER AND
THE TRUTHS: A PROBLEM TO BE
DISCUSSED.

JÚLIO CÉSAR FRANCO
Universidade Estadual do Centro-Oeste
juliofranco27@gmail.com

ABSTRACT

This article seeks to discuss the judiciary and its tricks in producing truths. Starting from a theoretical-methodological reflection about the cartography, approaching the poststructuralist studies, mainly of the Philosophy, we tried to question the operability of this judicial power. Firstly in the micro context of Mallet-PR, in the cut of 1990-2000, and then the current federal context. The basis of the reflections related to the reading of Michel Foucault, Gilles Deleuze and Felix Guattari. From this, we problematize a way of observing society in a moment of crisis, where political elites and judicial elites are formed who act for their own benefit. This shows us ways to understand how this happens and that assemblages promote these relations of power.

Keywords: Cartography; Devices; Crisis; Method.

INTRODUÇÃO

Por muito ainda é disseminado a ideia de que o Poder Judiciário é imparcial e responsável pelo cumprimento da ordem social estabelecida pelo capitalismo. Esse ideal tão ascético precisa ser repensado com urgência, visto as questões atuais do Brasil onde uma elite jurídica distorce o Direito, produzindo verdades, criando sujeitos e muitas vezes produzindo silêncios. Propomos pensar as verdades criadas pelo Judiciário, expondo modos de estudar, observar e trazer à tona o problema.

As discussões deste artigo remetem a pesquisas¹ anteriores, nas quais se buscou compreender como são produzidas as verdades no Poder Judiciário. A partir da análise do discurso observamos certos “rituais” jurídicos que se repetem nos processos criminais, a normatividade que projetava o Judiciário como detentor da verdade. Todavia, esses discursos que cooptavam sujeitos, também eram revertidos, não raro, em prol deles, numa demonstração bem clara das relações de poder exercidas naquele âmbito.

Destarte, essa pesquisa deixou lacunas permitindo novas reflexões e teorias acerca do que transforma esses discursos em verdades, transmuta os sujeitos, opera funções sociais que refletem não somente nos indivíduos, mas nas instituições, ações discursivas e não-discursivas. A base teórica que nos permitiu pensar tais relações está diretamente ligada a filosofia pós-estruturalista, principalmente com Gilles Deleuze e seu parceiro de escrita Félix Guattari, além de Michel Foucault. A partir desses autores buscamos compreender uma cartografia do poder, conforme propugna Mallet².

Localizando os dispositivos agenciadores, ou como frequentemente aparece em Deleuze (2013), agenciadores concretos, conseguimos observar os diagramas que compõem uma cartografia social complexa. Assim, a partir das contribuições e reflexões de Foucault desenvolvidas principalmente em *Vigiar e Punir* (2013b), as análises permitem a localização desses dispositivos, sendo possível observar as relações de poder/saber, pois estes unem o visível e o enunciável.

A CARTOGRAFIA COMO MÉTODO De INvesTIGAÇÃO

Quando falamos de cartografia como método, buscamos abordagem diferenciada, transplantando forma de mapeamento da geografia na historiografia. Partimos, assim, das reflexões de Foucault, e principalmente das leituras e reflexões de Deleuze sobre Foucault, no qual ele afirma ser “um novo cartógrafo”.

Em *Vigiar e Punir* (2013b), Foucault deixou intrínseco seu método de análise e investigação, esclarecendo certas noções por ele apresentadas, a exemplo do conceito de dispositivos. Ao apresentar um poder disciplinar, o pensador pontuou determinados dispositivos que são os instrumentos tecnológicos do poder. Pensando os discursos, os enunciados, as visibilidades que esse exercício do poder demonstra, Foucault mapeou de as tensões de força que produzem

1 Pesquisa de iniciação científica de 2015 a 2016, que buscou compreender como as verdades são produzidas nos processos criminais de Mallet de 1913-1945. Esses processos pertencem a Comarca de Mallet, os quais selecionamos os homicídios, lesões corporais e estupros.

2 Formou-se no entorno da estação um núcleo populacional que em 1912 tornou-se município passando a chamar São Pedro de Mallet que, em 1929, foi nominada apenas Mallet, localizada na mesorregião do sudeste paranaense. (FÖETSCH; ARKATEN, 2012, p. 77-78)

as relações de poder que sustentam uma sociedade disciplinar. Encontrou, dessa maneira, seus efeitos nas instituições que produzem sujeitos (hospital, escola, quartel, prisão) e moldam subjetividades.

Deleuze, ao fazer suas reflexões da obra de Foucault (2013), pontua as principais mudanças e rupturas do pensamento foucaultiano, em uma crítica ao marxismo que cercava a produção intelectual francesa. Michel Peters (2000) considerou essa crítica como uma luta local que Foucault travou contra o Partido Comunista Francês advinda de influências stalinistas e exerceu forte papel nos anos 1940 e 1950. Nesse contexto, Deleuze pontuou uma série de postulados acerca do conceito de poder, com os quais Foucault rompeu e contribuiu com novas noções.

Esses postulados, de forma resumida, romperam com a ideia de propriedade do poder, sendo este exercido e não dominado ou possuído. O poder é exercido por todos, seja oprimido ou seja opressor (DELEUZE, 2013) o postulado de localização, onde na tradição marxista o poder era localizável no Estado. De outro lado, para Deleuze, no que tange à obra de Foucault:

Em suma o funcionalismo de Foucault corresponde a uma topologia moderna que não assinala mais um lugar privilegiado como fonte de poder e não pode mais acertar a localização pontual (existes aí uma concepção de espaço social tão nova quanto a dos espaços físicos e matemáticos atuais, como, recentemente, em relação a continuidade). Notar-se-á que “local” tem dois sentidos bem diferentes: o poder é local porque nunca é global, mas ele não é local nem localizável porque é difuso (DELEUZE, 2013, p. 36).

Além desses postulados, Foucault também rompe com a ideia de um poder subordinado a estruturas ou superestruturas, pois o poder é muito mais produtor por meio de suas linhas e segmentos sem centralização ou totalização. O poder também não possui essência e nem é atributo, de vez que ele investe, atravessa, sustenta e é sustentado dentro de todo o campo social; ele opera. (DELEUZE, 2013). Existem, ademais, outros postulados com os quais Foucault rompeu, mas, talvez, o que aqui objetivamos, resta claro.

Como essas rupturas serviram para pensar uma cartografia como método para ciências humanas e sociais? Kleber Prado Filho e Marcela Montalvão Teti, ao pensarem a respeito, asseveram:

[...] a cartografia social aqui descrita liga-se aos campos de conhecimento das ciências sociais e humanas e, mais que mapeamento físico, trata de movimentos, relações, jogos de poder, enfrentamentos entre forças, lutas, jogos de verdade, enunciações, modos de objetivação, de subjetivação, de estetização de si mesmo, práticas de resistência e de liberdade. Não se refere a método como proposição de regras, procedimentos ou protocolos de pesquisa, mas, sim, como estratégia de análise crítica e ação política, olhar crítico que acompanha e descreve relações, trajetórias, formações rizomáticas, a composição de dispositivos, apontando linhas de fuga, ruptura e resistência (PRADO FILHO; TETI, 2013, p. 47).

Assim, a cartografia, para além da pesquisa e da produção do conhecimento, promove formas de observar a realidade ao nosso redor e oferecer caminhos e fugas. Acerca de seu método, abordaremos pontos que contribuirão para pensarmos na prática essa teoria. Para isso, há noções são essenciais, como as noções de *diagrama* e *dispositivo*. Nenhuma dessas delas estão definidas em Foucault, pois, de forma intrínseca, o autor trabalhou e colocou-as na prática e na experimentação.

O *diagrama* em Foucault, precisamente em *Vigiar e Punir* (2013b) aparece como aquilo

que é perceptível de uma série de mecanismos e técnicas do poder. Em outras palavras, o *diagrama* é o mapa dos dispositivos que produzem, incitam, suscitam prazeres, ideias, desejos e discursos. Deleuze contribui para a reflexão acerca do conceito, ao colocá-lo como uma “[...] máquina abstrata. Definindo-se por meio de funções e matérias informes [...]. É uma máquina quase muda e cega, embora seja ela que faça ver e falar” (DELEUZE, 2013, p. 44). Logo, o diagrama é operatório e sem forma acabada, como conclui Deleuze, ao afirmar que este é intersocial e em devir, age sobre todas as camadas sociais e está sempre tomando novas formas.

Quanto aos *dispositivos*, os observamos em Foucault (2013b) como a teia de mecanismos concretos que agenciam um poder. Certamente observamos, proximidades teóricas entre autores relativamente à matéria, porém, os objetivos mostram-se diferentes, com a ideia de *aparelhos ideológicos de Estado* dos quais Louis Althusser (1985) se debruçou, apontando-os como os braços que emanam do Estado a toda a sociedade. Todavia, Althusser, coloca o Estado como detentor do poder, repressivo ou ideológico. Já para Foucault, a funcionalidade é bastante parecida, mas não emana necessariamente do Estado, pois o poder é fluido e difuso em toda a sociedade, nem é repressivo ou ideológico isto já seria um efeito de toda a operatória do poder.

Deleuze compreendeu os dispositivos como as máquinas concretas ou agenciamentos concretos do qual afirmou ser uma tecnologia, humana antes de material. E mais, esses agenciamentos são previamente selecionados por um diagrama, o qual lhe imputa operacionalidade “Em suma, as máquinas são sociais antes de serem técnicas” (DELEUZE, 2013, p. 49).

Outro autor que discutiu o conceito de dispositivo foi o filósofo Giorgio Agamben. Em sua interpretação, a partir de Foucault, aborda um dispositivo como sendo uma rede sempre inscrita em uma relação de poder, com funções estratégicas, incluindo o linguístico e não-linguístico e possuindo em si uma episteme que lhe dá legitimidade científica. (AGAMBEN, 2005). Mas esse filósofo, não se contentou somente com essa definição e contribui com sua percepção do que seria um dispositivo:

Generalizando posteriormente a já amplíssima classe dos dispositivos foucaultianos, chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o panóptico, as escolas, as confissões, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas etc., cuja conexão com o poder é em um certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e - porque não - a linguagem mesma, que é talvez o mais antigo dos dispositivos, em que há milhares e milhares de anos um primata - provavelmente sem dar-se conta das consequências que se seguiriam - teve a inconsciência de se deixar capturar. (AGAMBEN, 2005, p. 13).

Para as pesquisas e reflexões do quais se utilizam o conceito de dispositivo, é inegável a contribuição de Agamben para problematizar e construir uma cartografia. Assim, a partir da localização dos dispositivos, agenciadores concretos, nos possibilita montar o diagrama em que está inserido. Produzir um mapa dos efeitos que na sociedade, das tensões de força e poder – um diagrama também dialoga ou conflita com outros – levando em consideração as

ações políticas e econômicas que permitem a emergência desses dispositivos para a operação de um poder.

Ainda permanece complexo vislumbrar uma cartografia deste modo. Tentaremos demonstrar a seguir, como é possível aplicar essa metodologia e até mesmo apontar alguns caminhos diferentes para um tempo que necessitamos pensar e repensar os poderes e discursos que nos capturam. Este tempo é o presente, e pensando a partir do passado podemos questionar, criticar e até mesmo nos libertar.

UM PASSADO A ANALISAR

As discussões até aqui são de cunho metodológico e teórico. Somente isso não define nada, É necessário colocar a teoria em prática para que os modelos sejam questionados. Partiremos de algumas análises de processos criminais procurando compreender como as verdades aparecem e mapear as forças constitutivas do poder que opera colocando o Judiciário como o recinto da “verdade”. Para isso identificaremos os dispositivos e tentaremos ilustrar verbalmente o diagrama ou os diagramas que se formam e operam o poder.

Para não se distanciar demasiadamente do tempo presente, o qual buscamos questionar em seguida, selecionamos alguns processos criminais da década de 1990 do Município de Mallet. O primeiro é um caso de tentativa de estupro, processo de 1997, no qual encontramos diversos elementos que indicam os dispositivos que estão inscritos nas relações de poder. Para melhor compreender pontuaremos algumas citações do processo segundo o depoimento da vítima:

[...] após o termino de uma baile que se realizou na danceteria “gaúcha”, nesta cidade, os denunciados Claudinei e Cecílio, cientes da ilicitude e reprovabilidade de suas condutas [...] se prontificaram a levar a menor Isamara [...] Todavia, ao invés de conduzirem a vítima para casa, rumaram para a rodovia, sentido Mallet-Rio Azul e quando encontraram uma estrada secundária estacionaram o veículo e mediante o uso de força física e ameaças de morte, constrangeram a vítima a manter conjunção carnal [...] só não consumado o ato criminoso, por circunstancias alheias às suas vontades, isto é, porque a vítima quando agarrada e despida, reagiu e gritou por socorro. (PARANÁ, 1997, p. 1-2).

Essa descrição revela-se como síntese do “comprovado” em Inquérito Policial. A Denúncia dentro do Inquérito, assim como qualquer depoimento, é intermediada pelo escrivão que sintetiza, traduzindo em uma linguagem formal e normatizada. Os fragmentos que estão citados não eram nem as palavras da vítima, nem as palavras do escrivão da denúncia, pois encontram-se tão traduzidos que não se reconhece o sujeito que vivenciou a narrativa.

A cartografia busca compreender os elementos sociais, políticos, econômicos e culturais. No processo citado encontramos um “*phylum*, maquínico” e operacional que chamaremos de *máquina da verdade*. O poder judiciário de Mallet aciona uma série de dispositivos que agenciam essa máquina, todavia, ela não pertence ou é controla totalmente por esse poder. O interstício entre instituição judiciária e sociedade, produz relações de poder que se intensificam e se tornam densas em uma luta pela verdade.

Os dispositivos operacionais que compõem essa máquina, agenciando a verdade, são vários, no entanto dividiremos em duas categorias, os estratégicos e os de fuga ou resistência. Os dispositivos estratégicos são aqueles que encontramos relacionados ao Poder Judiciário.

Colocamos nessa categoria: o dispositivo-lei, que consideramos as normas e regimentos de um processo penal que seriam Código Penal (prevê legalmente o crime), Código do Processo Penal (normatiza e regulamenta a construção do processo, competências, direitos, etc.); dispositivo-médico que também está subordinado ao dispositivo-lei, porém seu funcionamento é de cunho material, regular e “exato”. Por exemplo, a perícia médica (corpo de delito, exame cadavérico, exumação, etc.) necessita de pelo menos um médico de formação, o que concede um estatuto de verdade, pela relação poder/saber possui.

A Justiça Pública ou Ministério Público é o dispositivo acionado em ações públicas. É um braço forte do Poder Judiciário, do qual está longe e ao mesmo tempo perto. Ele que mantém o Poder Judiciário mediador e “neutro”. Este apelara a partir de todas as provas materiais produzidas pelos dispositivos estratégicos, antes mesmo de considerar os dispositivos de fuga. O que o configura como um dos dispositivos estratégicos mais próximos do Poder Judiciário. Um bom exemplo de um caso de tentativa de homicídio de 1998, onde o Ministério Público faz suas alegações após as testemunhas mudarem seus relatos a fim de inocentar o réu, pois este era um familiar da vítima (cunhado) e no decorrer do processo “fizeram as pazes”.

O crime não deixou vestígios para a vítima, ou seja, ferimentos leves ou graves. Todavia a materialidade do crime imputado ao réu, encontra-se comprovada pelo auto de apreensão da arma utilizada para a prática do crime, fls. 15.

O réu confesso, conforme consta no termo de interrogatório de fls. 30.

No referido termo o réu afirmou:

“(…) que os fatos narrados na denúncia³ são verdadeiros (…)”

“(…) que a intensão do interrogado no momento da agressão era a de matar a vítima (…)”
(PARANÁ, 1998, p. 43).

A linguagem também pode ser apropriada como um dispositivo do Poder Judiciário. Mantendo uma fala e escrita própria de seu campo de saber, de forma muitas vezes prolixa, assegura um estatuto de poder em relação a sociedade exterior a ela. Precisa de alguém que tenha estudado para traduzir essa linguagem para o cidadão comum que por desventura entra em conflito com esse poder. Esse agente é o advogado ou defensor.

Em suma, esses dispositivos estratégicos operados pela *máquina da verdade*, mantém – ou ao menos tenta – o Poder Judiciário como um detentor da verdade, regulador da ordem, exercendo seu poder transversalmente por toda a sociedade. Produzindo provas materiais, que os colocam como – e isso pelo estatuto do saber de tais provas – “neutros” porque as provas são provas e são inquestionáveis. Todavia, isso parece um tanto quanto infantil, mas, o discurso jurídico presente nos processos criminais demonstra exatamente isso. Os argumentos acionados pela Justiça Pública são sempre pautados nas provas materiais antes de qualquer outra coisa, isso juntamente com toda a lei que o processo segue.

Quanto aos dispositivos de fuga e/ou resistência, esses possuem uma particularidade muito interessante, são muito mais rizomáticos⁴ que estruturais. Como assim? Os dispositivos

3 Ter apunhalado no abdômen seu cunhado, só não o ferindo por conta da fivela de sinto que segurou a faca. (PROCESSO CRIME PB003.1/888.69b, 1998, p. 2)

4 Gilles Deleuze e Félix Guattari emprestam o conceito de rizoma da biologia, que se trata de vegetação rasteira, as quais as raízes se alastram pelo subsolo formando bulbos ou platôs. Essa vegetação tem sua particularidade que se romper e se reconectar. Assim, na filosofia de suas teses de Capitalismo e esquizofrenia, em Anti-Édipo (1976) e Mil Platôs (1980), propõem uma forma de compreensão do mundo, do ser e do desejo em uma crítica sensata a psicanálise freudiana. O rizoma é multiplicidade, pode se romper e reconectar a qualquer ponto, possui pontos de arborescência mas não são determinantes, é anti-estrutural, é caótico e além de tudo é cartográfico. Cf.: Mil Platôs vol.1, Introdução: Rizoma.

são selecionados para a *máquina da verdade*, só que pelo outro lado, pelo social, o de fora, o não traduzido. Seguindo a ideia de Agamben, é tudo aquilo que molda, captura, produz algum efeito.

No caso de tentativa de estupro de 1997, os dispositivos de fuga que encontramos são bastante evidentes, sendo localizáveis principalmente nos depoimentos. Isamara, a vítima do caso citado, em seu depoimento aciona uma série de dispositivos para tentar argumentar seu estatuto de vítima, como delatando uso de drogas – socialmente e moralmente considerado ilegal, politicamente censurado e proibido – de seu agressor, o mau comportamento – contrário às regras de boa conduta existentes e muito difundidas na sociedade malletense. Outro dispositivo acionado por ela e que segue com muita intensidade, é a sua menoridade – instituído politicamente, compreendido socialmente e contempla todo um movimento econômico, com as questões do trabalho, por exemplo –, o que altera bastante o movimento da *máquina da verdade*.

Esses dispositivos de fuga e resistência estão em constante funcionamento junto aos estratégicos, como engrenagens sendo dispostas e exercendo potência, função e produzindo discursos. Vemos do outro lado da querela, esses dispositivos sendo acionados. Cecílio – o acusado – em seu depoimento apela para um dispositivo, que é a questão do comportamento de Isamara, que ela se comportava mal e que o chantageava.

Ainda mais, uma das testemunhas intimadas a depor, é Beloni, a “genitora da menor” como aparece no processo. Um dos dispositivos mais operantes da sociedade é acionado, a família. Beloni, afirma que sua filha andava em má companhia, mas também, que era uma má filha e que fugiu de casa.

Utilizar o comportamento como argumento é bastante recorrente na maior parte dos processos criminais, todavia, é quase via de regra em crimes sexuais, apelando para o mau comportamento da vítima, deslegitimando sua honra, e reconhecimento social.

Assim, a funcionalidade desses dispositivos dentro da máquina da verdade, é operar sobre os sujeitos a intensidade de seus relatos, de suas verdades. Promovendo fugas, movimentos ziguezagueantes, traçando linhas que favoreçam o sujeito que os acionam.

Um outro dispositivo de fuga e resistência é a defensoria. O sujeito apto a traduzir a linguagem jurídica, o advogado, está na linha mais tênue entre Poder Judiciário e sociedade. Ele age pelo Direito questionando os dispositivos estratégicos, bem como utilizando eles a favor do seu cliente. Este dispositivo que é a defensoria fará com que a engrenagem da máquina se encaixe, fazendo com que ela funcione com muita intensidade.

O que observamos a partir dessas análises é uma grande teia de relações das quais ainda podemos observar mais linhas. Todavia, o ponto em questão é o movimento das relações de poder que vão do poder judiciários a seus encontros com a sociedade. Um dos pontos centrais reflexão refere-se ao fato de que todo dispositivo é acionado e integra os sujeitos ao seu funcionamento. Isto é, nenhum dispositivo é aleatório e natural, antes, é produzido socialmente, é uma tecnologia do poder. Assim, os sujeitos do Poder Judiciário de Mallet, assim como os sujeitos da sociedade malletense compartilham dos mesmos valores, de uma mesma moral. Sobre tal aspecto, a neutralidade jurídica não consegue subtrair dos seus promotores, juízes, escrivães, sendo utilizados como chave de argumentos, pelos que não

estão no crivo da neutralidade.

UM ÓTIMO PReseNte PARA PeNsAR

Tendo em vista a situação política dos últimos quatro anos, é claramente perceptível uma crise, mas não aquela de que a mídia tanto fala, e sim uma crise no paradigma político brasileiro. Vemos atentarem sem pudor aos princípios de nossa Constituição Federal, em relação, por exemplo, ao que diz o Artigo 2º “São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.” (BRASIL, 1988).

Observamos uma discrepância gritante entre os três poderes a nível federal. O Legislativo formado por um grande aglomerado de políticos que pelo maior número passam projetos que atentam até mesmo contra a ordem democrática, o Executivo promovendo um desequilíbrio social acentuando diferenças das classes sociais e dificultando acesso a muitos direitos essenciais, como saúde e educação. Mas o mais perigoso, aquele que não temos poder de escolher e nem de retirar, adquire mais força e influência, cooptando a sociedade em seu discurso, o Judiciário.

Essa crise dentro da própria Constituição, do sistema político brasileiro, abriu sendas poucos exploradas anteriormente pelo Judiciário. A corrupção política, aliada à manifestação da mídia contribuiu para uma “de-legitimação” do sujeito político, o que resultou na ascendência dos ditos não políticos, como o discurso de João Dória em São Paulo: “não sou político, sou empresário” (JOVEM PAN, 2016). Mas o ponto aqui é outro, no outro lado dos políticos encontramos os juízes que a partir do espetáculo da corrupção disseminam o discurso de “salvadores”.

Em manchete do jornal digital Estadão ministro do STF Luiz Fux, afirma: “Só o Poder Judiciário pode levar a nossa nação a um porto seguro” (MOURA, 2017). Um discurso perigoso e extremamente político, de forma a isolar o problema, excluindo a sociedade do processo democrático.

Isto não é um ponto oculto, apenas manipulado por interesses pessoais e de grupos políticos dominantes. Sergio Medeiros no jornal online GNN, teceu críticas à atuação do Poder Judiciário e as decisões do juiz Sergio Moro, expondo com clareza esse momento de crise. “Desta forma, com seus atos de cunho marcadamente autoritários e cerceadores da mais mezinha liberdade, o mais sublime dos direitos, agem em total desconformidade com o poder que lhes foi delegado” (MEDEIROS, 2017).

A formação de uma elite jurídica preocupada com os interesses pessoais e intensificação de um poder que os torna quase imunes e, ao vermos os que podem julgá-los, aqueles se tornam completamente imunes. Um regime judiciário que veste a máscara da “salvação da nação”, incorruptível e imparcial. Assim como nos casos que analisamos, é evidente a impossibilidade de imparcialidade, pois os regimes discursivos se apresentam a todos, e por mais que a crise se trate de questão federal, o exercício do poder continua local e difuso.

Koselleck nos aponta uma questão para pensar: “A crise invoca a pergunta ao futuro histórico” (KOSELLECK, 1999, p. 111). Destarte, precisamos questionar o presente e pensar o futuro histórico que carrega as consequências do presente. A cartografia, como já exposta, é uma forma de buscarmos compreender o que transformou esse momento em crise e como

se constituem esses poderes que conseguem dissimular, coagir, produzir discursos, sujeitos e ideias. Localizando os dispositivos desse diagrama do poder que se constitui, conseguimos mapear as tensões de força e poder, permitindo críticas e reflexões para que a armadilha discursiva não seja tão forte quanto o poder de resistência.

O que o Poder Judiciário busca, seja em nível municipal à federal, é produzir seu status de detentor da verdade. Os meios como esses discursos chegam a impregnar a sociedade demonstram os dispositivos que operam seu poder, produzindo verdades e regimes de verdades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é fácil compreender certos discursos, muito menos conseguir abstrair-se deles. Contudo, a tarefa de pensar e repensar esses regimes políticos discursivos se torna cada vez mais necessária. O Poder Judiciário atualmente age em favor de uma minoria à qual pertence seus juízes, construindo uma elite blindada pelo próprio Direito.

Através da cartografia podemos localizar os pontos de emergência dessas relações de poder que os constituíram como estão hoje. As transformações que decorrem disso nos apontam devires nada agradáveis. Um poder que não respeita a democracia, não se integra a ela diretamente, a não ser a si próprio, condicionando-se a um poder autoritário.

O momento para refletir e pensar é agora. Toda e qualquer reflexão acerca do passado histórico permite a crítica a esses sistemas que o capitalismo produz, e que operam em todas as instâncias. O Poder Judiciário não é exercido somente nos tribunais, está tão difundido no interior da sociedade, que mínimas ações podem ser produto desse Poder. Existe um fluxo, abstrato, mas real desse poder. Somente a partir desta compreensão, é que se possibilitará a resistência e a mudança, um outro devir que surja do questionamento e da inquietação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? Outra Travessia Revista de Literatura, Santa Catarina, n.5, p. 9-16, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576/11743>. Acesso em: 10 dez. 2022.

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Trad. Walter José Evangelista; Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2017. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2018.

BRASIL. Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Brasília: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm. Acesso: 11 nov. 2022.

BRASIL. Decreto-lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. Brasília: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.htm. Acesso: 11 nov. 2022.

CARDOSO JUNIOR, Hélio R.; SOCHODOLAK, Hélio. Em torno da genealogia em Nietzsche, A genealogia e a história (Foucault) e Nietzsche e a filosofia (Deleuze). In: Hélio Sochodolak; José

- Miguel Arias Neto. (Org.). Ensaio de História política e cultural. Guarapuava: Ed. da UNICENTRO, 2013 v.1, p. 25-46.
- CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer. 22a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- DELEUZE, Gilles. Foucault. São Paulo: Editora Brasiliense, 2013.
- DELEUZE, Gilles. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia, 2a ed, vol. 1. São Paulo: Editora 34, 2000.
- DELEUZE, Gilles. O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- ELIAS, Norbert. O processo civilizador: formação do Estado e civilização, vol 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- FÖESTSCH APARECIDA,;A. ARKATENM R. Poder Legislativo Malletense: Emancipação política, trajetórias e biografias. Palmas: Kayngangue, 2012.
- FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: NAU, 2013a.
- FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: Ditos & Escritos IV – Estratégia, Poder-Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In: FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. p. 35-54.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Rio de Janeiro: Vozes, 2013b.
- GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes; VIEGAS, Danielle Heberle. Por uma história rizomática: apontamentos teórico-metodológicos sobre a prática de uma cartografia. História Revista, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 123-142, jan./jun 2012. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/21688>. Acesso em: 10 dez. 2022.
- JOVEM PAN. “Não sou político, sou empresário”, diz candidato João Doria Jr. Jovem Pan News, São Paulo, 14 set 2016. Disponível em: <http://jovempan.uol.com.br/programas/nao-sou-politico-sou-empresario-diz-candidato-joao-doria-jr.html>. Acesso: 03 jan. 2018.
- KOSELLECK, Reinhart. Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.
- MEDEIROS, Sergio. A atuação política de Moro está destruindo o Judiciário... e o País, por Sergio Medeiros. GGN, São Paulo, 5 de maio. 2017. Disponível em: <https://jornalgggn.com.br/fora-pauta/a-atuacao-politica-de-moro-esta-destruindo-o-judiciario-e-o-pais-por-sergio-medeiros>. Acesso: 03 jan. 2018.
- MOURA, Rafael Moraes. “Só o Poder Judiciário pode levar a nossa nação a um porto seguro”, diz Fux. Estadão, São Paulo, 4 set. 2017. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,so-o-poder-judiciario-pode-levar-a-nossa-nacao-a-um-porto-seguro-diz-fux,70001967167>. Acesso: 03 jan. 2018.
- NIETZSCHE, Friedrich W. Sobre a verdade e mentira no sentido extra-moral. Org. e trad. Fernando de Moraes Barros. São Paulo: Editora Hedra, 2007.
- PARANÁ. Tribunal de Justiça. Comarca de Mallet. Processo criminal n. 003/1997. Crime de ameaça e tentativa de estupro, em estrada que liga Mallet a Rio Azul, após baile na Danceteria Gaúcha. Artigo 213, na forma prevista pelo artigo 14, inciso II combinado com artigo 29, todos do Código Penal Brasileiro. 26 fev. 1997. Irati, PR: CEDOC; Unicentro, 1998. (Código de Referência BR.PRUNICENTRO. PBOO3.1/886.69b) PARANÁ. Tribunal de Justiça.

Comarca de Mallet. Processo criminal n. 08/98. Crime de agressão física com arma branca (faca), em via pública. Artigo 121 “caput”, combinado com artigo 14, inciso II do Código Penal Brasileiro. 09 set. 1998. Irati, PR: CEDOC; Unicentro, 1999. (Código de Referência BR.PRUNICENTRO. PBOO3.1/888.69b)

PRADO FILHO, K.; TETI, M. M. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. *Barbarói*. Santa Cruz do Sul, n.38, p. 45-59, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/2471>. Acesso em: 10 dez. 2022.

PETERS, Michael. Pós-estruturalismo e filosofia da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

ROSEMBERG, André; SOUZA, Luiz Antônio Francisco de. Notas sobre o uso de documentos judiciais e policiais como fonte de pesquisa histórica. *Patrimônio e Memória*. Unesp – FCLAs – CEDAP, v.5, n.2, p. 168-182, 2009. Disponível em:

<https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/175>. Acesso em: 10 dez. 2022.

ROUDINESCO. Elisabeth. *A parte obscura de nós mesmos: uma história dos perversos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

OS DILEMAS BIOÉTICOS
E A NOVA EUGENIA NA
CONTEMPORANEIDADE

AUDREI RODRIGO PIZOLATI
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
audreipizolati@gmail.com

ResUMO

O objetivo deste artigo é examinar a configuração do discurso médico-eugênico em contraste entre passado e presente. Para tanto, fundamentada teórica-metodologicamente nos estudos foucaultianos, realizou-se uma revisão histórica-documental que articula resultados de uma pesquisa de mestrado já finalizada e conclusões parciais de um projeto de doutorado em desenvolvimento. Diante disso, destaca-se que a teoria criada por Francis Galton, em 1875, desde seu início ensejou adquirir cientificidade no meio social. No ideário novecentista, observam-se aproximações ambíguas entre a eugenia e a educação. Segundo supunha Renato Kehl, por intermédio da eugeniização da “raça” é que o país ascenderia economicamente; conquanto, Edgar Roquette-Pinto o contrapunha justificando que a eugeniização se daria através da melhoria de hábitos via educação. Na atualidade, observam-se que as práticas presentes na eugenia novecentista ainda permeiam de outros modos a nova eugenia – liberal. Denota-se, ainda, que a busca pelo aprimoramento biogenético da prole por famílias abastadas e os princípios bioéticos implicados nesses processos ainda persistem em determinadas camadas sociais e tendem a ressignificar as relações estruturais na vida em sociedade.

Palavras-chave: Eugenia liberal; Educação; Discurso médico-eugênico.

BIOETHICAL DILEMMAS
AND THE NEW EUGENIA IN
CONTEMPORANEITY

AUDREI RODRIGO PIZOLATI
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
audreipizolati@gmail.com

ABSTRACT

The objective here is to examine the configuration of the medical-eugenic discourse in contrast between past and present. To do so, based theoretically and methodologically on Foucauldian studies, a historical-documental review was carried out that articulates the results of a master's research already completed and partial conclusions of a doctoral project under development. In view of this, it should be noted that the theory created by Francis Galton in 1875, since its inception has led to the acquisition of scientificity in the social environment. In the nineteenth century ideology, there are ambiguous similarities between eugenics and education. According to Renato Kehl, it was through the eugenicization of the “race” that the country would rise economically; however, Edgar Roquette-Pinto opposed it justifying that eugenicization would occur through the improvement of habits via education. Nowadays, it is observed that the practices present in nineteenth-century eugenics still permeate in other ways the new eugenics – liberal. It is also noted that the search for the biogenetic improvement of offspring by wealthy families and the bioethical principles involved in these processes still persist in certain social strata and tend to resignify the structural relationships in life in society.

Keywords: Eugenia Liberal; Education; Eugenic speech.

INTRODUÇÃO

O geneticista Oswaldo Frota-Pessoa, da USP e do Conselho da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), defendeu ontem em Vitória a eugenia, ou melhoria genética da espécie humana. ‘Eugênico quer dizer geração melhorada. Só virou sinônimo de nome feio por ter sido usado por Hitler’, disse Frota-Pessoa na 46ª Reunião Anual da SBPC, que se encerrou ontem. “Numa sociedade absolutamente democrática, deixar de melhorar geneticamente a população humana pode ser uma omissão criminoso”, afirmou o cientista, que coordenou a mesa redonda ‘Ética e Clonagem Humana’. Até o padre Marcio Fabre dos Anjos, da Sociedade de Teologia e Ciências da Religião, disse no debate que ‘cada vez mais se percebe que a não intervenção na natureza pode significar omissão.’ (GUROVITZ; MOLICA, 1994).

Segundo supracitado, denota-se que o intuito em aprimorar a “raça” humana ainda se manifesta no presente de diversas maneiras. Sendo assim, o objetivo deste artigo é investigar a ressignificação da eugenia cunhada pelo britânico Francis Galton, em 1875, com o que se define no hodierno por eugenia liberal (SANDEL, 2013). Para tanto, a partir de um processo de investigação histórico-documental, em um primeiro momento se analisou o discurso médico-eugênico no Brasil das primeiras décadas do século XX. Evidencia-se que naquele contexto, um dos principais nomes da eugenia brasileira foi o médico eugenista Renato Ferraz Kehl e em seus estudos buscou articular a teoria eugênica à educação no intuito de desenvolver uma subjetividade a fim de fazer do Brasil uma nação consciente das supostas benesses da eugenia.

Nesse processo articulam-se estratégias biopolíticas cuja finalidade é o de governar os indivíduos. Conforme argumenta o filósofo francês Michel Foucault (2008, p. 3),

[...] essa série de fenômenos que me parece bastante importante, a saber, o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder. Em outras palavras, como a sociedade, as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII, voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana. É em linhas gerais o que chamo, o que chamei, para lhe dar um nome, de biopoder.

Logo, no presente o discurso eugênico é ressignificado, sendo-o deslocado do imperativo do estado, conforme ocorria nas primeiras décadas dos anos noventa. Diante disso, se formula o seguinte problema de pesquisa: “De que modos a eugenia liberal, que traz em si um suposto caráter liberal e não coercitivo, implica na reconfiguração das relações (bio)sociais na atualidade?”

Para dar conta dessa pergunta de pesquisa optou-se por subdividir este artigo em duas seções principais. Na primeira parte é desenvolvido um mapeamento histórico acerca do discurso eugênico no Brasil noventa; ao passo que na subsequência do estudo é problematizado o conceito de eugenia liberal.

Os DeBATES ACERCA DA eUGENIA NO BRASIL NOveCENTISTA (1920-1930)

Em um período no qual o Brasil se a urbanizava e industrializava, diversas autoridades vinculadas ao “racionalismo” e à eugenia entendiam que para lograr o êxito do progresso a “eugeniação” do povo brasileiro deveria ser elevada a um plano político-social. Posto que,

presumia-se que somente a partir da melhoria do equipamento genético dos brasileiros é que o país atingiria os patamares socioeconômicos semelhantes a outras nações de matriz anglo-saxônica e germânica.

Com base na teoria de Francis Galton (1822-1911), os eugenistas entendiam que a situação de subdesenvolvimento de algumas nações ocorria devido à “fraca” constituição genética de seu povo. Diante disso, diferentes estudos nesse período, alicerçados em teorias racialistas, argumentavam que o melhoramento e o aprimoramento humanos eram condições imprescindíveis e inevitáveis, tanto para o progresso das nações quanto para a preservação da própria espécie. Alicerçada na então recém-inventada ciência da genética, a eugenia embasou diversas teorias a respeito da hereditariedade no intuito de legitimar-se enquanto ciência. (ALVES; PIZOLATI, 2019, p. 430).

Na conjuntura dos anos 1920, o atraso econômico brasileiro, bem como os problemas de higiene e sanitários eram frequentemente atribuídos a “baixa qualidade” biológica da raça brasileira, “incapaz” de prover-se. Essa concepção decorria do comparativo a outras nações mais desenvolvidas economicamente, como a Inglaterra, a Alemanha e os Estados Unidos. Segundo pressupunha João Batista Lacerda (1910), uma das primeiras personalidades intelectuais do Brasil a enaltecer o discurso eugênico no país, para progredir economicamente seria necessário antes pôr em prática o método de arianização da “raça” brasileira. Ainda, segundo Lacerda, a viabilidade deste intento seria supostamente possível a partir de um processo de miscigenação regulada. Respeitando essa técnica, a qual consistiria em cruzar indivíduos caucasianos e mestiços e em pouco menos de 100 anos o Brasil se tornaria um país de arianos, em conformidade com as leis da genética – leia-se: eugenia. Essa teoria diverge do entendimento de eugenistas radicais, os quais entendiam a miscigenação como uma espécie de veneno racial.

A engenharia social pensada à época almejava arianizar a “raça” brasileira por intermédio da eugenia, para tanto, fundamentava-se em discursos e em estudos de geneticistas a fim de adquirir cientificidade, “[...] em muitos países, os geneticistas emprestaram seu prestígio e forneceram apoio ao início do movimento eugênico” (PROVINE, 1986, p. 865-866). É nesse cenário que o discurso médico-eugênico adquire força no país, o que ocorre a partir da segunda metade dos anos 1910. A eugenia se apresenta como sendo a única “ciência” capaz de reverter o processo de “degeneração” biossocial que estaria em curso naquele momento (CARVALHO; SOUZA, 2017; STEPAN, 2005). O desenvolvimento econômico do Brasil e a formação educacional do cidadão republicano no lumiar do século XX pautou de maneira contundente as preocupações de diversos intelectuais, que, necessariamente, não se vinculavam diretamente a eugenia; ainda assim, compartilhavam de um mesmo fim: a melhoria dos hábitos e do componente biológico do brasileiro.

Segundo aponta Vanderlei Souza (2008, p. 149),

Durante as primeiras décadas do século XX, apesar da divergência quanto ao futuro racial brasileiro, o país parecia entrar numa era de profundas mudanças políticas e sociais. De um lado, a industrialização, a imigração e a urbanização das principais cidades pintavam um novo cenário para o Brasil; por outro, os efeitos devastadores da Primeira Guerra Mundial causavam grande impacto nas elites política e intelectual brasileiras, forçando-as a voltar seus olhos para dentro do seu próprio país.

Através de interpretação “biologicista” do indivíduo é que os debates sobre a miscigenação

se tornaram palco de intensos debates entre diversos intelectuais, o que advém desde o século XIX. Sob essa perceptiva, a hibridização do brasileiro era concebida como um problema a ser enfrentado pelas autoridades políticas e intelectuais brasileiras. Desse modo, a miscigenação tornou-se um divisor entre os apologistas da eugenia radical e os adeptos de uma eugenia *soft* –vinculada às questões da educação e de saúde pública e não na intervenção direta no corpo.

Por eugenia *soft* ou “branda”, entendia-se que a “eugenização” poderia ser possível também associada a educação e as políticas públicas de saúde, preconizadas por sanitaristas e antropólogos, como Belizário Penna, Fróes da Fonseca e Edgar Roquette-Pinto (STEPAN, 1991). Por outro lado, a eugenia radical, enaltecida por Kehl (1921) e Salvador Toledo Piza (WEGNER; SOUZA, 2016), objetivava o controle matrimonial, a esterilização e a reclusão em instituições especiais de indivíduos considerados “inaptos” e contraproducentes à economia; noutros termos: “disgênicos” e “degenerados” sob a concepção física, moral e ou cognitiva.

A intenção dos eugenistas radicais em homogeneizar a sociedade se daria por meio do controle da reprodução humana, porque esse seria “[...] o saber da intervenção, inflexão sobre os desejados e indesejados, os eugênicos e disgênicos, os (bio)anormais, os que merecem ou não viver/procriar.” (SILVA, 2014, p. 904). Assim, manter-se-ia a pureza da “raça”, salvaguardando o patrimônio genético dos brasileiros considerados eugenizados, algo supostamente necessário para o progresso econômico da nação. A exclusão destes indivíduos “degenerados” do convívio social seria *Sine qua non*, segundo pressupunha Kehl (1921, p. 155-156):

Si fosse possível dar um balanço entre a nossa população, entre os que produzem, que impulsionam a grande roda do progresso de um lado e do bem estar e de outro lado os parasitas, os indigentes, criminosos e doentes que nada fazem, que estão nas prisões, nos hospitais e nos asyls; os mendigos que perambulam pelas ruas [...] os amoraes, os loucos; a prole de gente inútil que vive do jogo, do vício, da libertinagem, da trapaça [...] A porcentagem desses últimos é verdadeiramente apavorante [...] é preciso evitar a proliferação desses doentes, incapazes e loucos [...] Após a guerra às epidemias as reformas médico-sociais e eugênicas entram em efervescência [...] Com esses exemplos chego a seguinte conclusão eugênica: a esterilização fará desaparecer os elementos cacoplato da espécie humana, ou melhor a sua proporção será reduzida, mas não se garante a perfeição, só conseguida com um processo eugênico.

Outrossim, conforme demonstra Stepan (1991), a dicotomia entre a eugenia “dura” ou negativa e a eugenia considerada “branda” ou positiva (WEGNER; SOUZA, 2013) estaria intimamente articulada às teorias da hereditariedade, as quais se fundamentam em dois vieses: no mendelismo e no neolamarckismo. Os apologistas da eugenia radical buscavam suporte teórico em Mendel, ao passo que os adeptos da eugenia “suave” viam no “neolamarckismo” “[...] uma teoria da hereditariedade que precede a descoberta da genética mendeliana em 1900 e foi predominante nos países latinos, em particular na França, que nessa época era modelo para os intelectuais da América Latina.” (ALVES; PIZOLATI, 2019, p. 432-433).

Para os “neolamarckianos” seria possível a herança de caracteres adquiridos, o que poderia significar na “regeneração” biossocial do indivíduo sem que se fosse realizada uma intervenção direta no corpo, como o cruzamento “interracial” ou a esterilização, por exemplo. Por essa razão, as intervenções se dariam no ambiente, onde por intermédio da educação e da higienização de hábitos o brasileiro tornar-se-ia eugenizado. Conquanto, os mendelianos não

entendiam assim, para eles o controle genético dos indivíduos era indissociável do processo de “eugenização”, porque somente desse modo é que se garantiria a “pureza” da raça e o futuro da espécie humana, o que se manifestaria por intermédio de um processo de “higienização racial” (PROCTOR, 1988).

As teorias acerca do mendelismo eugênico ou da eugenia germânica predominaram em países de matriz anglo-saxônica (Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos), em que as leis da genética, semelhante ao que já se praticava na agricultura e na pecuária seriam, igualmente, aplicadas aos seres humanos – “*homicultura*”. Nesse sentido, a própria denominação do termo em si no Brasil teve uma distinção terminológica que evidencia a predileção pelo “neolamarckismo” em detrimento ao mendelismo.

Esse conceito foi uma variação do termo *eugenics*, cunhado por Galton em 1885. É preciso atentar para o fato de que quando a vogal tônica se encontra na letra “i”, refere-se ao vocábulo francês *Eugenique*, vinculado ao lamarckismo, o que difere da expressão anglo-saxônica *eugénia*, cuja vogal tônica localiza-se na letra “e”, essa terminologia está associada ao mendelismo. (PIZOLATI, 2018, p. 92).

Em consonância à opinião de Penna (1927 *In*: COSTA; SHENA; SCHMIDT, 1997), a emergência de um ensino eugênico subjaz à higiene e ao sanitarismo decorria da baixa instrução escolar dos brasileiros, porque se esses não seriam sequer capazes de ler e escrever, em virtude do analfabetismo, como poderiam então conceber e praticar as supostas benesses do eugenismo em suas vidas. Segundo o sanitarista brasileiro, seriam poucos os indivíduos “[...] que sabem defender e melhorar a própria vida, insignificante fração preocupa-se com a defesa e melhoramento da sociedade, contando-se pelos dedos os que cogitam do aperfeiçoamento da espécie.” (PENNA, 1927 *In*: COSTA; SHENA; SCHMIDT, 1997, p. 30). Sob esse prisma, o autogoverno de cada sujeito resultaria no futuro da nação enquanto espécie humana. Corroborando à posição de Penna, Olegário Moura (1919, p. 82) entendia que

Saneamento e Eugénia é uma e mesma coisa. Para o público, Saneamento é talvez uma palavra mais comprehesível, mais acessível. Pois bem, não há motivo algum para ser recusada a palavra Eugénia, tanto mais que esta tem caracter científico. Quem quiser chame Saneamento. Quem quiser chame Eugénia. Ao Brasil o que interessa é que a questão caminhe, é que a questão se apresente a todos, é que a questão se vá derramando sobre a collectividade brasileira e se vá infiltrando na consciência nacional. Saneamento-Eugénia aspira ser, e, de facto é, o fundamento essencial, incontestado e logico para o desdobramento e para a márchia ascendente da civilização, nesta parte do planeta.

Por conseguinte, nas décadas de 1910 a 1930 era comum a correlação das práticas sanitárias e higienistas com as medidas de ordem eugênicas, o que não seria de fato totalmente paradoxais desde que não fossem relativizadas, pois “Assim a eugenia e o eugenismo são duas coisas diferentes que se completam para o mesmo fim.” (PENNA, 1929, p. 03). O aprimoramento e a defesa da “raça”. A isso, Kehl reconheceu o não-caráter biológico da eugenia no Brasil, denominando-a por eugenismo, algo que se assemelhava ao que Roquette-Pinto e Penna propuseram à época.

Eugenismo é educação, é saneamento, é hygiene, é esporte, é legislação, é tudo que, beneficia o homem, reverte, direita ou endireita em benefício da sua próle. Não se deve, portanto, capitular da eugenia o que é eugenismo. Para concluir: A eugenia é sciencia do aperfeiçoamento physico, psyquico e mental do gênero humano, tendo em conta as

disposições hereditárias da semente e as medidas que a beneficiem através das gerações. O eugenismo corresponde ao culto e à prática de acção eugênica no sentido amplificado, sem limite claro e explícito, visando proteger e favorecer o indivíduo em relação a si próprio e ao meio que o cerca. (KEHL, 1929a, p. 1).

Todavia, a rigidez da divisão entre mendelianos e neolamarckista não foi tão clara no Brasil. No decorrer desse período, ao observar as trajetórias de Renato Kehl (1921; 1929b; 1931) e de Roquette-Pinto (1931; 1933; 1936), observa-se que ambos eugenistas partilhavam da teoria mendeliana e se contrapõem em relação a “nocividade” da hibridização racial. Se para Kehl a mistura entre indivíduos cujas “raças” seria supostamente distintas e o cruzamento entre elas poderia vir a prejudicar o genótipo da prole, para Roquette-Pinto, no entanto, o problema da “degeneração” brasileira assentava em questões de ordem sanitárias e higiênicas que seriam mais prejudiciais ao progresso do Brasil do que a questão da “raça” miscigenada em si.

Ainda assim, “Do ponto de vista moral, entretanto, é preciso reconhecer que os mestiços manifestam acentuada fraqueza: a emotividade é exagerada, ótima condição para o surto dos estados passionais.” (GOUVÊA FILHO, 1955, p. 46). Logo, a eliminação desses indivíduos do corpo social não se faria necessária, segundo pressupunham os eugenistas radicais, porque “A antropologia prova que o homem, no Brasil, precisa ser educado e não substituído.” (ROQUETTE-PINTO, 1929, p. 147).

Destaca-se que apesar de aproximações e entendimentos acerca das supostas benesses da eugenia, ainda assim, havia discordâncias no que concernia ao processo de “regeneração” dos indivíduos considerados “disgênicos”.

O movimento antropológico-sanitarista compreendia que a (bio)regeneração do povo brasileiro se daria mediante a educação. Conforme propuseram Silvio Romero (1851-1914), J. B. Lacerda (1846-1912), Belisário Pena (1868-1939), Fróes Fonseca (1890-1988) e Roquette-Pinto (1894-1954), o degenerado teria cura. Mesmo partilhando de alguns preceitos eugênicos, mas excluindo a prática negativa, muitos desses intelectuais alvitaram em seus ensaios uma saída amena para a questão da degenerescência. Concorravam acerca da hereditariedade patológica do deficiente, todavia, diferiam da eugenia sobre a miscigenação, um termo ambíguo que foi concebido como um veneno racial para os eugenistas e, ao mesmo tempo, uma solução biossocial para os antropólogos. (PIZOLATI, 2018, p. 157).

A eugenia gerava debates em torno de sua interpretação e não do conceito ou de seu efeito em si. Se por um lado os eugenistas como Kehl e Piza o viés radical da eugenia prevalecia em seus discursos, para outros eugenistas como Octávio Domingues (1929, p. 132-133),

Difundir a educação é, portanto, promover a utilização maior de todos os cidadãos. Mas educar não é só alfabetizar. É despertar a máquina humana para a produção, de acordo com as suas tendências inatas. É fazer o homem adquirir hábitos sociais proveitosos, em detrimento dos maus hábitos, que fatalmente adquiriria, dadas as possíveis tendências hereditárias. [...] Se a educação, não tem o privilégio de mudar as más heranças em boas, tem essa tríplice função de controlar as tendências inatas do indivíduo, de tornar mais eficazes todos os humanos, bons ou maus hereditariamente, salvo os tipos geneticamente patológicos. (DOMINGUES, 1929, p.132-133).

Somado a essas posições que vislumbravam na eugenia um instrumento de intervenção no meio e não no corpo, está o antropólogo Fróes da Fonseca, que durante o I Congresso

Brasileiro de Eugenia (1929) foi contundente ao contrapor a posição enaltecida por Kehl em sua obra intitulada “Lições de Eugenia” (1929b):

Enquanto vai a ciência abrindo penosamente o seu caminho, segue-lhe os passos dos aproveitadores do momento, dos que, à sombra do seu prestígio, fazem de hipóteses dadas como fatos, de afirmações transfiguradas em documentos, de fragmentos doutrinários torcidos e ajeitados a qualquer tese e tudo bem vestido de eloquência, a obra que se populariza por que não combate senão favônios preconceitos reinantes [...]. E mais que tudo, é lamentável que tais coisas façam prosélitos e encontrem repetidores que querem a viva força criar o preconceito racial, com toda a gravidade dos seus problemas, onde ele é, mercê de Deus, praticamente melhor. Tal é o caso infelizmente do livro que acaba de ser distribuído, por ocasião deste congresso, pelo Dr. Renato Kehl, sob o título “Lições de Eugenia”. (FONSECA, 1929b, p. 78).

Nesse ínterim, o processo de eugenia defendido pelos adeptos da eugenia “suave” conseguiram influenciar no campo da Educação, fazendo com que os estudos articulados a eugenia, a higiene e ao sanitarismo figurasse como atividade transdisciplinar no ensino brasileiro – em especial na educação física: ginástica. Para a promoção do discurso eugênico no país, diversos concursos eugênicos foram realizados no objetivo de eleger crianças eugenizadas. Segundo Bonfim (2013, p. 81), em “[...] 1925, os centros de saúde passaram a desenvolver atividades de educação sanitária e eugênica, com ações que compreenderam também as escolas, atingindo cerca de dez mil crianças.”

À vista disso, conforme analisado nesse capítulo, a eugenia foi amplamente debatida no âmbito do lumiar do século XX, cujas discussões acerca de sua teoria tangenciaram as demandas sobre sua aplicabilidade no campo social e no corpo do indivíduo. Havia ambiguidades que se direcionavam às questões de ordem biossociais, se a eugenia deveria ser aplicada consoante o mendelismo no Brasil, similarmente ao que se praticava nos países anglo-saxônicos, ou se deveria prevalecer o aspecto lamarckiano, o qual a vinculava as práticas de higiene e sanitarista imbricadas às políticas públicas de saúde e à educação. Independentemente do viés, um consenso entre os intelectuais daquele período concernia na intervenção do estado na prática dessas ações. No presente, o aprimoramento genético do indivíduo assume outra conotação, desvinculado do imperativo de Estado e assumindo um caráter liberal – indivíduo, conforme é problematizado na próxima seção.

A RESSIGNIFICAÇÃO DA eUGENIA EM eUGENÉTICA NA ATUALIDADE: eUGENIZAÇÃO De SI e eUGENIA LIBERAL

As práticas eugênicas, que atribuíam a certas condutas algo característico da herança biológica, ressignificam suas práxis e mantêm-se assim, de outros modos, no presente. Tudo que destoe de uma normalidade genética, suscetível de ser medido e virar estatística, é investigado a fim de buscar os mecanismos que permitam definir o que é a norma e o desvio [...]. Não mais se eliminam ou se confinam os anormais (exceto em certos casos que acarretem risco para a segurança pública) como se fazia no século passado. A eliminação da bioanormalidade se dá em torno da limpeza genética, da identificação prévia do (a)normal, por meio de exames realizados antes mesmo da gravidez, definido por aconselhamento genético. (PIZOLATI, 2018, p. 23).

Corroborando com o excerto supracitado, o “[...] anormal aqueles cuja diferença em relação à maioria se convencionou ser o excessivo, insuportável. Tal diferença passa a ser

considerada um desvio, isso é, algo indesejável porque dês-via, tira do rumo, leva à perdição.” (VEIGA-NETO, 2014, p. 75). Assim, não se exclui *a priori* uma discriminação que persiste de outros modos no presente e é alicerçada em determinismos biológicos. Em uma sociedade neoliberal que se configura atualmente, a performatividade é intrínseca a competição e ao funcionamento socioeconômico (ANDERSON, 2010; SILVA, 2018). Contudo, a busca por melhorar a si a fim de destacar-se no mercado de trabalho torna-se uma ação individual que abarca desde uma educação mais qualificada até o melhoramento genético de seus descendentes. Este processo é viável a partir da reconfiguração da eugenia em eugenética, conforme aponta Schramm (1997):

Num sentido mais técnico, eugenia é um termo genérico do século XIX, que indica a ciência que estuda as condições mais propícias à reprodução e melhoramento da espécie humana; eugenética representa a forma contemporânea da eugenia, uma tecnociência nascida, nos anos 70, do encontro entre genética, biologia molecular e engenharia genética; eugenismo indica a forma ideológica e ‘utópica’ da eugenética, quer dizer, a convicção de que “poder-se-á substituir os bad genes pelos good genes e criar uma nova espécie de humanidade libertada de seu mal-estar e sofrimento”.

Sob a perspectiva neoliberal, a individualização de si fez com que a “[...] sociedade capitalista também sujeitou os indivíduos a um tipo de consumo maciço que tem funções de uniformização e de normalização.” (FOCAULT, 2008b, p. 154). Em concomitância com o discurso eugênico novecentista, almeja-se de igual modo *assujeitar* todos os membros sociais ao ideal de normalidade biológica convencionado em cada período histórico. Assim, no presente, supostamente, a normalidade visa garantir minimamente as condições para o trabalho e o consumo que resulta na autonomia de cada ator social.

No deslocamento da eugenia novecentista para a eugenia liberal, demove-se também as relações de poder imbricadas nesses processos. Segundo Rose (2013), o poder pastoral característico de outrora é invertido no hodierno, resultando no que o autor definiu por “novo pastorado”. A suposta “degenerescência” segue sendo pauta de debates, principalmente no que tece as questões dos “custos” sociais referentes a viabilidade de deficientes (tratamentos clínicos, auxílios pecuniários etc.). O que difere dos anos 1920 para os anos 2019 é o papel do estado, que se eximir de suas responsabilidades sociais e passa a imputar aos sujeitos os ditames de suas escolhas de vida. É nesse íterim que se articula a nova eugenia, assumindo um caráter liberal pautado no direito de decidir sobre si, inclusive sobre a composição biológica de seus descendentes.

A tecnologia eugenética estaria disponível à uma parcela muito seleta e privilegiada da sociedade. Os aumentos no investimento em si ou em seus descendentes refletem nos estudos éticos de teóricos como Michael Sandel (2013) e Nikolas Rose (2013). Eles questionam as reais implicações bioéticas envolvidas nesse processo, pois, “E se os melhoramentos pudessem ser transmitidos de geração em geração, as duas classes poderiam um dia tornarem-se subespécies humanas: os melhorados e os naturais.” (SANDEL, 2013, p. 27). Sendo assim, o distanciamento social transcenderia o aspecto econômico e as distinções sociais tenderiam a se manifestar na ordem biológica, ou seja, seriam *bioeconomicamente* “superiores” aos sujeitos excluídos desses processos, conforme anuncia a cinematografia Gattaca (1997).

Segundo Foucault (2008, p. 3):

[...] essa série de fenômenos que me parece bastante importante, a saber, o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder. Em outras palavras, como a sociedade, as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII, voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana. É em linhas gerais o que chamo, o que chamei, para lhe dar um nome, de biopoder.

Sob essa lógica que se engendra a partir da eugenia, os desprovidos dessas novas tecnologias biogenéticas passariam a estar mais suscetíveis as anormalidades, uma vez que não teriam condições de efetuar a limpeza genética dos genes de seus descendentes. Estando-os passíveis das contingências da natureza, isso poderia resultar no desenvolvimento de alguma patologia congênita futura. A exclusão de uma parcela majoritária da sociedade desse processo poderia acarretar um potencial risco genético-social. No “[...] futuro, aqueles não planejados geneticamente, com o propósito de afastar anomalias anunciadas em sua constituição biológica, seriam de responsabilidade das famílias e não do Estado.” (PIZOLATI, 2018, p. 28).

Os adeptos da eugenia liberal justificam sua posição sob o argumento que a escolha por intervir ou não no genoma da prole é um direito dos pais. Sendo assim, afastando o imperativo do estado de tais deliberações, a eugenia não seria em si um problema, visto que a coerção não seria praticada pelo governo, conforme outrora. Salvaguardada a neutralidade do estado nesse processo, os eugenistas liberais não concebem a eugenia como um risco em potencial (SANDEL, 2013). O que diferencia a velha e a nova eugenias centra-se na coercitividade, porque se naquele contexto novecentista a “[...] liberdade reprodutiva não era respeitada; ao mesmo tempo, na época ainda não havia como intervir na genética humana a não ser pela restrição de casamentos. Já o movimento moderno é marcado pelo melhoramento genético e baseia-se na liberdade de escolha individual.” (MOURA; SILVA, 2012, p. 110). Entretanto, paradoxalmente, o futuro dos filhos estando atrelado a escolha de seus progenitores, acabaria por delimitá-los biologicamente. O indivíduo, sendo pela ação do Estado ou dos pais, não teria escolha sobre si, sendo-o fruto igualmente de um planejamento biogenético.

No tocante ao debate acerca da programação genética dos descendentes, um casal de mulheres homossexuais estadunidenses surdas optou por conceber um filho surdo mediante fertilização artificial. A predileção por um filho surdo concerniu em selecionar um “[...] doador de esperma cuja família tivesse um histórico de cinco gerações de surdez. E conseguiram. Seu filho Gauvin nasceu surdo.” (SANDEL, 2013, p. 15). Sharon Duchesneau e Candy McCullough concebem a surdez como sendo um traço cultural e não uma deficiência em si. No entanto, ao projetarem um filho surdo e ao direcioná-lo previamente a uma pré-condição biológica demarca-se *a priori* sua inserção sociocultural em sociedade. Ademais, esse processo não garantiria que a criança quando adulta ou ainda em fase de formação fosse incorporada à cultura surda, porque ela simplesmente poderia optar pela oralização ou escolher fazer um

implante coclear e, assim, adaptar-se ao modo de vida ouvinte¹.

Ainda a respeito da projeção biológica de filhos, a partir dos anos 2010, o Brasil tem aumentado a importação de espermatozoides dos Estados Unidos para a fertilização, sobretudo para o consumo de casais de lésbicas ou mulheres solteiras e abastadas. Esse processo já era recorrente de outros anos, porém o que de fato denota-se é o aumento de 3000% desde então. Segundo a reportagem da jornalista estadunidense Samantha Pearson (2018), escrita para o *The Wall Street Journal*, o intento desses futuros pais é salvaguardar uma “boa” constituição genética para seus filhos e conceder-lhes um fenótipo europeizado, com olhos azuis e pele caucásica, o que reacendem os debates acerca da eugenia na atualidade.

“Com olhos claros, cabelos loiros e algumas sardas no rosto, o doador número 9601 é um dos mais requisitados por mulheres ricas do Brasil que estão importando o DNA de jovens norte-americanos em números sem precedentes”, diz a reportagem assinada por Samantha Pearson. Baseada em dados da Anvisa, a repórter afirma que a importação de espermatozoides gringos subiu 3000% desde 2011, sobretudo entre mulheres ricas solteiras e casais de lésbicas que preferem perfis de doadores com “pele clara” e “olhos azuis”. (EUGENIA: BRASILEIROS QUE..., 2018).

Segundo divulgado pelo site *Socialista Morena*, responsável por traduzir e vincular a reportagem do *Wall Street Journal* no Brasil, o ensejo por proles fenotipicamente europeizadas seria um resquício do racismo estrutural que ainda persiste no país. A predileção pelo material genético estrangeiro se fundamentaria na suposta “pureza” que os doadores brasileiros não possuem em virtude da miscigenação do povo. Ainda, conforme a reportagem, destaca-se que o material genético coletado no exterior advém de “doadores” (pois são comprados e não doados) loiros e com olhos azuis, correspondendo a 52% do total. No ano de 2011, o país importou cerca de 36 tubos de sêmen humanos para fertilização, esse número em 2017 atingiu o patamar de 500 tubos de sêmen congelados. Dentre os principais clientes, destaca-se que 21% eram de mulheres solteiras e ricas, 36% compostos por casais homossexuais femininas e 41% de casais héteros.

Diante disso, é indubitável a correlação das práticas eugênicas do passado com o que vem se engendrando no presente, em que o “racionalismo” estrutural, mesmo que velado socialmente, é desnudado a partir da intenção de se arianizar a espécie humana, algo explícito quando observado os dados estáticos referentes a importação de sêmen descritos no parágrafo anterior. O anseio por arianizar a espécie brasileira já não é latente nas políticas de estado; porém, ainda permeiam o imaginário de muitos indivíduos acerca do que seria uma “boa” constituição biológica.

A “NORMALIDADE” BIOLÓGICA – NORMOSE

É nessa intersecção que reside entre o curar e o aprimorar. O grande dilema da eugenia liberal “[...] surge quando as pessoas utilizam tais terapias não para curar uma doença, e sim para ir além da saúde, para melhorar suas capacidades físicas ou cognitivas, para erguer-se acima do normal geral.” (SANDEL, 2013, p. 21). Desse modo, a própria normalidade é

1 Um adendo, acerca da questão surda, Kehl entendia que quando não congênita, o matrimônio seria perfeitamente viável e não considerado uma união disgênica: “O casamento pôde ser autorizado, mesmo quando os dois candidatos apresentarem surdês, se ficar provado que nenhum dos dois tem antecedentes hereditários ou colaterais de surdês, e que a ortopatia é individualmente adquirida. Esta regra de conduta serve tanto para os surdos-mudos, como para os surdos.” (KEHL, 1931, p. 2).

paradoxalmente interpretada como uma patologia, denominada pelo psicólogo e educador francês Pierre Weil como *normose*. – “Temos, então, o conceito de normose: um conjunto de hábitos considerados normais que, na realidade, são patogênicos e nos levam à infelicidade e à doença. Embora resumida, é a definição que tenho seguido até hoje, muito útil e clara.” (WEIL, 2003, p. 19).

As possíveis “anormalidades” não se conceberiam mais como sendo um fardo social, os testes psicológicos de hoje já não mais se restringem ao simples ato de atestar uma possível “deficiência”, como em outrora. O objetivo no presente é focar nas potencialidades e trabalhá-las no intuito de incluir a todos no mercado de trabalho, propiciando a inserção social de cada indivíduo através de políticas públicas de inclusão por meio da educação. Apesar do intento em incluir a todos, segundo Lopes (2018, p. 80), é recente os debates sobre os processos de inclusão social no país:

No Brasil, a ideia de inclusão estava ocorrendo nas práticas de integração, inserção e apoio pedagógico e clínico de alunos com deficiência, apenas em 2002 e ao que a palavra se refere nas políticas educacionais para se referir à entrada e permanência de pessoas com deficiência. deficiência na escola comum.²

À vista disso, a anomalia pode ser relativizada no presente, ampliando o que se supõe por normal e normalidade. Se no passado a eugenia esteve atrelada a um discurso biológico, em que através do largo uso de tecnologias de mensuração corporal se atestaria supostamente a normalidade; atualmente, os exames de glicose, de colesterol, de Índice de Massa Corporal (IMC), o Quociente de Inteligência (QI) e os testes psicotécnicos visam avaliar o indivíduo dentro de determinada norma – cf. Antunes (2008). Na década de 1990, Richard Herrnstein e Charles Murray (1994) afirmaram em “A Curva de Bell” que a inteligência ou o QI médio dos estadunidenses estaria em declive em virtude de que as pessoas consideradas mais inteligentes teriam um número de filhos menor quando comparadas as pessoas que supostamente seriam menos inteligentes – pobres em geral, cuja etnia majoritária é de afrodescendentes e de imigrantes latino-americanos, em especial mexicanos.

Mesmo na atualidade, onde os direitos individuais são garantidos por lei, no Brasil, em 2017, houve o caso de esterilização compulsória de uma mulher em situação de rua, o que denota as permanências de práticas eugênicas que defendiam o abortamento eugênico.

A requerida já é mãe de cinco filhos (Felipe, Maria Rita, Luan Gabriel, Santiago Henrique e Antônia Eduarda), todos menores, que já estiveram acolhidos na Casa de Acolhimento Bethânia, nesta cidade de Mococa, considerando que a mãe não teria condições de prover as necessidades básicas de seus rebentos, além de colocá-los, frequentemente, em potencial risco em razão do uso de álcool e outras drogas. Por tal razão, foi recomendada pelos equipamentos de saúde e de assistência social deste Município a realização de laqueadura tubária da requerida JANAÍNA como método contraceptivo. (MINISTÉRIO PÚBLICO DE SP, p. 3, 2017).

O ensejo em normalizar a sociedade sob o aspecto do determinismo biológico, conforme apregoava a eugenia novecentista, seria inviável posto que um mesmo indivíduo possa vir

² Livre tradução do espanhol, citação original: “En Brasil, aunque la idea de inclusión ya estuviese haciendo presión en las prácticas de integración, de inserción y de apoyo pedagógico y clínico a los alumnos con discapacidad, solamente en el año 2002 es que la palabra aparece en las políticas educacionales para referirse a la entrada y permanencia de las personas con discapacidad en la escuela común.” (LOPES, 2018, p. 80).

a ser considerado “normal” intelectualmente, e, concomitantemente, ser “*anormalizado*” em virtude de uma deficiência física diagnosticada. Ou seja, o normal inexiste plenamente sob o ponto de vista da biologia. Por fim, os exames que “atestam” a normalidade biológica dos indivíduos ainda permanecem; no entanto, o que se almeja nessas avaliações físicas-cognitivas é a demarcação das potencialidades individuais, para que, com base nesses resultados, sejam potencializadas essas características inatas – aptidões.

PALAVRAS FINAIS

Conforme estudado, buscou-se demonstrar de que modos as novas tecnologias biogenéticas tem subjetivado o indivíduo em uma nova ordem biogenética, o que já ocorre ante ao nascimento do próprio indivíduo. Esse processo implica em um pré-condicionamento biossocial que tende a ressignificar as divisões sociais, que poderão não mais ocorrer estritamente no plano econômico. A “[...] eugenia tem história, mas sua história também impôs alertas que condicionaram e condicionam a atividade científica.” (CARVALHO; SOUZA, 2017, p. 892). A “[...] clonagem e o Diagnóstico de Pré- Implementação de embriões são oferecidos como forma de viabilizar a construção de uma civilização sem doenças, ou livre, pelo menos, de certos males.” (PONTIN, 2007, p. 90). Aos sujeitos progenitores envolvidos nesse processo caberia a decisão final sobre o uso dessa tecnologia biogenética. Assim, a democratização da eugenia (liberal) residiria na exclusão da coercitividade do estado.

Em suma, a eugenia novecentista evidencia em seu discurso a tentativa de aprimorar o componente biológico dos indivíduos, o que não se restringe ao passado. No presente, a neoeugenia traz em si aspectos que transcendem o curar e o aprimorar, pois a eugenia liberal revela o determinismo biológico e o racismo estrutural que ainda está em curso em determinadas parcelas da sociedade brasileira.

Referências Bibliográficas

ALVES, Alexandre; PIZOLATI, Audrei Rodrigo da Conceição. EUGENIA, EDUCAÇÃO E SABER MÉDICO: O DISCURSO EUGÊNICO NA I CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (1927). *História & Ensino*, Londrina, v. 25, n. 1, p. 427-451, jan./jun. 2019. DOI: 10.5433/2238-3018.2019v25n1p427. ISSN: 2238-3018. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/33680>. Acesso em: 30 set. 2019.

ANDERSON, Gary. A reforma escolar como performance e espetáculo político. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 57-76, mai./ago. 2010.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)*. Volume 12 Número 2 Julho/Dezembro de 2008, p. 469-475, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v12n2/v12n2a20.pdf>. Acesso em 02 out. 2019.

BONFIM, Paulo Ricardo. A educação no movimento eugênico brasileiro (1917-1933). 2013. 167 f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco. Itatiba, 2013. Disponível em: <http://www.usf.edu.br/galeria/getImage/385/1797223016470645.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2019.

CARVALHO, Leonardo Dallacqua de; SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Continuidades e rupturas na história da eugenia: uma análise a partir das publicações de Renato Kehl no Pós-Segunda Guerra Mundial. *PERSPECTIVA*, Florianópolis, v. 35, n. 3, p. 887-910, jul./set. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/2175-795X.2017v35n3p887/pdf>. Acesso em: 12 mai. 2019.

Eugenia: brasileiros que importam sêmen de brancos dos EUA viram notícia internacional. *Socialista Morena*. Caderno digital: Direitos Humanos. 2018. Disponível em: <http://www.socialistamorena.com.br/eugenia-brasileiros-que-importam-semen-dos-eua-vm-noticia-internacional/>. Acesso em: 22 mar. 2019.

DOMINGUES, Octávio. A hereditariedade em face da educação. *Bibliotheca de Educação*. Vol. VI. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1929.

DUNKER, Christian I. L. Psicologia das massas digitais e análise do sujeito democrático. In: *Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 116-135.

FONSECA, Alvares. Fróes. Os grandes problemas da Anthropologia. In: *Actas e trabalhos*. Rio de Janeiro: s. n.º, 1929. v.1. 342, p. 613.94 C76. reg. 8328/06 ex.3. Rio de Janeiro, 1929, p. 78. Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=acebibcoc_r&pagfis=9788. Acesso em: 18 dez. 2018.

FOUCAULT, Michel. Segurança, Território, População. Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

GATTACA: A Experiência Genética. Roteiro e direção de Andrew Niccol, interpretado por Ethan Halke. Filme de 1997.

GOUVÊA FILHO. E. ROQUETTE-PINTO — ANTROPÓLOGO E EDUCADOR (*). Diretor do Instituto Nacional de Cinema Educativo. In: *REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS*. Publicada pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Ministério da Educação e Cultura. Diretor Anísio Spinola Teixeira Vol. XXIV julho-setembro, ed. n.º 59., p. 31-57. 1955. Disponível em: <http://>

www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001662.pdf. Acesso em: 14 mar. 2018.

GUROVITZ, Helio; MOLICA, Fernando. Biólogo da USP defende eugenia “democrática”. São Paulo, sábado, 23 de julho de 1994. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/7/23/brasil/50.html>. Acesso em: 23 out. 2019.

HERRNSTEIN, Richard J; MURRAY, Charles. *The Bell Curve: Intelligence and Class Structure in American Life*. Nova York: Free Press, 1994. 873 p.

KEHL, Renato Ferraz. *Brazil médico*. Rio de Janeiro, 1921. Sem paginações.

KEHL, Renato Ferraz. Eugenia e eugenismo. *Boletim de Eugenia*. Rio de Janeiro, *Revista Medicamenta*. Anno I. Ed. N° 8. Agosto/1929a. p. 1-16.

KEHL, Renato Ferraz. *Lições de eugenia*. Rio de Janeiro. Livraria Francisco Alves, 1929b.

KEHL, Renato Ferraz. A surdês familiar e o casamento de surdos. *Boletins de Eugenia*. Rio de Janeiro, *Revista Medicamenta*. Anno III. Ed. N° 31. Julho/1931. p. 1-4.

LOPES, Maura Corcini. ¿Qué hay entre las políticas de inclusión y las prácticas pedagógicas en la escuela? *Sudamérica: Revista de ciencias Sociales*. N° 9, p. 73-94, 2018. Disponível em: <https://fh.mdp.edu.ar/revistas/index.php/sudamerica/article/view/2986>. Acesso em 22 ago. 2019.

MOURA, Olegário. Saneamento - Eugenia - Civilização. In: ANNAES DE EUGENÍA. Contributor, Sociedade Eugénica de São Paulo. Publisher, Edição da Revista do Brasil, 1919. p. 83.

MOURA, Simone Moreira de. SILVA, Morena Dolores Patriota da. Pressupostos da eugenia e seus impactos na concepção de deficiência. *Comunicações*, Piracicaba, ano 19, n 1, p. 101-113, jan.-jun., 2012.

PEARSON, Samantha. Demand for American Sperm Is Skyrocketing in Brazil. Explosive growth spurred by more wealthy single women and lesbian couples turning to U.S. donos. *The Wall Street Journal – Latin America*. Updated March 22, 2018 11:14 a.m. ET. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/in-mixed-race-brazil-sperm-imports-from-u-s-whites-are-booming-1521711000>. Acesso em: 23 mar. 2018.

PENNA, Belisário. Eugenia e eugenismo. *Boletins de Eugenia*. Rio de Janeiro, *Revista Medicamenta*. Anno I. Ed. n° 10. Outubro/1929. p. 1-4.

PENNA, Belisário. Por que se impõe a primazia da educação higiênica escolar. In: COSTA, Maria José Ferreira franco; SHENA, Denílson Roberto; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. *I Conferência nacional de educação (1927)*. Brasília: MEC: IPARDES, 1997. p. 29-33.

PIZOLATI, Audrei Rodrigo da Conceição. *DISCURSO EUGÊNICO NA I CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (1927, CURITIBA/PR – BRASIL)*. 2018. 199 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018. Disponível em: http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/7038/Audrei%20Rodrigo%20Pizolati_.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 23 ago. 2019.

PIZOLATI, Audrei Rodrigo da Conceição; ALVES, Alexandre. Os debates sobre educação moral, conduta e caráter do indivíduo nas primeiras décadas do século XX e seus reflexos na atualidade. *Rev. bras. Estud. pedagog.*, Brasília, v. 100, n. 256, p. 651-674, set./dez. 2019. Disponível em: <http://rbepold.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/4161>. Acesso em 20 dez. 2019.

PONTIN, Fabrício. Biopolítica, eugenia e ética: uma análise dos limites da intervenção genética em Jonas, Habermas, Foucault e Agamben. 2007. 104 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/3412>. Acesso em: 08 jun. 2019

PROCTOR, Robert. Racial Hygiene: Medicine under the Nazis. Cambridge, Mass/Londres: Harvard University press, 1988.

PROVINE, William B. Geneticists and Race. American Zoologist. Vol. 26, nº 3, p. 857-887, 1986.

ROQUETTE-PINTO, Edgar. Notas sobre os typos anthropologicos do Brasil. In: I CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. In: Actas e trabalhos. Rio de Janeiro: s. nº, 1929. v.1. 342, p. 613-94 C76. reg. 8328/06 ex.3. Rio de Janeiro, 1929, p. 119-147. Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=acebibcoc_r&pagfis=9788. Acesso em: 18 dez. 2018.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. Ensaios de antropologia brasileira. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1933 (“Biblioteca Pedagógica Brasileira”, série V, Coleção “Brasileira”, vol. XXII).

ROQUETTE-PINTO, Edgard. Os fundamentos biológicos da sociologia. Jornal do Comércio. Rio de Janeiro: 25 mar., 1936.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. Prometheus: or, biology and the advancement of man – Rio de Janeiro. In: Boletim de Ariel, n.1, p.31-33. out., 1931.

ROSE, Nikolas. A política da própria vida: biomedicina, poder e subjetividade no Século XXI. São Paulo, Paulus, 2013.

SANDEL, Michael J. Contra a perfeição: Ética na era da engenharia genética. 1º Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, RJ. 2013.

SCHRAMM, Fermin Roland. Eugenia, Eugenética e o Espectro do Eugenismo: Considerações Atuais sobre Biotecnociência e Bioética. Bioética, vol.5, nº 2, 1997. p. 203-220. Disponível em: http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/384. Acesso em 22 out. 2019.

SCHWARCZ, Lilia M. Sobre o autoritarismo brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 286 p.

SILVA, Mozart Linhares da. Biopolítica, educação e eugenia no Brasil (1911-1945). Revista Ibero-Americana de estudos em educação. Unesp. Universidade de Acalá. 2014. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/5070>. Acesso em: 23 set. 2019.

SILVA, Roberto Rafael Dias da. Estetização Pedagógica, Aprendizagens Ativas e Práticas Curriculares no Brasil. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 43, n2, p. 551-568, abr/jun 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623667743>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-62362018000200551&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 10 set. 2018.

SP. Ministério Público do Estado de São Paulo. Pedido de Liminar (arts. 127 c.c. 129, III, ambos da CF). 195 f. 2017 Protocolado em 31/05/2017, sob o número 10015215720178260360, processo 1001521-57.2017.8.26.03602017. 2017. Disponível em: <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/conferirDocumento.do?conversationId=&instanciaDaConsulta=SG5TJ&tipoNuProcesso=UNIFICADO&numeroDigitoAnoUnificado=1001521-57.2017&foroNumeroUnificado=0360&nuProcessoUnificado=1001521-57.2017.8.26.0360&nuProcesso=&cdProtocolo=10015215720178260360&cdServicoConferencia=920102>. Acesso em: 14 out. 2019.

STEPAN, Nancy Leys. *A hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

STEPAN, Nancy Leys. *The hour of eugenics: race, gender, and nation in Latin America*. Ithaca: Cornell University Press, 1991.

VEIGA-NETO, José Alfredo. *Foucault & a Educação*. 3a Ed; 1 reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

WEGNER, Robert; SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Dois geneticistas e a miscigenação Octávio Domingues e Salvador de Toledo Piza no movimento eugenista brasileiro (1929-1933). Recebido: 6 set. 2016 | Revisto pelo autor: 10 nov. 2016 | Aceito: 24 nov. 2016. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 33, nº 61, p. 79-107, jan/abr, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-87752017000100005>. Acesso em: 15 fev. 2017.

WEGNER, Robert; SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Eugenia ‘negativa’, psiquiatria e catolicismo: embates em torno da esterilização eugênica no Brasil. *História, Ciências, Saúde –Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 20, nº 1, jan.-mar, p. 263-288, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/2013nahead/ahop0113.pdf>. Acesso em: 21 out. 2016.

WEIL, Pierre. *Normose: a patologia da normalidade*. I Pierre Weil, Jean- YvesLeloup, Tradução: Roberto Crema. - Campinas, SP: Vetus Editora, 2003. Disponível em: <https://anovamente.files.wordpress.com/2016/09/0-weil-leloup-e-crema-normose.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2018.

UM BREVE BALANÇO ACERCA
DA HISTÓRIA DA FORMAÇÃO
DOCENTE NO BRASIL À LUZ DA
TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES
SOCIAIS.

ERIVANIA MELO DE DE MORAIS
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
moraiserivania@gmail.com

ELDA SILVA DO NASCIMENTO MELO
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
eldasnmelo@hotmail.com

ResUMO

O presente estudo foi um recorte de nossa dissertação e tem como finalidade problematizar a formação docente e suas representações sociais, constituídas ao longo dos processos sócio-históricos da educação. E para uma melhor sistematização desse balanço histórico, delimitamos como objetivos específicos: localizar a formação docente entre o período colonial e imperial; apontar os avanços e recuos da formação entre o período republicano e ditadura militar e por fim refletir acerca das rupturas e continuidades da formação pós ditadura até os anos 1990, que é o momento que se delineia uma concepção de formação docente que tem se perpetuado hodiernamente. Para isso, buscamos a partir de uma metodologia de caráter bibliográfica com base em Saviani (2004), Manacorda (2004) Paiva (2003), Vicentini e Lugli (2009), Villela (2003), entre outros autores e com base nos fundamentos epistemológicos apoiados na Teoria das Representações Sociais sob a égide de Moscovici (1978) e Jodelet (2001), propondo assim uma aproximação do movimento dialógico, complexo e crítico da história da educação brasileira e pontuando especificamente algumas reflexões acerca da docência e das suas respectivas representações constituídas socialmente e historicamente. Assim, podemos apontar que as representações sociais de docência estão atravessadas pelos processos de significação e ressignificação social que são atravessados pela realidade, pela historicidade e pelos projetos societários em disputa.

Palavras-chave: História da formação docente; História da educação; Teoria das Representações Sociais.

A BRIEF BALANCE SHEET ABOUT
THE HISTORY OF TEACHING
TRAINING IN BRAZIL IN THE
LIGHT OF THE THEORY OF
SOCIAL REPRESENTATIONS.

ERIVANIA MELO DE DE MORAIS
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
moraiserivania@gmail.com

ELDA SILVA DO NASCIMENTO MELO
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
eldasnmelo@hotmail.com

ABSTRACT

The present study is part of an extract from our dissertation and aims to problematize teaching formation and its representations, constituted over the socio-historical processes of education. For a better systematization of this historical balance, we delimit as specific objectives: to locate the teaching formation among the colonial and imperial period; point out advances and retreats of training among the republican period and military dictatorship and, finally, to reflect on the ruptures and continuities of formation after the dictatorship until the 1990s, which is the moment that outlines a conception teaching formation that has been perpetuating today. Therefore, we carry out a bibliographic review based on Saviani (2004), Manacorda (2004) Paiva (2003), Vicentini and Lugli (2009), Villela (2003), among other authors, thus proposing a approach of the dialogical, complex and critical movement in the history of Brazilian education and punctuating reflections on teaching and the representations constituted socially and historically.

Keywords: History of teacher education; History of education; Theory of Social Representations.

NOTAs INICIAIS

Os debates sobre a formação docente no Brasil têm sido objeto de muitos debates nas últimas décadas, especificamente, a partir dos anos de 1990, quando se reformulou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n. 9394/1996), propondo um novo olhar para o profissional docente. Entretanto, a temática vêm se ressignificando e sendo repensada desde antes da LDB/1996, constituindo também novas formas de compreender e de pensar a formação historicamente, socialmente, politicamente e culturalmente situada. Assim, entendemos que o estudo e a reflexão em relação ao processo histórico/social e político/cultural da formação docente se fazem premente, uma vez que, para nos aproximarmos da realidade presente, de suas complexidades, de suas contradições, de seus embates, exigem-nos um esforço teórico-epistemológico para apreender essas mediações que atravessam a formação, e este movimento de compreensão da realidade formativa de docentes no contexto brasileiro está intrinsecamente relacionada com a história da educação, porque a formação atravessa e se constitui como parte integrante da história.

Nesse sentido, o presente estudo foi um recorte de nossa pesquisa de dissertação intitulada “Representação Social e Docência: Um estudo sobre a formação de licenciandos da ufrn (campus central) a partir do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência (PIBID)” apresentada pelo Programa de Pós Graduação em Educação – PPGED, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, em 2017, e tem como finalidade problematizar a formação docente e suas representações sociais, constituídas ao longo dos processos sócio-históricos da educação. E para uma melhor sistematização desse balanço histórico, delimitamos como objetivos específicos: localizar a formação docente entre o período colonial e imperial; apontar os avanços e recuos da formação entre o período republicano e ditadura militar e por fim refletir acerca das rupturas e continuidades da formação pós ditadura até os anos 90, que é o momento que se delineia uma concepção de formação docente que tem se perpetuado hodiernamente.

Para isso, a partir de uma metodologia de caráter bibliográfico com base em Saviani (2004), Manacorda (2004) Paiva (2003), Vicentini e Lugli (2009), Villela (2003), entre outros autores que serão apresentados ao longo do texto e com base nos fundamentos epistemológicos apoiados na Teoria das Representações Sociais sob a égide de Serge Moscovici (1978) e Denise Jodelet (2001), é proposta uma aproximação do movimento dialógico, complexo e crítico da história da educação brasileira e pontuadas especificamente algumas reflexões acerca da docência e das suas respectivas representações constituídas socialmente e historicamente. Melo (2005) aponta que a formação docente está permeada por uma série de compreensões, nuances e discussões, nesse sentido entendemos que se faz necessário buscar possíveis articulações interpretativas e analíticas do pensamento psicossocial e da realidade, sobretudo, da perspectiva histórica da realidade com suas determinações, contradições e disputas hegemônicas.

A docência e suas percepções e compreensões são constructos históricos, pautados na realidade e que antes de serem cristalizadas como ideias, como pensamentos, são construídas pelas relações sociais, políticas, culturais, históricas que atravessam, produzem e se reproduzem no interior da sociedade. Deste modo, iniciaremos nossa reflexão contextualizando a

formação docente historicamente nos períodos da colônia e império, apontando algumas características e dimensões que demarcaram a forma de pensar e conduzir a constituição da formação docente no Brasil.

A FORMAÇÃO DOCENTE NO BRASIL NO PERÍODO COLONIAL e IMPERIAL.

Quando pensamos em educação, sabemos que a mesma acontece de diversas formas, entretanto, ao pensá-la como um sistema organizado de instrução e ensino sistemático, nos remontamos respectivamente aos séculos XVII e XVIII, seja com os esforços de Comênio para a formação do homem bom com bases no dogmatismo da época, seja por via de outros intelectuais como Rousseau que estavam preocupados de certo modo com a educação poderia direcionar o indivíduo a determinados padrões estabelecidos socialmente, sendo este bom por natureza (LIBÂNEO, 1994), ou ainda após as revoluções burguesas e especificamente a francesa que imperaram outra tônica no sistema de educação e ensino no mundo, rompendo com a hegemonia absolutista e abrindo caminhos para que outros grupos sociais - *a priori* burgueses - pudessem acessar esse privilégio da educação.

No Brasil, a educação e o ensino tiveram uma forte influência dos Jesuítas, que após as expedições coloniais, estabeleceram as primeiras escolas e começaram a ensinar a ler, a escrever, a contar e cantar. Paiva (2003) aponta que os Jesuítas acreditavam que esse modelo de ensino e organização baseada no *Ratio Studiorum*, que abrangia a Gramática média; a Gramática superior; as Humanidades; a Retórica, e para os que se dedicariam pelo sacerdócio, estudaria ainda Filosofia e Teologia, seriam um modelo preparatório de grande relevância para os homens desta terra e para os seus filhos que seriam os futuros padres, advogados e funcionários de cargos públicos, possibilitando a manutenção do sistema cultural da época e da reprodução social da sociedade. Nesse sentido, havia muitas formas de ensinar e aprender segundo Villela (2003), nas propriedades rurais, eram os padres quem ensinavam aos filhos dos fazendeiros, assim como aos agregados e aos escravos. Nas cidades, variava de acordo com as condições e interesses das famílias.

Nóvoa (1995) chama a atenção de que inicialmente, a função docente era uma atividade secundária, realizada por religiosos, ou leigos das mais diversas origens, ou seja, por ser uma atividade que não estava no contexto da divisão social do trabalho como uma atividade especializada e que podia ser exercida por qualquer indivíduo, estava ligada ao um imaginário social ligada ao cuidado. Deste modo, a formação de valores morais da sociedade se constituía como uma característica da reprodução da sociabilidade vigente. Então esse modelo de Educação, que perdurou durante todo o período colonial, passou a se redefinir a partir da expulsão dos Jesuítas, que deu início às primeiras tentativas de um processo de laicização da instrução na colônia, com o envio de professores régios à Europa.

Outros dois pontos de mudanças voltadas para a formação docente foram a transferência da corte portuguesa para o Brasil que promoveu novas expectativas para a educação e o advento do capitalismo enquanto processo de produção econômica do ocidente, que levou a uma nova forma de organização escolar, deixando de lado os antigos modelos de aprendizagem visto que, a sociedade que vivenciava os processos da modernidade e que esta necessitava de novos aparelhos sociais que dessem conta da sua realidade. A educação fazia parte desse contexto de

mudanças como mecanismo de reprodução dessa sociedade capitalista.

Apesar dessas reformas em relação à laicização, ainda havia uma precariedade no que diz respeito à instrução. Com a transferência da Corte, as medidas de erudição foram voltadas principalmente para o nível superior, para que se formassem pessoas com requisitos que dessem suporte ao aparato administrativo; e o ensino elementar ficou restrito à esfera privada, ou seja, ainda como sendo responsabilidade, sobretudo das famílias. Mas esses novos arranjos sociais que se organizavam davam início a novas proposições em relação à instrução, promovendo mudanças que apesar de tímidas eram significativas. Assim, a instrução primária passou por algumas mudanças, como coloca Villela (2003):

Em relação à instrução primária, algumas medidas passaram a ser desenvolvidas no sentido de unificar o sistema por meio de adoção de um método, definição de conteúdos de ensino, autorização ou proibição de livros, estabelecimento de normas burocráticas a serem seguidas pelas escolas, etc. (VILLELA, 2003, p. 98).

Essas medidas tinham a intenção de homogeneizar e estatizar o sistema de ensino que até então era caracterizado por uma diversidade, no sentido de que a responsabilidade pelas práticas de ensino era da família, da Igreja, de preceptores, dentre outros. Saviani (2004) dentro de uma análise temporal, aponta que o marco inicial da história da educação brasileira foi a chegada dos jesuítas em 1549, se estendendo até 1759, quando foram expulsos pela reforma pombalina e foi justamente durante esse período que se estendeu até 1827, que buscou-se instituir uma escola pública estatal, com as aulas régias.

E é durante o século XIX que D. João VI inicia um controle sobre a educação formal e as primeiras iniciativas de organização da instrução através do sistema primário. Dentre as suas ações estava a nomeação de 120 professores e a normatização da atuação, ou seja, para ensinar era necessário: solicitações, autorizações, um currículo mínimo. O ofício docente passa a ter critérios de exigências para a atuação, nesse período do Império brasileiro.

Outras medidas, para se pensar o processo de formação docente realizado por D. João VI foi o envio de professores para a Inglaterra com o intuito de estudar o método de instrução do ensino mútuo¹, que foi um método desenvolvido na Inglaterra no final do século XVIII e início do XIX. A proposta deste método era ensinar a um grupo de alunos que tivessem certas habilidades intelectuais e estes, por sua vez, passava o conhecimento para os demais. Desta forma, o professor instruía mais alunos em menos tempo. É válido dizer que esse método era característico do processo industrial marcado pelo advento da Modernidade.

De acordo com Manacorda (2004) a finalidade desse método também conhecido como Método Lancaster era que as despesas da instrução e o trabalho dos docentes fossem diminuídas, além de acelerar o progresso dos alunos. Era por meio da observação que o docente Lancasteriano se formaria e constituiria seu preparo específico. Entretanto, segundo Vicentini e Lugli (2009) este método não surtiu os efeitos esperados, primeiro pela dificuldade de implementação o que era algo característico do próprio método e segundo pela falta de instrumentalização pedagógica necessitando, com isso, que as escolas normais passassem a

¹ Ensino mútuo também conhecido como método Lancaster foi criado na Inglaterra em 1801. Como base da sociedade industrial da época tinha como finalidade de aglomerar até 500 alunos em salas de aula que se organizariam em grupos e seriam instruídos por monitores, estes por sua vez, eram ensinados pelos professores ficavam numa apenas observando as atividades (VICENTINI E LUGLI, 2009).

ganhar visibilidade no que concerne ao preparo para formação docente.

É observado que esse processo de emergência do Estado com a instrução, relacionava-se com o início da profissionalização do docente, que até então, não era especializada. O ofício docente esteve vinculado a ordens religiosas durante todo o período colonial e com a vinda da Família Real iniciou-se um processo de laicização, onde o Estado passa a comandar e atuar na Educação da colônia. A educação e a formação eram instrumentos de reprodução daqueles que já estavam no poder, ou seja, da monarquia e que portanto, necessitavam de formação para perpetuar as suas atuações nos espaços desse Império.

Segundo Villela (2003), o que constitui esse docente em corpo profissional é o controle do Estado e não uma concepção corporativa do ofício. Ou seja, o que se percebe é que os instrumentos da organização da instrução, que antes estavam nas mãos da Igreja, agora passam para o Estado. Essas mudanças significaram um avanço, dado que, as exigências para atuar enquanto docente, favoreceram o processo de profissionalização do ofício. Nesse contexto, o domínio religioso sobre o ensino vai se contrapor e perder legitimidade a partir dos modelos pensados pelo Estado, que passa a exercer certa autoridade.

Os “antigos” docentes serão confrontados com um projeto de laicização, mas este, se por um lado os subordina à autoridade do Estado, por outro lhes assegura um novo estatuto sócio profissional. Dessa forma, vão aderir a esse projeto porque, ao se tornarem “funcionários”, também estão garantindo uma independência e uma autonomia, por exemplo, frente às influências locais. (VILLELA, 2003, p. 100).

O processo de funcionalização passa a ser visto como um projeto que depende tanto do docente, quanto do Estado. Enquanto, um busca autonomia, o outro almeja garantir o controle da instituição escolar para produzir e reproduzir sua burocracia.

Já o processo de controle do Estado acontece a partir do envio dos professores régios portugueses ainda no regime colonial e se estende sob o reinado de D. João VI. Entretanto, foi apenas após a Lei Geral de 1827², que houve uma efetivação na organização da formação e das escolas no Império brasileiro, no que competia aos docentes a lei chamava atenção para o quanto receberiam anualmente, para o que deveriam ser ensinado, que o método de ensino mútuo deveria ser o princípio básico a ser seguido pelos profissionais e como deveriam ser admitidos, levando como requisito principal a boa conduta. (BRASIL, 1927 *apud* REVISTA EDUCAÇÃO EM QUESTÃO, 2009).

A lei geral propôs um novo olhar para o docente, garantindo-lhes de algum modo uma efetivação legal que antes não se tinha, uma vez que, para exercer a função docente, não precisaria necessariamente passar por uma formação. A lei ainda marcava o início da implantação das escolas normais, institucionalizando a profissão docente. O novo professor deveria atender as demandas da época, portanto, deveria se instruir de forma adequada. As iniciativas mais efetivas em relação à formação aconteceram, com o Ato Adicional de 1834³, que permitiu que as provinciais estabelecessem a responsabilidade pela organização dos seus sistemas de ensino e da formação dos professores. Essa lei tinha como princípio garantir uma

2 A lei de 15 de Outubro de 1827 mandava criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império.

3 O Ato adicional (ementa constitucional) de 1834 foi aprovado em 12 de Agosto, durante a Regência Permanente em nome do Imperador D. Pedro II, dando legitimidade as Câmaras dos distritos e das Assembleias Legislativas provinciais que substituiu os Conselhos Gerais. (BRASIL, 1834).

descentralização administrativa, apesar do poder político ainda se manter centralizado.

O processo de institucionalização da formação docente no Brasil teve, início a partir do século XIX, quando as preocupações em torno das questões relacionadas à educação ressurgiram, já que, o método até então utilizado, o Lancaster, não havia se concretizado como o esperado. Deste modo, o projeto de formação docente baseado nas escolas normais passou a ser uma opção pertinente para se pensar na formação dos futuros docentes.

De acordo com Vicentini e Lugli (2009), apesar da implementação das Escolas Normais⁴, é observado a sua lentidão quanto ao preparo para a formação inicial para o magistério, visto que, os sistemas dos mestres adjuntos conviviam com as escolas normais impossibilitando a sua rápida consolidação, constando que, dentre os motivos para não se procurar os cursos de formação docente estavam a preferência pelos modelos de formação artesanal, que caracterizavam esses professores adjuntos, sendo um modelo considerado econômico.

Desse modo, Vicentini e Lugli (2009) ao refletir sobre tais modelos observaram que, para iniciar-se na profissão docente seria necessário realizar exames para ingressar no curso da Escola Normal e ter idade mínima de 18 anos, enquanto para ser professor adjunto bastaria ter entre 12 ou 13 anos de idade para exercer a atividade remunerada e esperaria a idade de 21 anos para prestar concurso. Isso porque, para ter licença para ensinar não era preciso ter conhecimentos pedagógicos, bastava saber ler, escrever, contar e ter domínio sobre noções de religião, e principalmente ter atestado de boa conduta.

Nessa perspectiva, não havia muita lógica em inscrever-se nos cursos das escolas normais, visto que o diploma não garantiria a obtenção do exercício docente nas primeiras letras, sem falar que o número de escolas públicas ou mesmo privadas eram limitados. De acordo com Villela (2003) as primeiras experiências de implantar Escolas Normais no Brasil aconteceram, em um momento de instabilidade política, em um período que havia de um lado a busca pelas ações de princípios democráticos e por outro, os conservadores que tentavam reagir a esse modelo. Este momento ficou conhecido no Império como período da Ação e Reação⁵.

Outro ponto relevante deste contexto foram as influências do pensamento iluminista, que delinearam as ideias pedagógicas da época tanto na Europa quanto na Regência no Brasil, entendendo que apenas pela instrução era que se poderia atingir altos graus de civilidade. As ideias de instrução surgiram com o racionalismo iluminista, que não se caracterizavam necessariamente como uma proposta democrática, mas que criavam um otimismo em relação aos caminhos que deveriam ser percorrido pela humanidade através da razão, outro aspecto relevante da instrução, era que poderia ser um instrumento contra a criminalidade. Percebe-se que a política educacional das províncias tinham um caráter de uniformidade que seria

4 O termo Escola Normal foi utilizado na França em 1685 e significava ensino coletivo, no século XIX passou a ser reconhecido como escola modelo. Segundo os princípios franceses de educação a escola normal seria o modo correto de ensinar, e que os futuros professores deveriam aprender. Essas escolas modelos tinham que ter anexos, nos quais os profissionais em formação, aproximariam-se das práticas de ensino com alunos reais (VICENTINI E LUGLI, 2009, p. 33).

5 Período da “Ação” foi o de predomínio do princípio democrático, estendendo-se de 1822 a 1836 (da independência à queda do Regente feijó) e estaria dividido em duas fases: luta e triunfo, separados pela abdicação do primeiro Imperador em 1831. O período da “Reação” ou do Regresso Conservador se localizaria, então, entre 1836 e 1852 distinguindo-se pelo avanço do princípio da autoridade da centralização do poder, da recuperação do prestígio da Coroa e do aumento das prerrogativas do executivo. (VILLELA, 2003, p. 102).

atingido pela instrução.

Como já vimos, foi com a Lei Geral do Ensino de 1827 que houve uma efetivação para a formação de professores que deveria ser responsabilidade das províncias. Segundo Villela (2003) as primeiras províncias foram as de Minas Gerais (1835), Rio de Janeiro (1835), Bahia (1836) e São Paulo (1846).

À Escola Normal de Niterói foi a primeira escola de formação de professores no Império, exercendo grande influência nas questões da educação. Outra província que teve tais experiências de Escola Normal foi no atual Estado do Rio Grande do Norte/RN, em Natal⁶, em que foi criado o Atheneu, que buscou preparar os professores e aperfeiçoar à Escola Primária do Estado e posteriormente, o atual Instituto de Educação Presidente Kennedy, também no RN, que também se preocupou com a formação de professores.

De acordo com Villela (2003), as experiências iniciais de formação que se deram na capital do Rio de Janeiro funcionaram como um laboratório de práticas estendidas a todo o país devido à influência em nível nacional dos políticos fluminenses. É importante salientar que quem estava à frente dessa organização educacional eram os membros de uma classe conservadora cafeeira, que estavam atravessando uma crise financeira, buscando através dos instrumentos da instrução difundir suas visões de mundo.

Foi nesse sentido, da busca do consenso no plano ideológico, que valorizavam a instrução, concebida como espaço importante para a difusão dos princípios de “ordem” e “civilização” que reagiam o ideal conservador. (VILLELA, 2003, p.105).

O que se percebe era que a proposta anunciava os interesses de uma classe conservadora, que tinha como finalidade consolidar e expandir os seus ideais através de uma instrução, formando os professores para que conservasse a sociedade como estava e garantindo o *status quo*, ou seja, a manutenção do modo de reprodução sociocultural (BOURDIEU E PASSERON, 1970).

Esses professores que quisessem se candidatar ao processo de instrução tinham que ter como exigência uma boa conduta moral, sendo isso mais relevante do que a própria condição intelectual. Podemos observar evidentemente essas exigências nos artigos 4º e 6º do Decreto nº 10, de 4.04. 1835⁷, que explicitam:

Art. 4º - Para ser admitido à matrícula na Escola Normal requer-se: ser cidadão brasileiro, maior de dezoito anos, com boa morigeração; e saber ler e escrever.

Art. 6º - Os que pretendem matricular-se dirigirão seus requerimentos ao presidente da província, instruídos com certidão de identidade e atestado de boa conduta, passada pelo juiz de paz do seu domicílio: com despacho do mesmo presidente serão matriculados pelo diretor, se, pelo exame a que deverá proceder achar que possuam princípios suficientes de leitura e escrita. (VILLELA, 2003, p.106).

A boa morigeração, ou seja, a boa moral e os bons costumes, eram o peso máximo para se candidatar à Escola Normal, dependendo da autorização do Juiz de paz e, por último,

6 Para maiores aprofundamentos ver as teses “A Escola Normal de Natal (Rio Grande do Norte, 1908-1971)” e “Da Escola Normal de Natal a Instituto de Educação Presidente Kennedy (1950-1965): Configurações, limites e possibilidades da formação docente”.

7 Esse decreto promove a criação das Escolas Normais na província d Rio de Janeiro pelo então presidente provincial Joaquim José Rodrigues Torres. O decreto de criação da escola normal, nº 10, de 10 de abril de 1835 está Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/99970>>

estava a exigência de saber ler e escrever. De acordo com a autora, isso se deu porque esse período Regencial foi de muitas agitações, por isso que se prezava por uma boa conduta e um bom comportamento. O método Lancasteriano, nesse período, ainda era utilizado apesar de receber muitas críticas, por está ligado a uma proposta de disciplinar e controlar, se distanciando do objetivo que era a instrução.

Nessa perspectiva, o Estado brasileiro começou a demandar de todos os mestres-escolas que passassem a ensinar pelo método Lancaster, por meio da lei de 1827, e em 1832 proibiu os militares dese tornarem mestres do ensino público. Tal fato se deu, devido a discussão acerca da preparação docente, a qual surgiu no início do século XIX e estava vinculada ao treinamento dos soldados para se constituir um exército disciplinado. Os treinamentos dos militares serviam como base para a educação, posto que conseguiriam treinar um grande número de alunos de modo sincrônico, rápido e econômico. (VICENTINI E LUGLIE, 2009).

É fundamental contextualizar que, na sociedade Regencial, não eram todos considerados cidadãos e portanto, nem todos tinham acesso à instrução. Homens brancos e livres tinham apenas sua liberdade e sua força de trabalho, os negros não eram senão coisas, as mulheres apesar de poderem frequentar a escola, eram restringidas a ensinamentos voltados para a instrução doméstica, como leitura, escrita e contar operações básicas, não podendo aprofundar conhecimentos matemáticos ou geométricos. Observa-se o forte papel reservado à mulher na sociedade patriarcal além de uma ideia de que não possuíam capacidades intelectuais, mostrando o caráter dual do ensino.

Em Villela (2003), as Escolas Normais aparecem como os lugares em que deveriam se formar o novo professor primário em detrimento do velho antecessor. Essas escolas tinham um currículo simples. Por ordem da presidência da província de Niterói, foi impresso um livro que foi um recurso pedagógico da escola, intitulado o “Curso Normal para professores de primeiras” do Barão Dégerando. Esse livro era organizado em 16 conferências com diversos assuntos. Dentre elas:

Funções de um professor de primeiras letras, qualidades do professor, educação física, educação intelectual, cultivo de atenção, imaginação, memória, juízo e razão, método na instrução, educação moral, sentimento dos deveres, educação religiosa, ensino dos deveres, fortificação do caráter, hábito e imitação, trabalho e ordem. (VILLELA, 2003, p.110).

Esse curso não era seriado neste caso, à medida que o diretor, que era o único professor, quando entendia que os alunos estavam prontos, os encaminhava para realizar um exame com o presidente da província. Além deste, havia uma banca composta por três convidados que examinavam as capacidades desse aluno, que seria professor primário, caso fosse aprovado. Com a Reforma de 1847, a Escola Normal se funda ao Liceu Provincial, dando um caráter formativo mais diversificado aos professores de ensino preliminar e ensino médio. O curso passava nesse momento a ser seriado, equivalendo a uma graduação. Segundo Villela (2003) a experiência desse Liceu não durou mais que quatro anos. Ainda segundo a autora, com a fragilidade da Escola Normal, ficou proposto que os professores seriam formados na prática como adjuntos, tendo um professor mais experiente que os acompanhariam nesse processo de formação até que estivessem prontos para assumir as salas de aulas, esses procedimentos duraram até 1859.

Nesse período, ainda teve o surgimento de cursos especiais para mulheres, que estudariam as matérias consideradas dos homens exceto álgebra e geometria, mas teriam acrescentado trabalhos de agulha e prendas do exercício doméstico, e estudariam em dias alternados aos mesmos. Esta nova organização passou a funcionar em 1862. As mudanças de ordem metodológicas foram as mais marcantes nesse período, rejeitando os castigos corporais e trazendo novos materiais didáticos. Ainda tiveram mudanças em relação ao desenvolvimento do curso para homens e mulheres, que antes eram alternados, passando a ser diariamente em horários diferentes.

Em 1880, foram introduzidos no currículo disciplinas de caráter científico como Física e Química além do Francês. No entanto, esta reforma não teve grande repercussão, voltando a ter um currículo simplificado. O ensino nesse período se torna misto e o número de mulheres passa a ser maior que a dos homens aumentando essa realidade nos anos finais do século XIX. Outra característica que passa a marcar o final do século XIX é a discussão sobre a necessidade da disciplina história sagrada que é retirado dos currículos com a Proclamação da República. Além de se repensar o ensino de religião, valorizando a laicização do ensino - que veremos no próximo tópico - como o advento da república, altera-se a forma de compreender e perceber a formação e a educação no Brasil, movimento em que os estudos da Teoria das Representações Sociais se constituem como núcleo central. Isto é, como a imagem e o entendimento vão se alterando. Isto ocorre devido a um conjunto de elementos conjunturais, sociais, políticos que demarcam uma época. E, apesar de todos os esforços, por exemplo, para ter um ensino laico, é apenas com a República que se consegue realizar esse passo.

A FORMAÇÃO De UMA NOVA RePreSeNTAÇÃO sOCIAL DA DOCÊNCIA: DA RePÚBLICA À DITADURA MILITAR.

Saviani (2004, p. 17) em seus estudos afirma que “foi somente com o advento da República, ainda sob a égide dos estados federados, que a escola pública, entendida em seu sentido próprio, fez-se presente na história...”. Ou seja, foi somente nesse momento que o Estado passou a se ocupar sobre o ensino público brasileiro e portanto, a pensar a formação docente. Mas antes de falarmos de como isso implica numa nova representação social da docência, é importante situarmos o contexto histórico desse período. A sociedade brasileira vinha passando por agitações políticas, fosse com o enfraquecimento das bases conservadoras e da monarquia, com a organização do movimento abolicionista ou mesmo com o processo de urbanização, surgindo novas necessidades em relação às demandas de formação, que passa a ser mais valorizada, por um grupo da elite que defendia a escola pública e a escolarização.

Costa (1987) aponta em seus estudos que o nascimento da República passou por muitas contradições em seu movimento, uma vez que as forças que momentaneamente se tinham unido em torno da ideia republicana entraram em choque. Isto é, os representantes da elite republicana eram aqueles ligados ao setor progressista da lavoura, do café e das demais áreas dinâmicas e produtivas. Além disso, havia industriais e representantes das profissões liberais que entravam em choque com as ideias dos militares, que apesar de terem se unido anteriormente com ideias de cunho republicano, nem sempre tinham as mesmas aspirações e interesses.

Durante a República, a instrução passa por algumas reformas seguindo a concepção positivista e cientificista. Villela (2003) nota que essa influência não se fez perceber tanto na Escola de Niterói, mas se observava na de São Paulo e principalmente na do Rio de Janeiro sob a influência de Benjamim Constant. O que se percebe é a tentativa de articular uma concepção de modernidade a práticas de caráter conservador, moldando, conscientizando o cidadão da época. Com isso, podia-se observar a influência pedagógica não só advindos da Europa, mas dos EUA que eram visíveis nas escolas de São Paulo e Rio de Janeiro. Com a utilização de metodologias do método intuitivo, surgiu a valorização da intuição, a observação e a empiria para o desenvolvimento da aprendizagem. Este método foi pensado por Pestalozzi e marcou uma vertente da pedagogia tradicional denominada Pedagogia Intuitiva, cujas bases eram os sentidos por meio dos quais se estrutura toda a vida mental (SOËTARDE, 2010, p.35).

O primeiro ponto de mudança nas representações pode ser observado pelas novas concepções, que estavam se tornando hegemônicas e passaram a ser efetivadas nas formações desses docentes de forma mecânica, com perspectivas conteudistas e antirreflexivas. Villela (2003) coloca que as reformas no século XIX vão ter uma reformulação a partir da gestão do médico Caetano de Campos, que entendia que essa reforma não deveria se restringir aos espaços físicos e arquitetônicos, mas, sobretudo, em relação à prática pedagógica.

Para Caetano de Campos era necessário pensar grande e projetar no espaço do futuro aquela que seria uma verdadeira escola normal. Mas não só arquitetônico era seu projeto; a prática pedagógica seria a sua pedra angular e para tal criou as escolas-modelo, dirigidas por duas experientes pedagogas, Miss Browne e dona Maria Guilhermina, ambas com formação nos Estados Unidos. Elas colocariam os alunos-mestres em contato com o que havia de mais atualizado no exercício da prática cotidiana escolar. (VILLELA, 2003, p.118).

Esse projeto foi inaugurado após a morte do Caetano de Campos em 1894, tornando-se o símbolo do magistério não só em São Paulo, sendo de referência para todo o Brasil. Os professores passaram a ter uma profissionalização mais preocupada com o processo de instrução que garantisse a formação. O período de organização das Escolas Normais marca também o processo de feminização do magistério, profissão anteriormente masculina, sendo que a formação das mulheres passou a ser fundamental na luta pelo acesso das mesmas ao trabalho remunerado. Desta forma, a mulher nesse processo de mudança, busca um protagonismo numa sociedade caracterizada pelo tradicionalismo e conservadorismo.

A partir de 1890, segundo Saviani (2009), as Escolas Normais do Estado de São Paulo vão passar por um processo de expansão e reforma cujo cerne está em entender que, para se ter um ensino eficaz, seria importante formar os professores nos modernos processos pedagógicos, e que, portanto, seria de fundamental pertinência reformar o plano de estudo das escolas normais de modo a atender os objetivos. Diante disso, a reforma se organizou em duas vertentes: primeiro, seria fundamental enriquecer os conteúdos curriculares anteriores e segundo, preparar os docentes em exercícios práticos de modo que pudessem articular a organização curricular e a preparação pedagógica. Essa reforma não se restringiu à capital São Paulo, mas interiorizou-se e tornou-se referência para outros estados do país.

Apesar da reforma, após as primeiras décadas da República, as Escolas Normais não significaram avanço propriamente dito, pois ainda se caracterizavam pela preocupação com

a transmissão de conhecimentos. Neste contexto, vão surgir os institutos de educação⁸ que na perspectiva de Saviani (2009), eram encarados não apenas como objeto de ensino, mas também de pesquisa. As Escolas Normais, agora transformadas em Escolas de Professores que pretendiam ser escola de cultura geral e cultura profissional, incluíam em seu currículo as seguintes disciplinas: Biologia educacional; Sociologia Educacional; Psicologia Educacional; História da Educação; Introdução ao ensino. Considerava alguns aspectos como: princípios e técnicas; matérias de ensino abrangendo cálculo, leitura e linguagem, literatura infantil, estudos sociais e ciências naturais; prática de ensino, mediante observação, experimentação, apoio estrutural como suporte para a prática, tendo jardim de infância, escola primária e secundária para experimentação; institutos de pesquisas; bibliotecas; filmotecas, etc. (SAVIANI, 2009).

A partir dessa abordagem, observa-se que os Institutos foram implantados de modo a incorporar e até de atender as exigências pedagógicas da época que buscavam uma legitimidade no processo de constituição do conhecimento científico, rompendo com um modelo de educação tradicionalista que havia se engessado desde o período colonial. O que se buscava no momento era uma educação pautada num modelo pedagógico-didático de formação que promovesse mudanças e transformações não somente na mentalidade dos indivíduos, mas na sociedade.

A década de 1930 foi um período de inúmeras agitações políticas, visto que anteriormente a organização da política do Brasil estava baseada na alternância da política do Café com leite. Segundo Fausto (2006), esta política era um revezamento presidencial entre São Paulo e Minas que foi rompido quando Washington Luís (Paulista) insistiu na candidatura do também paulista Júlio Prestes, quando o lançamento da candidatura de oposição deveria partir do presidente de Minas Gerais Antônio Carlos Ribeiro de Andrade.

Fausto (2006) ainda afirma que Getúlio Vargas, percebendo as agitações, estabeleceu estratégias que o levaram à presidência pela Aliança Liberal, composta pelas elites de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, rompendo com a política de alternância até então estabelecida. Assim, todas essas mudanças influenciaram decisivamente a educação e foi neste período que os Institutos surgiram e passaram a ser elevados a nível universitário. Estes marcaram a organização e implantação dos cursos de pedagogia e de licenciatura que formariam os profissionais que atuariam nas Escolas Secundárias e nas Escolas Normais.

Nagli (2001) traz algumas reflexões acerca dessas transformações, dentre as quais podemos destacar que no final desta década já se tinham intelectuais preocupados em pensar a educação, que foram denominados de educadores profissionais. Já Saviani (2009) em seus estudos sobre a história da formação docente observou que o Instituto paulista foi incorporado à Universidade de São Paulo, fundada em 1934, e o carioca foi incorporado à Universidade do Distrito Federal, criada em 1935. Essas bases organizaram cursos de formação de professores para as escolas secundárias, o que se foi estabelecido para todo o país a partir do decreto de lei n. 1.190 de 4 de abril de 1939, que organizou a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, considerada de grande referência para as demais escolas de nível superior.

⁸ As duas primeiras iniciativas foram: O Instituto de Educação do Distrito Federal, implantado por Anísio Teixeira, dirigido por Lourenço Filho em 1932 e o Instituto de Educação de São Paulo, implantado por Fernando de Azevedo em 1933, ambos, influenciados pelas concepções da Escola Nova.

Saviani (2009) observou que a partir da lei, o modelo de instrução ficou conhecido como esquema 3 mais 1, adotado tanto nos cursos de pedagogia e de licenciatura. O primeiro formava professores para atender as Escolas Normais, já o segundo compunha os currículos das Escolas Secundárias. Ambos seguiam três anos para disciplinas específicas e um para a formação didática e, ainda de acordo com Saviani (2004), o período entre 1931 a 1961 normalizou o ensino a nível nacional e marcou o ideário pedagógico como inovador. O início do século XX indicou profundas mudanças na Educação do país, que levaram à ainda mais discussões em torno da temática em diversos setores da sociedade, o que resultou na criação da Associação Brasileira de Educação (ABE) por educadores, em 1924, incentivando diversas reflexões em relação à educação.

Ainda em 1930, houve a institucionalização do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública e em 1934 a promulgação da Constituição que chamava atenção para se pensar num Plano Nacional de educação e para a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino elementar. Este período foi um divisor de águas, porque houve um sentimento de otimismo para a educação nacional. O início dos anos 1930 também marcou o movimento de renovação educacional, mais conhecido como Escola Nova, que trazia na sua concepção os ideais liberais e que fazia defesa da escola pública, socializadora, acessível a todos, defendiam ainda a laicização do ensino, assim como, sua gratuidade e obrigatoriedade, como mencionado anteriormente.

Deste modo, o movimento foi caracterizado por novas ideias pedagógicas que estavam presentes na Europa e nos EUA, e tinha como pressuposto a adaptação do ensino em relação ao cenário político e econômico de desenvolvimento do capitalismo industrial. Um dos seus precursores foi o John Dewey que tentava elucidar a expansão das oportunidades escolares, como também dos novos métodos pedagógicos, se contrapondo à escola tradicional.

Os reformadores criaram em 1932 um Plano de Reconstrução da Educação, conhecido como Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que prezava por mudanças efetivas na educação nacional. Fernando de Azevedo⁹ estava à frente do movimento no Brasil e confrontavam os padrões elitistas da época, ou seja, os reformadores eram um grupo de resistência e, sobretudo, de militância para que a educação pudesse se renovar e alcançasse o maior número de sujeitos. Para eles, a educação deveria carregar uma função social, que possibilitasse ensino de qualidade a todos de forma igual.

Nesse contexto de repensar o ensino sob uma perspectiva renovadora, não se deixou de lado a reflexão em relação à formação dos professores, sujeitos essenciais para esse processo de renovação da educação. Os reformadores criticavam fortemente a questão de que os profissionais que atuavam na docência não tinham nenhuma preparação, eram profissionais formados em engenharia, medicina e direito com uma característica bacharelesca e sem nenhum indicativo pedagógico. Eram profissionais que seguiam a ideia de educação que a elite deveria receber, sendo esta essencialmente propedêutica indicando um modelo dual de educação, o que era duramente criticado por esses educadores renovadores que se esforçaram por uma democratização da educação. No Manifesto dos Pioneiros da Educação sobre a formação dos profissionais da educação encontra-se:

⁹ Em 1933 Fernando de Azevedo era Diretor Geral de Instrução Pública de São Paulo em 1933, e participou efetivamente do movimento da Escola Nova, buscando esse ideal de educação pautada na constituição de uma consciência social.

A preparação dos professores, como se vê, é tratada entre nós, de maneira diferente, quando não é inteiramente descuidada, como se a função educacional, de todas as funções publicas a mais importante, fosse a unica para, cujo exercício não houvesse necessidade de qualquer preparação profissional. Todos os professores, de todos os graus, cuja a preparação geral se adquirirá nos estabelecimentos de ensino secundario, devem, no entanto, formar o seu espirito pedagogico, conjuntamente, nos cursos , Universitarios, em Faculdades ou escolas normaes, elevadas ao nivel superior e incorporadas às Universidades. (MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO, 1984, p. 421).

Assim, os anos 1930 sinalizaram reflexões importantes em relação à educação. No entanto, devido à conjuntura política, não foi possível permitir que toda a expressividade, proposta e idealizada pelos renovadores fossem atendidas. Com a ascensão de Vargas ao poder, houve uma centralização nas diversas áreas, inclusive na educação, e durante o Estado Novo, período entre 1937 a 1945, foram promulgadas as Leis Orgânicas do Ensino que organizaram as diretrizes da educação nacional até 1960. Esta lei também ficou conhecida como reforma Capanema¹⁰, cujo modelo de governo buscou disciplinar a formação docente a partir da criação da Universidade do Brasil, em 1939, que instituiu a Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras, que formavam os professores que atuariam nos cursos secundário e normal. (VICENTINI E LUGLI, 2009).

Ainda nesse cenário, houve a criação do curso de pedagogia como bacharelado que formavam técnicos em educação que surgiu como um pré-requisito para ocupar cargos especializados no Ministério da Educação. Caso o profissional especializado decidisse lecionar, seria necessário cursar as disciplinas de Geral e Didática da Pedagogia (específica) na licenciatura que tinham duração de um ano. No entanto, ter o curso de Pedagogia não significaria exclusividade na atuação no ensino normal, visto que, qualquer indivíduo com curso superior poderia exercer tal função, o que deslegitimava a docência no sentido de que não seria necessário se ter um conhecimento pedagógico - sendo este de fundamental importância para o desenvolvimento da atividade do professor.

A formação docente teve transformações significativas a partir da década de 1950 quando quando aumentou o número de Universidades Públicas e Privadas, o que gerou também certa inversão, quando o crescimento dos cursos de pedagogia¹¹ nas décadas seguintes (1960 e 1970) estava aliado a uma precarização do processo de formação, com excessivo número de alunos e professores não qualificados que vinham das Escolas Normais oferecendo uma formação desfavorecida ao trabalho educativo.

A mudança mais efetiva na década de 1950 foi quanto à organização do ensino, quando os professores em exercício passaram a ser o centro de um treinamento formativo orientados por técnicos em educação, egressos dos cursos de Pedagogia, sendo criticados pelo fato de que essa formação tinha uma finalidade de proporcionar uma educação em serviço. Mas, por outro lado, as mesmas eram oferecidas por pessoas que não tinham a vivência de sala de aula. Criou-se nesse momento então, uma relação conflituosa entre técnicos em educação e

¹⁰ Gustavo Capanema, Ministro da Educação entre 1934 e 1945, implementou uma reforma educacional denominada de Lei Orgânica de Ensino que estruturou o ensino industrial, reformou o ensino comercial e criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, o ensino secundário também passou por mudanças se dividindo em dois ciclos onde o primeiro correspondia ao curso ginasial, com quatro séries e o segundo, ao curso clássico, científico e normal.

¹¹ Vicentini e Lugli (2009) apontam ainda que em 1960 o total das Faculdades de Filosofia no país era de 113, em 1970, havia 138 cursos de Pedagogia e em 1980 esse número subiu para 206.

professores que estavam em sala de aula, que sentiram suas práticas serem desvalorizadas, além de argumentarem que esses técnicos não conheciam a verdadeira realidade escolar brasileira e que, portanto, não poderiam ensinar métodos de ensino que esbarrava na teoria e não alcançavam essa realidade.

Este foi um momento de muitas discussões em relação à formação o que significou um avanço na reflexão em torno da Educação, visto que, a partir dessa década, passa a ser reconhecida como uma área que exigiria um conhecimento especializado e uma formação de longo prazo, onde não poderia se ter pessoas intervindo no sistema de ensino sem a devida formação de conhecimento teórico, nem sem experiência mínima do contexto escolar. Diante dessa conjuntura, buscavam-se mudanças em relação à Educação brasileira, de modo que a levassem à um processo de modernização, atendendo as expectativas de democratização liberal assumidas ao final do Estado Novo. Neste cenário foi inaugurada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 4.024, de 20 de Dezembro de 1961, cuja finalidade era regulamentar a Constituição Federal no que diz respeito às questões em torno da Educação Nacional. Esta lei passou por um longo processo de tramitação e foi posteriormente modificada por emendas e artigos, sendo reformada pelas Leis nº 5.540/68, 5.692/71 e 9.394/96 que atualmente estabelecem as diretrizes da Educação no Brasil.

De acordo com a LDB/61 o ensino normal teria a finalidade de formar os professores, assim como orientadores, supervisores e administradores escolares destinados ao ensino primário, quanto ao desenvolvimento dos conhecimentos da educação da infância (BRASIL, LDB/61, art. 52). Essa assertiva aponta para os avanços em relação à formação, uma vez que passa a levar em consideração a importância dos saberes pedagógicos e que os profissionais que trabalhassem ou trabalhariam nessa área teriam que adquirir tais conhecimentos. Entretanto, a lei não deixou de refletir as contradições e os pontos de vistas ideológicos de sua época fundamentados no desenvolvimentismo.

Contudo, apesar de todos os poucos avanços que estavam acontecendo durante esse período, fomos surpreendidos com um Golpe de Estado orquestrado pelos Militares, sob o argumento de que o Brasil não poderia se tornar um país comunista, o que paralisou todos os passos que se estavam galgando em relação à educação e à formação de professores. Assim, tentando legimitar uma educação tecnicista e produtivista que estivesse a serviço do capital e do processo de industrialização, a LDB/61 foi ajustada e sancionou-se a Lei 5.540/68¹², que foi também chamada de Lei da Reforma Universitária, visto que, decretos de 1966 e 1967 estabeleceram a criação de Faculdades de Educação nas Universidades Federais que seriam responsáveis pela formação pedagógica nas licenciaturas nos cursos de pedagogia e na atualização dos profissionais da educação (administradores, inspetores, orientadores e professores), dando um caráter generalista a formação. Essa reforma acompanhou a reestruturação dos cursos de pedagogia, que eliminou a dualidade entre bacharelado e licenciatura. (VICENTINI E LUGLI, 2009). Sobre este modelo Tanuri (2000) advoga que:

Entre as reformas do regime militar, a reordenação do ensino superior, decorrente da Lei 5.540/68, teve como consequência a modificação do currículo do curso de pedagogia,

¹² Para atender as necessidades do governo e da proposta ideológica desenvolvimentista assumida, foi estabelecida uma nova LDB que fixou normas de organização e funcionamento do Ensino superior e sua articulação com a escola média. (BRASIL, 1968).

fracionando-a em habilitações técnicas, para a formação de especialistas, e orientando-o tendencialmente não apenas para a formação do curso normal, mas também do professor primário em nível superior, mediante o estudo da Metodologia e Prática de Ensino do 1º Grau. (TANURI, 2000, p. 80).

A educação a partir de 1964 trouxe mudanças intensas, que tinham como objetivo atender as expectativas do grupo social que assumia a governabilidade do Brasil e que buscava em todas as vias, perpetuar seus interesses, assim, “começava o período militar, com seu regime centralizado e coercitivo e sua política de desenvolvimentismo associado, isto é, a etapa da economia embasada na indústria e dependente do capital estrangeiro”. (HILSDORF, 2011, p. 122), ou seja, passamos a ter uma relação de dependência aos EUA e seus modelos de educação passaram a ser também guias para as ações, formações e práticas de nossos professores.

Desta forma, o imaginário docente muda potencialmente os seus sentidos, as suas orientações e concepções, e passam por uma nova representação social, uma representação pautada no tecnicismo, nos manuais, e em práticas não críticas. Assim, apesar da LDB/68 propor em seu plano formal uma articulação com a escola média no plano real, apontou para mudanças na educação, e sobretudo, no ensino superior, permitindo a formação de especialista em educação com habilidades específicas de conhecimentos pedagógicos. As concepções tecnicista que era o modelo pedagógico da época se respaldou em fundamentos estruturados da teoria behaviorista, com uma forte visão funcionalista da educação onde os estudos privilegiavam a dimensão técnica do processo de formação de professores e especialista em educação, “o professor era concebido como um organizador dos componentes do processo de ensino-aprendizagem.” (MELO, 2005, p. 31).

Para atender as necessidades da sociedade e do ensino primário e médio foi necessária uma nova reforma, estabelecida a partir da lei n. 5.692/7113, quando os ensinos primário e secundário mudaram a denominação para primeiro e segundo grau. Nesta nova conjuntura, as Escolas Normais desapareceram e se observou outro modelo de formação para professores.

Em seu lugar foi instituída a habilitação específica de 2º grau para o exercício do magistério de 1º grau (HEM). Pelo parecer n. 349/72 (Brasil-MEC-CFE, 1972) aprovado em 6 de abril de 1972, a habilitação específica do magistério foi organizada em duas modalidades básicas: uma com duração de três anos (2.200 horas) que habilitava a lecionar até a 4a série; e outra habilitada ao magistério até a 6a série do 1º grau. (SAVIANI, p. 147, 2009).

Com o fim das Escolas Normais, surgiu uma nova perspectiva para formação docente, que se fazia a partir do magistério, e atendia ao primeiro grau, nessa trajetória de mudanças o antigo curso normal deu lugar a uma habilitação de 2º grau. Segundo a análise do Saviani (2009), estas transformações de certa forma configuraram um quadro de precariedade muito preocupante, porque a formação de professores foi reduzida a uma habilitação dispersa. Diante dessas preocupações o governo lançou em 1982 um projeto denominado de CEFAMs (Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério), que tinha como objetivo reavivar a Escola Normal, que, apesar de ter sido um projeto positivo, não teve grandes proposições por ser muito restrito e nem ter políticas que o aprimorassem.

Sobre o CEFAM, Vicentini e Lugli (2009), observam que esta proposta buscava fortalecer as condições das escolas de formação de professores, para que estas tivessem possibilidade de

13 A lei n. 5.692, de 11 de Agosto de 1971 fixou as Diretrizes para o ensino de 1º e 2º graus.

preparar habilmente novos docentes em nível médio, que interviria no ensino pré-escolar e nas séries iniciais. Esses cursos de aperfeiçoamento do Magistério eram oferecidos em Instituições de nível Superior, e por terem essa proposta de formar o profissional para atuar enquanto docente, passaram por um aumento na carga horária, além de serem realizados em período integral com duração de quatro anos. Nesta perspectiva, semanalmente deveria se ter uma carga horária de trinta horas-aulas referente às disciplinas teóricas e dezoito horas-aulas de atividades para enriquecer o currículo. Outro ponto que nos chamou atenção em relação a este projeto foi o caráter permanente de formação que se elucidou.

Os CEFAMs também foram pensados para implementar atividades de formação permanente para os egressos e para os professores da rede pública, especialmente aqueles que pertencem a escola próximas. Estavam previsto no projeto o oferecimento de cursos, bem como assessoria pedagógica às outras escolas de formação de professores da região. A estrutura material do CEFAM também poderia ser utilizada por docentes dessas outras instituições, uma vez que os Centros foram pensados para constituírem também em acervos de recursos didáticos e biblioteca pedagógica. (VICENTINI E LUGLI, 2009, p. 52).

A Lei n. 5.692/71 previu novas formas de formação para os professores, onde os cursos de licenciatura curta levariam três anos de duração e os de licenciatura plena quatro anos. O de pedagogia além de formar para o magistério, formava os especialistas em educação (compreendo diretores, orientadores, supervisores e inspetores escolares).

Essas formações aligeiradas de curta duração, tiveram um grande rebatimento nas representações da docência e na própria perspectiva de valorização da profissão, porque o objetivo dessas reformas eram atender às demandas de mercado e portanto, necessitavam de um corpo de profissionais especializados que soubessem “repassar” o conteúdo de forma mecânica e sem necessariamente tecer críticas sociais sobre as determinações e complexificações da época. Contudo, isto intensificou a teoria do capital humano, que dava maior importância a quantidades de técnicos e de mão de obra, inclusive sobrantes, para garantir o processo produtivo e a rotatividade do mercado. Assim as preocupações com uma educação e formação emancipadoras e conscientizadoras eram questões secundárias.

Mas essas perspectivas não eram únicas, existiam outras ideias, pensamentos e concepções que travavam embates e disputas hegemônicas advindas dos movimentos populares, que a partir do final da década de 70 e 80 passaram a reivindicar mudanças nos processos democráticos, como pontuaremos no próximo tópico. Assim, é importante destacar que essas disputas hegemônicas também perpassam pelo plano das representações, tendo em vista que são formas de compreender, de pensar, de agir e que são produzidas e reproduzidas dentro de uma sociabilidade das relações sociais no cotidiano, estando diretamente interligadas com as questões concretas da realidade.

As TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS e As MUDANÇAS NA FORMAÇÃO DO CeTe: eNTRe RUPTURAS e CONTINUIDADEs.

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980 os movimentos populares urbanos e rurais da igreja da libertação passam a reivindicar mudanças que se colocavam na contramão da retirada de direitos que vinham acontecendo desde 1964. Com a educação não foi diferente, pois houveram grupos de educadores e profissionais da educação que pensaram novos

caminhos que pudessem observar os abismos sociais causados pela ditadura e que deixou como herança muito brasileiros sem acesso à educação.

Assim, ainda nos anos 1980 e movidos pela busca de uma educação mais democrática, inicia-se uma nova reformulação dos cursos de licenciatura e pedagogia, que tinham a docência como ponto importante na constituição da identidade profissional. Seguindo essa concepção da formação docente, as instituições atribuíram ao curso de Pedagogia a formação de professores para atuarem na educação infantil e nas séries do 1º grau, que compreende ao ensino fundamental. Podemos ainda observar que esse período foi marcado por inúmeras mobilizações no campo da educação, sinalizando mudanças tanto nas questões de pensamento, de reflexões em relação à produção intelectual quanto da legislação. Dentre essas mudanças observa-se que “a figura do educador surge em oposição ao especialista de conteúdos, ao facilitador de aprendizagem, ao organizador das condições de ensino-aprendizagem, ou ao técnico da educação dos anos de 1970.” (MELO, 2005, p. 33).

É nesse contexto, segundo Saviani (2007), que a Associação Nacional de Educação (ANDE) inaugurou a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e o Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), congregando diversos educadores independente de suas vinculações profissionais. Ainda na década de 80 surgem associações que se transformam em sindicatos e reúnem os profissionais nos diferentes níveis de ensino e unem ainda especialistas com diversas habilitações pedagógicas. Nessa ocasião os professores do ensino superior se inspiram sob essa mesma concepção e se unem em 1981, fundando a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES), no Congresso Nacional de Docentes do Ensino Superior¹⁴.

O autor ainda reforça que essa década se caracterizou sob o ponto de vista de duas dimensões diferentes: uma que se preocupava com o significado social, político da educação, buscando pensar caminhos para um ensino de qualidade, democrático, que chegassem à classe trabalhadora, e outra que levava em conta aspectos de cunho econômico-corporativo, reivindicatório que é marcado pelas greves que surgiram a partir de 1970 e tiveram duração crescente durante a década de 1980.

O primeiro vetor é representado pelos profissionais acadêmicos que ao realizarem suas reflexões em torno da temática vão realizar discussões, diagnósticos, análises, críticas, formular propostas para uma escola pública de qualidade. Já o segundo é representado pelos sindicatos que vão se preocupar em discutir questões de cunho político pedagógico já que possuem um caráter econômico-corporativo. (SAVIANI, 2007, p.401).

Saviani (2007) pontua que, apesar dessas mobilizações terem ocasionado efeitos nas políticas educacionais, não chegaram a ser implementadas, mantendo as continuidades no processo e na mentalidade da educação Brasileira e consequentemente da Formação Docente.

O debate em relação à Educação ganhou novas proporções com o processo de redemocratização acontecido após a ditadura, assim como dos novos espaços de reflexão

¹⁴ No dia 19 de fevereiro de 1981, aproximadamente 300 docentes, juntaram-se em Campinas (SP), e decidiram pela criação da Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior – a ANDES. Entre as funções da associação, segundo as atas do Congresso de Fundação, estavam a integração com outras entidades representativas de docentes, trabalhadores e demais setores sociais, a luta pela redemocratização do país e a campanha nacional em defesa e ampliação da educação pública, gratuita e de qualidade. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=7997>> Acesso em 15/04/2016.

na sua organização e, conseqüentemente, na formação docente. A constituição de 1988 representou um momento importante da história da educação brasileira contemporânea em várias dimensões, seja em âmbitos estruturais, de organização e da própria valorização e formação docente na perspectiva de pensar a teoria alicerçada na prática, seja na escola como lugar de “aprender a aprender” (SAVIANI, 1985), e não como um ambiente meramente reprodutor de conteúdo. Deste modo, o professor passa a ser visto como um pesquisador e um profissional de reflexividade nesse momento.

Mesmo com esse processo de redemocratização e com a Constituição Federal que representava um basta ao autoritarismo, a educação ainda ficou sob a vigilância e recomendações de organismos internacionais como o FMI e o Banco Mundial (SOARES, 2009), que passaram a dinamizar as orientações e diretrizes que deveriam ser escolhidas e que estavam alinhadas com as bases neoliberais que se configuravam como a nova ordem mundial capitalista, que surgia a partir do processo de globalização e das novas tecnologias e que tem efeitos até hoje. De acordo com Frigotto (2010) o neoliberalismo enquanto uma perspectiva ideopolítica engendrou bases conceituais próprias a partir de argumentos, estruturas e de legitimidade que reproduziu a sociabilidade nos moldes capitalista, cujas bases criam, produzem, ressignificam as concepções de mundo e, como afirma Jodelet (2001) não somos isolados nem estamos no vazio social.

O final dos anos 1980 foi cenário de muitas ideias que se posicionam contrárias às representações que foram cristalizadas durante a ditadura. Passou-se a romper, então, com as formas hegemônicas autocráticas burguesas que avançaram. Um desses caminhos contrários foi a elaboração da Constituição de 1988 que, mesmo no plano formal, apontava caminhos democráticos e ainda o fomento para a construção de um outro projeto de sociedade. Assim, a Lei de Diretrizes e Bases/LDB 9.394/1996 surge da necessidade de se repensar as leis que regulamentavam a Educação Nacional, visto que a mesma foi fruto de reflexões anteriores a Constituição e passou por um longo processo de tramitação no Congresso Nacional, representando esse esforço de construir uma sociedade democrática e que garantisse esse direito social à educação.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que nos rege, introduziu mudanças significativas na Educação básica nacional, visto que, em todos os seus 92 artigos, indicou transformações importantes para se pensar a sociedade e suas mudanças, abarcando os princípios e fins da educação nacional; o direito à educação e o dever de ensinar; a organização da organização nacional; os níveis e as modalidades da Educação e do ensino dividindo-se em educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e educação superior. Além disso, é estabelecida a educação especial. Deste modo, houve reflexões por parte dos profissionais da educação sobre suas respectivas formações, assim como sua valorização, os recursos financeiros, além das disposições finais e transitórias que possibilita pensar a pluralidade nacional, através do respeito das diferentes culturas, pensando na integração não apenas dos conteúdos, mas dos estabelecimentos de ensino fundamental, buscando um ensino democrático, igualitário e justo para todos.

A formação docente no cenário atual, tomando como referência a LDB n. 9.394/96, passa a ser vista como um processo que não se esgota, pois o professor que durante toda a sua

trajetória era reconhecido como um agente secundário, passa a ser o centro desse processo formativo, conquistando um espaço de maior visibilidade e tendo um papel fundamental na elaboração de novos saberes. Neste sentido, o docente não é visto mais como aquele que apenas ensina, mas como aquele sujeito que aprende ao ensinar (FREIRE, 1996), então, as representações de docente passaram a ser constituídas a partir de outros enfoques, de outras realidades e de outros cenários ideopolíticos, o que implica numa outra forma de pensar esse profissional dentro dos ditames democráticos inseridos na lógica neoliberal e globalizante, que demanda à estes docentes a busca por reconhecimento seja da sua função social e da função educativa dentro dos processos de ensino. Isto porque as transformações sociais e tecnológicas que tiveram uma maior efervescência no início da década de 90 vão demarcar mudanças nas representações de docência. As noções e compreensões de docência tem se ampliado e se ressignificado cotidianamente no exercício da prática e nas relações concretas com as perspectivas políticas, conjunturais, sociais e culturais e essas apreensões que são dinamizadas na vida social atravessam pelo que Moscovici (2010) problematizou como universos reificados que são ancorados no cotidiano, ou seja, são conhecimentos produzidos que se familiarizam e são objetivadas nas relações intersubjetivas e que se expressam através de ideias, pensamentos, ações dos sujeitos que se reconfiguram nas suas interrelações as determinações e as contradições que se estabelecem no mundo social.

NOTAS FINAIS

Assim, observamos que as representações sociais de docência têm passado por alterações no decorrer da história da educação brasileira, e que a partir de processos sociais, econômicos, políticos que constituem as relações macrosociais, rebatem e implicam de forma concreta por meio das objetivações que são produzidas no mundo social. É neste espaço que as relações subjetivas e intersubjetivas são formadas, estabelecidas, constituídas, produzidas, reproduzidas pelos sujeitos sociais, que passam a conduzir suas ações por meio das concepções e ideias que são circuladas nos universos consensuais, ou seja, nas interfaces do cotidiano. Esses universos que passam a ser consensuais, foram reificados e produzidos a partir de determinações políticas, sociais, culturais que foram sendo constituídas ao longo da história, o que nos demonstra a relevância de uma análise, que não pode perder o lastro da historicidade para compreender os elementos constitutivos das representações sociais, porque são produzidas e reproduzidas a partir da sociabilidade vigente.

Então, observamos que as representações e apreensões da docência foram sendo elaboradas e ressignificadas à medida em que essa profissão passou a ser incorporada a um processo de institucionalização, e portanto na divisão social do trabalho, foi produzindo sentidos e significados a partir do seu tempo, do espaço que ocupava e das demais implicações sociais.

Na Colônia, vimos que a docência estava ligada às práticas dogmáticas dos jesuítas, que estavam preocupados com o processo de evangelização e com o avanço do cristianismo. Já no Império, como houve mudanças de cunho político e social, a educação e a função docente passou a ter um outro sentido, porque agora, mesmo que de forma lacunar, pensava-se na formação de um corpo burocrático para a administração das instituições que estavam sendo

formadas. E, em seguida, com o processo republicano, vimos as primeiras tentativas de laicização da educação, uma vez que o Estado brasileiro passou a se preocupar com o ensino e consequentemente, com a formação dos professores com a criação das Escolas Normais.

Já no período da ditadura, a docência já havia de certo modo, conquistado alguns espaços no campo das especialidades da divisão social do trabalho, mas as condições desses profissionais passou a ser acompanhada de forma mais próxima, tendo em vista a garantia da formação técnico produtivista dos processos de desenvolvimentismo que marcavam a época. Em seguida vimos como as concepções e as representações passaram a ser disputadas por uma contracultura que buscavam caminho democráticos para pensar a educação e a formação docente.

Assim, podemos afirmar que essas disputas no campo das representações e as apreensões da docência ainda estão em processos de construção e reconstrução, de significação e ressignificação, porque a história e a realidade social são dinâmicas e estão diretamente ligadas aos projetos de sociedade que apoiamos e reivindicamos ao longo das nossas práticas. Por isso a importância de se realizar uma análise que busque apreender as dimensões sociais, políticas, econômicas, culturais que são constituídas ao longo do processo histórico da educação em que a formação docente está interligada, e ao compreendermos esses processos de forma ampla, interrelacionadas e nas suas contradições. Vamos entender as complexidades dessa formação e dos significados constituídos na relação concreta com o mundo social, assim, a partir dessa aproximação com a realidade, sendo possível constituir e disputar essas ideias, concepções, representações para mediar a prática docente como guias para a ação (MOSCOVICI, 2010), e para uma ação democrática, emancipadora, consciente e que produza alternativas criadoras e criativas de sociedade e de educação.

Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, P; PASSERON, J. C. A reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1970.
- BRASIL. Lei 15 de outubro de 1827. REVISTA EDUCAÇÃO EM QUESTÃO, Natal, v. 36, n. 22, p. 240-242, set/dez. 2009.
- _____. Colção das Leis do Império do Brasil. Lei. N. 16 de 12 de Agosto de 1834. Parte 1. 64p. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18462>. Acesso em 28 de março de 2016.
- _____. Lei nº 5.540, de 28 de Novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em 21 Julho de 2016.
- _____. Lei nº 5.692, de 11 de Agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 21 Julho 2016
- _____. Lei nº 9.394: Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acessada em: 10 de Março de 2016
- COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República: momentos decisivos. 4.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- FAUSTO, Boris. Getúlio Vargas: o poder e o sorriso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. Coleção Leitura. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a crise do capitalismo real. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- HILSDORF, Maria Lucia Spedo. História de educação brasileira. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
- JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: _____. (Org.). As representações sociais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 17-44.
- MANACORDA, M.. História da Educação: da antiguidade aos nossos dias. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 56, n. 150, p. 407-425, maio/ago. 1984.
- MELO, Elda Silva do Nascimento. Campo social e representação social da formação docente: o olhar dos agentes. Natal, RN, 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós Graduação em Educação.
- MOSCOVICI, S. A representação social da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- _____. Representações sociais: Investigações em Psicologia Social. 9 Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- NAGLE, Jorge. Educação e Sociedade na Primeira República. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- NOVOA, Antônio.(Org.). Os professores e a sua formação. 2 ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.
- PAIVA, José Maria de. Educação Jesuítica no Brasil Colonial. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira;

FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). 500 anos de Educação no Brasil. 3a ed. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2003, p. 43-59.

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. 8a. ed. São Paulo: Cortez. Autores Associados, 1985.

_____. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. (Coleção memória da educação).

_____. Formação de Professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. Revista Brasileira de Educação. v. 14, n. 40, jan./abr. 2009.

_____ et al. O legado educacional do século XX no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2004. 224 p.

SOARES, Maria Clara Couto. Banco Mundial: políticas e reformas. In_ TOMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sergio. (Orgn). O Banco Mundial e as políticas educacionais. 6 ed. São Paulo: Cortez, p. 15-38.

SOËTARDE, Michel. Johann Pestalozzi. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 112 p. (Coleção Educadores). Disponível em: < <http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/me4681.pdf>> Acesso em: 20 de Abril de 2015.

TANURI, Maria Leonor. História da Formação de Professores. Revista Brasileira de Educação. Mai/Jun/Jul/Ago 2000 n. 14. p. 61-88.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. História da profissão docente no Brasil: representações em disputa. São Paulo: Cortez, 2009.

VILLELA, Heloisa de O. S. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). 500 anos de Educação no Brasil. 3a ed. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2003, p. 95-134.

CADERNOS DE HISTÓRIA